Movimentação

V. 7 Nº12

Programa de pós-graduação em sociologia
Universidade Federal da Grande Dourados



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

COED
Coordenador Editorial: Giovani Ferreira Bezerra
Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho
FCH
Diretora da Faculdade de Ciências Humanas: Marisa de Fátima Lomba de Farias
Conselho Editorial
Claudio Reis (UFGD)
Rodolfo Arruda Leite de Barros (UFGD)

Organização do Dossiê
RELIGIÃO, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA
André Ricardo de Souza (UFSCar)
Vitor Hugo Rinaldini Guidotti (UFSCar)

Conselho Consultivo Alzira Salete Menegat (UFGD) André Dioney Fonseca (UFOPA) André Luiz da Silva Lima (FIOCRUZ) André Luiz Faisting (UFGD) Bernardo Mattes Caprara (UFFS) Bruno Bolognesi (UNILA) Carlos Daniel Paz (UNICEN) César Alessandro Sagrillo Figueiredo (UFT) Claudio Reis (UFGD) Daniel Auad (UFJF) Daniel Estevão Ramos de Miranda (UFMS) David Junior de Souza Silva (UNIFAP) Eduardo de Melo Salgueiro (UNIFESSPA) Eduardo Guerini (UNIVALI) Estela Márcia Rondina Scandola (ESP) Fabricio Antonio Deffacci (UEMS) Fabrício de Sousa (IFMA) Felipe Addor (SOLTEC/UFRJ) Gianne Cristina dos Reis (FIOCRUZ) George Freitas Rosa de Araujo (UFF) Glaucia Lelis Alves (UFRJ) Guillermo Alfredo Johnson (UFGD) Gustavo de Souza Preussler (UFGD) Gustavo Villela Lima da Costa (UFMS) Ilsyane do Rocio Kmitta (UEMS) Ivan Fortunato (IFSP) (PPGEd-UFSCar) Ivo dos Santos Farias (UNESP) Jorgiene dos Santos Oliveira (UFSCAR) José Barreto Santos (UEMS) Josimar Priori (UFSCAR) Karina Augusta Limonta Vieira (UEMG) Lílian do Valle (UERJ) Luis Enrique Casais Padilla (UFES) Luiz Henrique Eloy Amado (UCDB) Maria Gilvania Valdivino Silva (USP) Maria Orlanda Pinassi (UNESP) Marcos Antonio da Silva (UFGD) Marisa de Fátima Lomba de Farias (UFGD) Michel Goulart da Silva (IFC) Natália Araújo de Oliveira (UFRGS) Patrícia Alves Ramiro (UFPB) Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD) Rodrigo Dolandeli Santos (UNICAMP) Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani (UFGD) Sabrina Miranda Areco (UEMS) Sebastian Gomez (UBA) Silvia Helena Andrade Brito (UFMS) Silvino Areco (UFMS) Sirley Lizott Tedeschi (UEMS) Tamara de Souza Campos (UNESA) Theófilo Machado Rodrigues (UFRJ) Vanessa Clementino Furtado (UFMT) Vinicius Parolin Wohnrath (UNICAMP) Viviane Viviane Scalon Fachin (UEMS) Zeca José Barreto Santos (UEMS)

Movimentação [recurso eletrônico] / Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun., 2014)-. – Dados eletrônicos. – Dourados, MS : Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014-

Semestral.
Modo de acesso: World Wide Web:
<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>.
ISSN 2358-9205 (online).

1. Sociologia. 2. Educação. 3. Universidade Federal da Grande Douradas – Periódicos. I. Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD.
Alison Antonio de Souza - CRB1 2722.

V.7 nº.12, jan./jun. 2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS**
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Movimentação, Dourados, MS, V.7, nº.12, jan./jun. 2020



MOVIMENTAÇÃO
v. 7, n.12, jan./jun., 2020

EDITOR
Claudio Reis
Coordenador do Curso de Ciências Sociais - FCH - UFGD
Editor(a) Gerente:
Vitor Hugo Rinaldini Guidotti - UFSCar
Editor(a) de Seção:
Maysa Lima de Souza - UFMS
Editor(a) de Layout:
Marise Massen Frainer - UFGD

REVISÃO
A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as).

CAPA e DIAGRAMAÇÃO
Marise Massen Frainer

Os textos publicados são de responsabilidade dos/as autores/as, e não expressam necessariamente a opinião do Conselho Editorial. É autorizada a reprodução dos artigos publicados, desde que não se alterem seus conteúdos e seja citada a fonte.

Sumário

Apresentação 07

Dossiê

1. Pontos de contato: as relações entre o discurso da extrema direita e a religiosidade evangélica no Brasil 09

Darcon Sousa

Júnior Camilo Sousa

2. Democracia e Religião no discurso parlamentar de mulheres antifeministas e feministas 23

Bruna Quinsan Camargo

Raisa Cortez Rosado

3. A representação da homossexualidade no discurso espírita de Divaldo Franco 39

Francisco Jomário Pereira

4. Articulação local e global das organizações ecumênicas: reflexões em torno da agenda de gênero da Fundação Luterana de Diaconia, Koinonia e ACT Alliance 57

Tairine Ferreira Pimentel

Artigos

5. O ensino religioso e a prática pedagógica em uma escola na Amazônia Marajoara 71

Jefeson da Silva Souza

Sônia Maria Pereira do Amaral

6. Os fatores que contribuem para os casos de reincidência da violência doméstica no Centro de Atendimento à Mulher (CAM) do município de Vilhena/RO 93

Edimilson Lopes de Meira

Resenha

7. Resenha: 10 Lições sobre Bourdieu 107

Rodolfo Alves de Macedo

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ:

Religião, Direitos Humanos e Democracia

Nos últimos anos, o Brasil vem passando por uma verdadeira efervescência de feitio político-ideológico. Mais perceptível após as Jornadas de Junho de 2013, o acirramento de vozes abertamente conservadoras e intolerantes deixa marca em distintas esferas da vida social. Neste contexto, a presença de conteúdo religioso neste movimento conservador e reacionário, oriundo de segmentos católicos e evangélicos, provoca manifestações de intolerância e retraimento da laicidade do Estado. Ainda que isto não seja uma novidade, visto que a história do Brasil é permeada pelo que podemos chamar de "colonização" religiosa das instituições e da sociedade, este panorama sugere desafios para a garantia dos direitos humanos, tal como prescrita na Constituição Federal de 1988.

A relação intrínseca entre interpretações religioass e aviltamento da dignidade humana que a sociedade brasileira enfrenta é ilustrada por um número significativo de casos de violência contra minorias, perpetrados sob a égide da suposta revelação divina. A disposição de agentes dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário em atuarem a partir de perspectivas religiosas constitui um fator de grande crise da democracia. Nestes termos, é preciso lembrar que - tendo a salvaguarda inerente do Estado Democrático de Direito em suspensão - há limitação das condições de defesa do que fora estabelecido na declaração de direitos humanos, elemento que constitui a espinha dorsal de uma sociedade plural e democrática.

Por outro lado, neste cenário de intolerância religiosa e de direitos humanos vilipendiados, algumas iniciativas religiosas progressistas e pluralistas revelam uma significativa força de defesa da democracia brasileira. Padres e pastores/as, sacerdotes e sacerdotisas de cultos afro-brasileiros, grupos religiosos formados por leigos e leigas, dentre outros, apontam caminhos por meio da religião e da religiosidade para superar os tempos difíceis que atravessamos sob ameaça de um Estado policialesco e até mesmo de concepções antirreligiosas de demais segmentos progressistas.

É neste sentido que o presente dossiê, como o próprio nome sugere, se propõe a fomentar o debate sobre a relação entre religião, direitos humanos e democracia na atualidade brasileira. De forma a iniciar a discussão, Darcon Sousa e Júnior Camilo Sousa, no artigo intitulado *Pontos de contato: as relações entre o discurso da extrema direita e a religiosidade evangélica no brasil*, analisam a forte base de apoio evangélica que grupos alinhados ao espectro da extrema direita no Brasil apresentam. A partir de um olhar sobre a atuação política de Jair Bolsonaro e dos apoiadores do bolsonarismo, os autores demonstram como estes grupos de extrema-direita, por meio das redes sociais e a partir de discursos que apelam aos pânicos morais, construíram entre os evangélicos uma base sólida de sustentação ao projeto bolsonarista e ao governo Bolsonaro. Dentre outras conclusões, os autores apontam que este cenário enseja refletir em possibilidades plurais e democráticas de combater o extremismo de direita que influi significativamente os segmentos evangélicos.

Em *Democracia e religião no discurso parlamentar de mulheres antifeministas e feministas*, Bruna Quinsan Camargo e Raisa Cortez Rosado analisam as justificativas de proposições e os discursos de deputadas federais que disputam espaço e legitimidade nono Poder Legislativo. Por meio de análise

de conteúdo, as autoras identificam os argumentos mobilizados pelas parlamentares antifeministas e feministas, chegando a importantes resultados. Dentre eles o discurso antifeminista, ainda que alinhado a uma perspectiva religiosa conservadora e reacionária, camufla seus intentos numa roupagem discursiva democrática, produzindo uma ofensiva às perspectivas feministas que tende a passar despercebida como um claro ataque à própria democracia e ao caráter laico do Estado.

O artigo *A representação da homossexualidade no discurso espírita de Divaldo Franco*, de Francisco Jomário Pereira, apresenta um estudo sobre a representação da homossexualidade no espiritismo brasileiro. Para isso, o autor analisa os discursos do médium intelectualizado Divaldo Pereira Franco, que tem grande ascendência no segmento espírita. Os resultados apontam que os discursos constituem uma visão "punitiva" em torno de determinadas formas de conceber o sexo, a sexualidade e a homossexualidade, levando - segundo o autor - ao controle e à repressão de sexualidades vistas como anormais e minoritárias.

O último artigo, intitulado *Articulação local e global das organizações ecumênicas: reflexões em torno da agenda de gênero da Fundação Luterana de Diaconia, Koinonia e ACT Alliance*, Tairine Ferreira Pimentel apresenta um estudo sobre as respostas ecumênicas à agenda de gênero, tendo como perspectiva algumas organizações religiosas. Ainda que a autora ratifique que mais pesquisas sejam necessárias neste campo de estudos, ela indica que as organizações estudadas procuram produzir perspectivas inclinadas à justiça de gênero, elaborando, dentre suas ações, o estudo de políticas públicas que busquem enfrentar os claros casos de desigualdade, seja no âmbito interno ou externo desses espaços.

Desta forma, esperamos que os artigos elaborados pelas autoras e os autores que constituem este dossiê possam fundamentar novos estudos, instigar reflexões e oportunizar saberes necessários à defesa dos direitos humanos e da democracia brasileira. Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Organizadores

André Ricardo de Souza
Professor associado do Departamento de Sociologia da UFSCar e coordenador do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (NEREP)

Vitor Hugo Rinaldini Guidotti
Doutorando em sociologia na UFSCar e membro do NEREP

Pontos de contato: as relações entre o discurso da extrema direita e a religiosidade evangélica no Brasil

Recebido em 12/05/2020, aprovado em 15/07/2020
DOI: 10.30612/mvt.v7i12.11918
Darcon Sousa[1]
Júnior Camilo Sousa[2]

RESUMO:
Este trabalho analisa as conexões entre os discursos da extrema direita no Brasil e sua forte base de apoio formada pelos evangélicos. Demonstra-se aqui, por meio de pesquisa documental, observacional e bibliográfica, que os principais componentes desses discursos — quais sejam: a revalorização da família tradicional, a predominância da fé sobre a razão, a organização da sociedade via disciplina e ordem e o macarthismo — criaram vínculos com a religiosidade evangélica por meio da exploração de apelos a valores comuns ao extremismo de direita e a uma certa compreensão da fé cristã, predominante entre evangélicos. Conquanto haja tensões e contradições nessa relação, os evangélicos se constituíram num dos segmentos sociais mais fiéis às teses do governo de extrema direita, emprestando-lhe apoios ideológico, parlamentar e eclesiástico. A intermediação da relação entre extrema direita e a religiosidade evangélica é feita por meio do uso intenso da comunicação política via redes sociais e pela influência de líderes de igrejas comprometidos com o bolsonarismo. Sendo assim, dadas as dimensões da presença evangélica na população brasileira, o comportamento político desses religiosos tem implicações diretas na sustentação do governo Bolsonaro e se apresenta como importante objeto de estudo para investigações que têm como foco o desenvolvimento da democracia brasileira.

Palavras-chave: Política. Religião. Democracia.

Points of contact: the relationship between the far-right's discourse and evangelical religiosity in Brazil

ABSTRACT:
This work analyzes the connections between the far-right's discourse in Brazil and the solid support it gets from evangelical Christians. Through a documentary, observational and bibliographical

1 Doutor em Ciências Sociais, Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande, Professor Permanente do Programa de Pós-gradução em Ciência Política da UFCG. Endereço eletrônico: darconsousa@gmail.com.
2 Bacharel em Direito, Mestrando em Ciência Política no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Campina Grande. Endereço eletrônico: camilojr1976@hotmail.com.

research, it is shown here that the main components of such a discourse — that is, a revaluation of traditional family, the preponderance of faith over reason, the organization of society via discipline and order, and McCarthyism — managed to establish a link with evangelical religiosity due to its emphasizing common values between the far-right and a kind of understanding of Christian faith that is predominant among evangelicals. Although there are tensions and contradictions in such a relationship, evangelicals have become one of the most faithful social segments to Brazil's far-right government's theses, from which the latter borrows ideological, parliamentary and ecclesiastical support. The intermediation between the far-right and evangelism has been carried out through an intense politically oriented communication via social networks and the influence of religious leaders in churches who are committed to "Bolsonarism". Given the wide presence of evangelicalism in Brazil's population, the political behavior of such people has direct implications in sustaining the Bolsonaro government and is, thus, an important object of study for investigations which focus on developing Brazilian democracy.

Keywords: Politics. Religion. Democracy.

Puntos de contacto: la relación entre el discurso de la derecha y la religiosidad evangélica en Brasil

RESUMEN:
Este trabajo analiza las conexiones entre el discurso de la extrema derecha en Brasil y el sólido apoyo que recibe de los cristianos evangélicos. A través de una investigación documental, observacional y bibliográfica, se muestra aquí que los componentes principales de dicho discurso, es decir, una revaluación de la familia tradicional, la preponderancia de la fe sobre la razón, la organización de la sociedad a través de la disciplina y el orden, y el macartismo, logró establecer un vínculo con la religiosidad evangélica debido a que enfatiza los valores comunes entre la extrema derecha y un tipo de comprensión de la fe cristiana que predomina entre los evangélicos. Aunque existen tensiones y contradicciones en esa relación, los evangélicos se han convertido en uno de los segmentos sociales más fieles a las tesis del gobierno de extrema derecha de Brasil, del cual este último toma apoyo ideológico, parlamentario y eclesiástico. La intermediación entre la extrema derecha y el evangelicalismo se ha llevado a cabo a través de una intensa comunicación orientada políticamente a través de las redes sociales y la influencia de los líderes religiosos en las iglesias comprometidas con el "bolsonarismo". Dada la amplia presencia del evangelicalismo en la población de Brasil, el comportamiento político de tales personas tiene implicaciones directas en el mantenimiento del gobierno de Bolsonaro y es, por lo tanto, un importante objeto de estudio para investigaciones que se centran en el desarrollo de la democracia brasileña.

Palabras Clave: Política. Religión. Democracia.

INTRODUÇÃO

O golpe parlamentar de 2016 no Brasil consolidou um processo de conspiração contra a democracia, urdido por partidos da direita política, grandes meios de comunicação, elites econômicas e parte do judiciário. A convergência de interesses desses atores sociais estava na determinação em alijar o Partido dos Trabalhadores do poder, maximizando suas contradições e erros, sobretudo os episódios de corrupção dos governos petistas. Para isso, manejaram narrativas, quebraram regras democráticas, criminalizaram a esquerda e disseminaram o ódio social. Acabaram por criar as condições para a emergência da extrema direita, beneficiária do ambiente de deslegitimação da política, do qual resultaram eleições notadamente marcadas por irracionalidade e radicalismo, cujo desfecho foi a vitória de um candidato sem compromisso com a democracia, amparado por uma sólida base de eleitores.

Dentre os grupos sociais responsáveis pela eleição de Jair Bolsonaro, os evangélicos se destacam. Entre eles, 68% votaram no candidato da extrema direita. Projeções feitas antes do segundo turno das eleições indicavam uma diferença em torno dez milhões de votos pró-Bolsonaro (DATAFOLHA, 2018). Embora igualmente bem votado entre os católicos — entre os quais o candidato da extrema-direita mantinha-se num empate técnico de 51% de intenção de votos contra 49% de Fernando Haddad (PT) a quatro ou três dias do segundo turno das eleições, conforme pesquisa do Datafolha (2018) divulgada em 26 de outubro daquele ano —, não há comparações cabíveis com a larga preferência dos evangélicos por Bolsonaro, em quem 69% tinham a intenção de votar, contra apenas 31% favoráveis ao candidato petista. Vale notar nesse quadro que, segundo cálculos do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os evangélicos representavam então 22,2% da população e, segundo analistas, 30% do eleitorado.

Há que se considerar, diante desse quadro, que os evangélicos sempre foram uma fração do eleitorado relativamente sub-representada, principalmente se nos focarmos nos segmentos não relacionados ao protestantismo tradicional, mas sim ao evangelismo pentecostal. Por isso mesmo, estes últimos tendem a um comportamento eleitoral mais orientado pelo favoritismo intragrupal, votando em candidatos da própria denominação religiosa, ou de uma "igreja irmã", em especial no tocante a cargos do legislativo em todos os três níveis (municipal, estadual e federal). A falta de candidatos com esse perfil disputando a presidência da república pode ter sido, portanto, um fator explicativo de por que raramente se tenha notado uma convergência de votos desse grupo num único nome — embora isso tenha, sim, ocorrido num nível elevado o bastante para chamar a atenção na disputa de 2014, em relação à candidatura de Marina Silva, quando esta apresentou uma temporária ascensão na corrida que lhe valeu uma capa da revista *Época*, de 8 de setembro daquele ano, com a manchete "O poder do voto evangélico".

O fato de não haver, por várias eleições presidenciais, um nome que os representasse de uma perspectiva confessional não significa, no entanto, que já não houvesse então nesse meio um processo de construção discursiva de aversão à esquerda, em especial ao PT. De fato, "[a] demonização evangélica do PT principiou na eleição presidencial de 1989 [segundo estudo de Mariano e Pierucci, de 1992], mas esmaeceu nos governos Lula. Reativou-se após o lançamento dos programas de combate à homofobia e do PLC 122/2006, que visava a criminalizá-la, e do PNDH-3, que propunha a descriminalização do aborto" (MARIANO; GERARDI, 2019, p. 70).

Estas pautas conservadoras, que explicam boa parte do consenso evangélico em torno do nome de Marina Silva em 2014, menos ainda podem ser desconsideradas no fenômeno da ascensão de Jair Bolsonaro até a eleição de 2018. De fato, a convergência dos interesses dos segmentos evangélicos e

da extrema-direita moralista e reacionária em face do avanço ou da proposição de políticas públicas benéficas a grupos identitários ou minoritários vistas como seguindo na contramão de valores morais dos quais esses grupos se mostram zelosos — caso de questões como, por exemplo, o casamento homoafetivo, a descriminalização do aborto ou a promoção de uma educação sexual nas escolas públicas voltada para a tolerância à diversidade — só fez aumentar nos últimos anos, não somente no Brasil, mas em diferentes países da América Latina, onde os evangélicos ainda constituem uma parcela minoria, em sociedades predominantemente católicas (BOAS, 2019, p. 2).

Isto posto, é importante ressaltar, ainda, que as eleições de 2018 apresentaram algumas características atípicas, como o crescimento vertiginoso das comunicações digitais via redes sociais, a ocorrência do atentado ao então candidato Jair Bolsonaro e a percepção de que a maioria do eleitorado pretendia escolher alguém que representasse oposição ao *establishment* político. O espaço para debates no nível da eleição presidencial foi reduzido significativamente, tanto pela legislação que diminuiu o tempo da campanha eleitoral nos veículos de mídia, quanto pelo incidente do qual foi alvo o candidato de extrema-direita.

Nessa ambiência, ao projetar-se como um candidato cristão — tendo inclusive sido batizado por um pastor e político do Partido Social Cristão nas simbólicas águas do rio Jordão em Israel — Jair Bolsonaro criou vínculos com o eleitorado evangélico por meio de discursos cujos conteúdos transformaram-se em armas na disputa eleitoral. Os conteúdos desses discursos podem ser agrupados em quatro dimensões, a saber: "a revalorização da família tradicional", "a predominância da fé sobre a razão", "a organização da sociedade via disciplina e ordem", e "o macarthismo". Como consequência, a pauta moral, o anti-intelectualismo, o autoritarismo e a demonização da esquerda não só acabaram dominando a comunicação da extrema-direita, como encontraram pronta receptividade no meio evangélico.

A aliança entre esse segmento da sociedade e o então candidato Jair Bolsonaro reduziu as fronteiras entre fé e política, sugerindo que essas esferas teriam interesses complementares e comuns. O *slogan* "Brasil acima de tudo e Deus acima de todos" resumia o objetivo de fazer da retórica política uma questão de fé e de impingir ao processo eleitoral um componente religioso que despertou paixões e construiu uma rígida argamassa de apoio ao bolsonarismo. Para Finchelstein (2020), o populismo bolsonarista, baseado na negação da realidade e na promoção da mentira e de mitos, se apropriou do cristianismo e o descontextualizou para uso de seus propósitos autoritários e repressivos.

Sendo assim, desde a campanha eleitoral, amparado por uma sofisticada e intensa arquitetura de informações que passou ao largo dos meios tradicionais de comunicação, Jair Bolsonaro logrou êxito em construir uma hegemonia entre os evangélicos, o que se traduziu não apenas em votos, mas também em apoio ao governo do presidente eleito. Esse apoio, como interpretamos, se apresenta sob a forma ideológica, parlamentar e eclesiástica. E, em vista disso, este trabalho, a partir da análise de conteúdo de documentos e à luz de uma revisão bibliográfica, pretende descrever as dimensões discursivas que enlaçaram a extrema direita brasileira à religiosidade evangélica, demonstrando como essa relação construiu uma base social que teve considerável peso na ascendência de Jair Bolsonaro e continua a responder pelos índices de popularidade que sustentam seu governo, a despeito das crises que o acompanham e da crescente insatisfação dos outros setores da sociedade.

O DISCURSO POLÍTICO DO BOLSONARISMO PARA CONVERTER CRENTES

A primeira dimensão do conteúdo discursivo da extrema direita brasileira se refere à "revalorização da família tradicional". Antes de abordá-la, é importante reafirmarmos que a construção discursiva da extrema-direita não pode ser analisada sem a consideração de dois fatores que explicam seu alcance: a ambiência política e social que a favoreceu, conforme mencionado na seção anterior, e a intensa utilização de uma arquitetura de informação que, difusa e veloz, potencializou uma estratégia de comunicação meticulosamente direcionada a públicos-alvo suscetíveis às suas abordagens. No Brasil, os grandes veículos de comunicação tinham o poder de pautar o debate político durante as eleições nacionais e de privilegiar os candidatos que com eles apresentavam afinidades ideológicas. A candidatura de Jair Bolsonaro, também para projetar-se como *antissistêmica*, lançou mão das redes sociais e neutralizou a mídia tradicional, experiência já exitosa nos Estados Unidos, com o pleito que deu a vitória a Donald Trump em 2016. Conforme destacou Runciman (2017), a utilização das redes sociais permitiu à extrema-direita criar suas realidades paralelas. Para ser antissistêmico, o discurso precisa operar na lógica da teoria da conspiração, levando as pessoas a desenvolverem paranoias que as fazem a acreditar no que querem, fenômeno que alimenta o populismo.

No Brasil, uma das principais teorias da conspiração elaboradas pelo discurso de extrema-direita foi a de que havia um complô contra a família tradicional. Como consequência, a campanha eleitoral foi tomada por uma pauta moral que atribuía à esquerda política a tolerância e mesmo o estímulo a comportamentos que atentariam contra a família. Nesse sentido, o reconhecimento da união homoafetiva, a descriminalização do aborto e o feminismo foram apresentados como ameaças à permanência da família como núcleo basilar da sociedade. A associação da esquerda com a degeneração da família foi pesquisada pelo cientista político Vítor Araújo, que identificou, entre os eleitores evangélicos pentecostais, uma importância maior dada aos temas morais do que à questão da distribuição de renda, por exemplo. Situados no extrato social mais pobre da população, esses fiéis são fortemente influenciados pelos líderes de suas igrejas. De acordo com o pesquisador: "A base doutrinária pentecostal estimula um comportamento fundado em um proselitismo de cunho fortemente moralizante. Desse modo, os adeptos do pentecostalismo se veem, não apenas como guardiões de sua própria santidade, mas também corresponsáveis pela manutenção do padrão moral da sociedade como um todo" (BRPOLÍTICO, 2020).

Neste sentido, Stanley (2018) lembrou que o imaginário de uma família patriarcal como parte das tradições da nação, remetendo a um passado mítico, integra a estratégia de políticos fascistas. O papel desempenhado pelo líder e pai da nação se coaduna com o do pai de família no patriarcado, o qual exerce autoridade moral sobre seus filhos e esposa. Não por acaso, no corpo do manifesto que fundamenta a criação do novo partido do grupo político que sustenta o governo Bolsonaro, há menções claras aos objetivos de restaurar valores tradicionais e culturais da história do país e da família, com destaque para a proteção da mulher em sua condição de mãe e de gestante, aludindo ao combate ao aborto.

A imagem de uma família tradicional como cultivada entre religiosos conservadores, no entanto, na qual o homem é o provedor e as tarefas do lar são atribuídas à mulher que deve submissão àquele que é a "cabeça do lar", encontra-se há muito deslocada da realidade social. Como demonstrou Itaboraí (*apud* ANDRADE, 2018), a sociedade brasileira apresenta novos arranjos familiares nos quais as mulheres assumiram papéis distintos daqueles de um passado idealizado. Considerando o período entre 1976 e 2012, o percentual de mulheres que trabalham subiu de 25,4% para 46,4% entre trabalhadoras rurais e de 34,5% para 75,5% entre profissionais de nível superior.

A quantidade de lares chefiados por mulheres aumentou 67% entre 2004 e 2014. A busca pela emancipação econômica é parte do universo feminino, sendo a via pela qual a mulher conquista maior autonomia e prospecta uma posição melhor no espaço social. Já as questões relacionadas ao casamento homoafetivo, aborto e descriminalização das drogas, ainda que façam parte da agenda dos partidos de esquerda, envolvem demandas que ultrapassam as fronteiras da linha de atuação da esquerda política e estão relacionadas a direitos reivindicados por minorias e grupos sociais, cuja regulamentação depende de mediações diversas e decisões a cargo de complexos aparatos judiciais.

A esse respeito, vale notar, por exemplo, que, nos Estados Unidos, segundo Levitsky e Ziblatt (2018), os evangélicos começaram a entrar massivamente na política nos anos 1970, impulsionados pelo interesse das decisões judiciais relacionadas ao aborto. Depois, durante o governo de Ronald Reagan, nos anos 1980, a direita cristã se associou fortemente aos cristãos evangélicos. O Partido Republicano passou a ser a preferência de 76% dos evangélicos brancos, cada vez mais envolvidos no combate ao casamento gay e à ideia de um Estado laico. Como identificou Lilla (2018, p. 354), na era Reagan, aos obsessivos defensores do livre mercado, ferrenhos cavaleiros anticomunistas e desequilibrados proponentes de teorias da conspiração, juntaram-se "líderes religiosos enojados com as mudanças culturais dos anos 1969 e — um grupo não insignificante — de mulheres conservadoras que viam no feminismo um ataque pessoal à sua qualidade de mãe e dona de casa". No contexto americano, esse autor atribui o crescimento da extrema-direita e a consequente ascensão de Donald Trump à política identitária da esquerda, que teria reforçado uma forma de individualismo baseada numa "pseudopolítica" de promoção da autoestima e da autodefinição, principalmente entre os jovens, que, voltados para a sua própria interioridade, não foram preparados para o bem comum.

No caso brasileiro, é fato que a pauta identitária é uma bandeira das esquerdas. Contudo, enquanto no exercício do poder, a esquerda brasileira, então representada pelo Partido dos Trabalhadores, conjugou políticas localizadas de caráter identitário com a execução de amplos programas sociais e de recuperação da renda dos trabalhadores. Ou seja, a ênfase na redução das desigualdades econômicas, é possível argumentar, exime a esquerda de ter despendido energia em questões identitárias ao ponto de despertar reações conservadoras ou de inibir a inspiração de causas comuns. As políticas de distribuição de renda, mais do que as identitárias, acionaram o ímpeto e a agressividade da direita. Além disso, há que se avaliar se as políticas distributivas da esquerda — que incorporaram novos consumidores ao mercado —, descoladas de mecanismos de aperfeiçoamento da cidadania política, não estariam por trás da exacerbação de um individualismo que propiciou o crescimento de ideologias de direita e que sempre fez parte da abordagem teológica do cristianismo evangélico.

Isto posto, podemos nos voltar para a segunda dimensão discursiva do bolsonarismo, que diz respeito à "predominância da fé sobre a razão". Ela está presente desde a campanha, quando o então candidato Jair Bolsonaro declarou: "Não tem essa historinha de Estado laico. É Estado cristão". A frase sinalizava a intenção de incluir no seu projeto de poder, por dentro de um Estado laico desde de 1890, a subjetividade da religião cristã. Esse movimento retórico atiçou líderes evangélicos, cada vez mais confortáveis no entorno do candidato. Fechadas as urnas, a vitória da campanha bolsonarista foi celebrada com uma longa oração de um pastor-político, transmitida em todas as redes nacionais de televisão. Hoje, no governo Bolsonaro, encontram-se instaladas personalidades do segmento evangélico, mesmo em órgãos de caráter científico, como na Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação. Além disso, o presidente prometeu indicar um ministro "terrivelmente evangélico" para compor o Supremo Tribunal Federal, numa das vagas que deverão se abrir naquela corte com as duas aposentadorias compulsórias previstas até 2021.

A Constituição brasileira, porém, no seu artigo 19, preceitua: "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público." O partido político em construção pelos apoiadores do governo Bolsonaro, por outro lado, enfatiza no seu manifesto: "*Em primeiro lugar, a Aliança pelo Brasil reconhece o lugar de Deus na vida, na história e na alma do povo brasileiro. Que é um povo religioso e solidamente educado nas bases do cristianismo e suas variadas vertentes e expressões. [...] A relação entre Cristo e a igreja é intrínseca, fundante e inseparável". O documento claramente anuncia os valores do cristianismo ocidental como alicerces da agremiação.*

Uma das consequências mais visíveis dessa reinserção do elemento religioso no aparato institucional de um governo no Brasil é o anti-intelectualismo. De fato, já na campanha eleitoral, apoiadores do bolsonarismo foram estimulados a hostilizar e atacar as universidades públicas, sob a complacência de instâncias judiciais inferiores, o que demandou a intervenção do Supremo Tribunal Federal para que a livre expressão do pensamento fosse assegurada no ambiente universitário. O próprio ministro da Educação do governo é agressor contumaz das universidades e observa-se entre os propagadores do bolsonarismo nas redes sociais o ataque contínuo à obras literárias, à cultura, assim como a negação da ciência. O reflexo disso se traduz em diminuição dos investimentos em pesquisa, na desconsideração em relação às instituições do conhecimento — a exemplo dos conflitos entre o presidente da república e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais sobre o desmatamento na Amazônia — e na grave recusa de Jair Bolsonaro em aceitar as recomendações científicas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. Em se tratando das universidades, não é demais mencionar a relação que Stanley (2018, p. 744) estabeleceu entre o anti-intelectualismo e a política fascista: "Uma vez que se deslegitimam as universidades e os especialistas, os políticos fascistas se veem livres para criar suas próprias realidades, moldadas por sua própria vontade individual". Não por acaso, os movimentos fascistas estimulam denúncias contra disciplinas com perspectivas diferentes da dominante, embora a universidade seja, desde a sua origem, um ambiente crítico e produtor do conhecimento científico.

A ascensão do negacionismo científico foi tratada por D'Ancona (2018) no âmbito de seu trabalho sobre a pós-verdade. Para esse autor, rechaçar a ciência em questões relacionadas à saúde pública e à segurança dos outros é especialmente preocupante. Para ilustrar, o autor cita o caso de um único estudo que vinculava as vacinas contra sarampo, caxumba e rubéola à incidência de autismo. A repercussão do estudo na mídia simplesmente resultou em queda nas taxas de imunização no Reino Unido, gerando surtos e mortes por sarampo. Com métodos insatisfatórios e conflitos de interesses evidentes, o estudo foi posto à prova por uma comissão de cientistas que refutou, sem margem de dúvidas, qualquer relação entre as vacinas e o autismo. Após a apresentação do relatório, no entanto, a comissão responsável foi aconselhada a reforçar sua segurança em função de ameaças de violência consideradas plausíveis. Runciman (2017), por sua vez, menciona as teorias da conspiração criadas para desacreditar os cientistas que advertem o mundo a respeito das mudanças climáticas. Segundo essas teorias, as elites pretendem criar um problema global que demande ação coletiva na mesma escala. A negação do aquecimento do planeta é a arma utilizada para desacreditar o estudo científico e beneficiar a indústria de combustíveis fósseis.

No caso do coronavírus, o presidente brasileiro, além de minimizar reiteradamente os efeitos da pandemia, sabotando os esforços de governos locais para ampliar o isolamento social horizontal, alardeou

a suposta eficácia de um remédio — a cloroquina — contra a Covid-19, mesmo comportamento adotado pelo presidente dos Estados Unidos. Em consequência disso, pesquisadores que realizam estudos sobre o referido medicamento foram alvo de ataques e ameaças por parte dos seguidores de Bolsonaro. A presidente de uma das principais instituições de pesquisa do Brasil, a Fundação Oswaldo Cruz, ao se pronunciar sobre as ameaças, comentou:

> *[...] vejo como* um ataque não só aos pesquisadores, mas um ataque a toda a ciência. Não por acaso, além do conselho da Fiocruz, também a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Sociedade de Medicina Tropical, a Academia Nacional de Medicina e várias instituições científicas se posicionaram todas em favor do respeito à pesquisa científica, à preservação do trabalho dos pesquisadores (UOL, 21/04/2020).

A extrema-direita brasileira repete, como se vê, a estratégia de Donald Trump, cujo governo, conforme apontou Kakutani (2018), tem sido marcado pelo ataque à ciência e aos especialistas. A razão vem sendo abandonada, assim como o debate bem informado. Trump personificou os princípios anti-iluministas, rejeitando o racionalismo, enquanto toma decisões erráticas, por impulso, baseadas no instinto, em meros caprichos e em ideias pré-concebidas ou delirantes acerca do funcionamento do mundo. Desacreditar o jornalismo, tirar proveito da ignorância dos eleitores e manejar os seus medos e ressentimentos, são táticas adotas pelo presidente americano para difundir narrativas virais pela internet que servem de base para realidades alternativas. O bolsonarismo se espelha nisso e tem usado os evangélicos para matar a razão e ofuscar a realidade.

Na crise da pandemia, um dos principais líderes evangélicos do país, o pastor Silas Malafaia, tem se pronunciado sistematicamente contra a cobertura da imprensa sobre a doença, fazendo crer aos seus fiéis que o coronavírus é utilizado para promover o pânico e impulsionar a oposição política. O pastor, pertencente à vertente neopentecostal e triunfalista do segmento cristão evangélico, tornou-se um apoiador incondicional do governo Bolsonaro e aproveita a ameaça da pandemia para, perigosamente, estimular fiéis a exercitarem a fé contra a doença e a desconsiderarem as recomendações científicas. O "mito" Bolsonaro, como este é chamado pelos seus mais fiéis seguidores, encontrou enfim na religião a simbiose conveniente para o reforço recíproco de crenças e ideologias em torno de interesses complementares.

Ao mesmo tempo, em outra direção, podemos apontar ainda uma terceira dimensão discursiva de Jair Bolsonaro: a "organização da sociedade via disciplina e ordem". A esse respeito, tendo iniciado a sua trajetória política depois de desligar-se das Forças Armadas e assumido os interesses dos militares como principal bandeira para angariar votos, Bolsonaro notabilizou-se por discursos autoritários na nova carreira. Além de posições homofóbicas, machistas e de criminalização de minorias e movimentos sociais, o político Bolsonaro jamais se constrangeu em exaltar torturadores do regime militar. Não surpreende, pois, que, durante a campanha presidencial, o candidato Bolsonaro tenha chegado a falar em eliminar inimigos e matar bandidos, e prometido ocupar cargos do governo com militares. Ao menos com relação a esta última promessa, no final do primeiro ano do mandato, além do vice-presidente, o governo de fato já contava com 8 (oito) dos 22 (vinte e dois) ministérios ocupados por militares, além de mais de 2.500 (dois mil e quinhentos) outros militares em cargos de chefia e assessoramento. Na visão de Ackerman (*apud* RUNCIMAN, 2017), a democracia corre riscos quando os militares são cooptados pelo executivo e, subservientes, aumentam os poderes de um governo extremista. Por outro lado, a politicização dos militares pode resultar em tutela sobre o presidente.

Porém, a opção pelo autoritarismo no discurso da campanha e como prática de governo encontrou receptividade em parte da sociedade brasileira, um reflexo da deslegitimação da política difundida nos últimos anos e da ausência de uma cultura democrática que pudesse inibir a emergência de líderes autoritários. No caso dos evangélicos, a indiferença em relação aos valores democráticos também decorre de interpretações isoladas e descontextualizadas de textos bíblicos que sugerem obediência aos governantes, sujeição aos líderes religiosos e submissão à autoridade do homem no âmbito do núcleo familiar. Desse modo, a visão de uma sociedade organizada sob disciplina e ordem acomoda-se melhor nesse universo religioso. Vale notar, no entanto, que Nichols (*apud* GARDNER, 1982) resgatou as contribuições do protestantismo para a democracia anglo-americana, identificando no movimento puritano, entre 1640 e 1650, as raízes de reformas constitucionais que favoreceram a democracia. Na Inglaterra, seja por motivações religiosas com vistas a limitar as intromissões do Estado nas práticas religiosas, seja como uma estratégia política para assegurar os direitos de minorias, calvinistas defendiam governos constitucionais. Foram, porém, os puritanos que, advogando a separação entre Igreja e Estado, desenvolveram conceitos que ajudaram no desenvolvimento da democracia política.

Ainda segundo Gardner (1982), diversos valores da democracia são condizentes com o ideário do cristianismo, a exemplo da promoção do bem-estar do povo, visto como propósito primeiro do Estado. De fato, mesmo a compreensão cristã da natureza humana, a um só tempo otimista e pessimista em relação à sua capacidade para realizar o bem, é também indicativa de que há compatibilidade entre democracia e cristianismo. Para citar as palavras de Niebuhr (*apud* GARDNER, 1982, p. 380): "A capacidade do homem para a justiça torna a democracia possível; mas a inclinação do homem para a injustiça torna a democracia necessária". Além disso, convém destacar que a fé cristã ultrapassaria a norma do interesse próprio, assumindo um sentido democrático de unidade em torno do bem comum. Nesta direção, segundo esse mesmo autor, para os cristãos, assim como para os democratas, é preciso salvaguardar o reconhecimento da real humanidade de todas as pessoas, seu valor absoluto e sua verdadeira dignidade como indivíduos. Todavia, a contribuição que o cristianismo pode dar à democracia não depende da conversão de uma maioria a essa profissão de fé, devendo os que a professam tão somente colaborar para a elevação de uma consciência pública que cresça na mesma proporção do nível de justiça social.

Gardner (1982), todavia, identificou fatores que, tal como hoje, contribuíam para que os cristãos não exercessem adequadamente sua responsabilidade política, dentre os quais se destacam: a ideia de que a política é algo sujo, a falta de compreensão das relações de forças que envolvem o poder político, o receio da controvérsia, o preconceito contra os esforços cooperativos e sociais, a ausência de discernimento quanto aos reais problemas da sociedade e a ênfase em personalidades e/ou assuntos particulares de cunho moral. Assim, a omissão, o ceticismo, a autorretidão e uma participação difusa e débil, acabavam por contribuir para a injustiça social.

O fato é que a redução dessa forma de injustiça está relacionada a maiores graus de democracia. Arretche (2018) demonstrou que as desigualdades de renda tendem a diminuir em contextos de mais participação eleitoral e que nestes as demandas dos menos favorecidos são melhor vocalizadas. A democracia e a justiça social, no entanto, não estiveram nos critérios determinantes da maioria dos evangélicos cristãos nas eleições brasileiras de 2018. Tal como atestam as pesquisas, em torno de 70% desse grupo social optou por um candidato autoritário. Sobre isso, Levitsky e Ziblatt (2018, p. 396) alertaram: "Se o povo abraça valores democráticos, a democracia estará salva. Se o povo está aberto a apelos autoritários, então, mais cedo ou mais tarde, a democracia vai ter problemas". Esses autores listaram os critérios para avaliar se um líder é autoritário, a saber: a rejeição às regras

democráticas do jogo, a negação da legitimidade dos oponentes políticos, a tolerância ou o encorajamento à violência, a propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive da mídia. Em menos de um ano e meio de governo, Bolsonaro já disse que as eleições de 2018 foram fraudadas (embora tenha vencido), promove a criminalização de adversários políticos, estimula a prática de eliminação de criminosos e se tornou num contumaz agressor da mídia tradicional. Ainda assim, os evangélicos continuam formando o grupo mais fiel ao seu governo.

Por fim, o quarto elemento discursivo manejado por Jair Bolsonaro e mais facilmente eficaz quando dirigido ao público evangélico é o marcathismo. A esse respeito, como lembram Levitsky e Ziblatt (2018), nos próprios Estados Unidos, em várias circunstâncias históricas, as regras democráticas foram desafiadas e as instituições ameaçadas. Num desses momentos, no final dos anos 1950, o macarthismo ascendeu, espalhando o temor entre os cidadãos americanos no contexto da Guerra Fria, quando a antiga União Soviética surgira como potência nuclear. A histeria anticomunista liderada pelo senador Joseph McCarthy foi usada para perseguir pessoas e estigmatizar oponentes. Desesperados por um novo apelo eleitoral eficaz, os conservadores do Partido Republicano instrumentalizaram o anticomunismo como um "porrete" para derrotar os Democratas. A virulência da tática macarthista assaltou as normas de tolerância mútua até que caísse em descrédito, restringindo-se a grupos extremistas que mantiveram vivo o espírito do anticomunismo.

Finda a Guerra Fria, derrubado o muro de Berlim há mais de trinta anos e tendo o capitalismo assumido a hegemonia no mundo ocidental, as sombras da ameaça comunista foram ressuscitadas para se agregar às estratégias da extrema-direita, no objetivo de inibir o debate democrático e turvar a percepção dos cidadãos. Apelando para um inimigo hoje genuinamente imaginário e associando-o a qualquer menção às políticas, causas ou reivindicações de caráter social, a retórica difundida pela extrema-direita combinou clichês nacionalistas ("A nossa bandeira jamais será vermelha!") com a criminalização de políticas públicas destinadas aos mais pobres, num processo amparado por narrativas de formadores de opinião nos meios de comunicação. A junção desses mecanismos expressou-se mais claramente na reação dos setores conservadores ao Programa Mais Médicos, política pública destinada a levar atendimento básico de saúde às periferias e regiões isoladas do Brasil, viabilizada principalmente pela presença majoritária de médicos cubanos. O programa, apesar da elevada aprovação popular verificada entre os beneficiários, foi hostilizada enquanto durou e abandonada pelo governo de extrema-direita por motivações exclusivamente ideológicas.

Já o macarthismo direcionado aos evangélicos repetiu a fórmula de associar a esquerda política ao pensamento secular e ateísta que vê a religião como um fator de alienação e de impedimento de um progresso que prescinde da moral cristã. O Brasil já foi governado por um presidente declaradamente ateu, Fernando Henrique Cardoso. No entanto, o fato de situar-se no espectro conservador da correlação de forças da sociedade brasileira impediu, durante todo o seu governo, qualquer antagonismo entre ele e os religiosos. Já em 2018 o cenário era outro. E, na mistura de ingredientes do caldo cultural e político criada para derrotar as esquerdas, não podiam faltar as mistificações promovidas pelo macarthismo tropical, que de fato "demoniza" as esquerdas, assassinando reputações e suscitando o medo e a raiva, também entre os que foram induzidos a contrapor o social à sua fé individual. É por essa via que o macarthismo estimula o preconceito da religião contra o pensamento de esquerda.

Tonet (2016) explica que a notória desconfiança da religião em relação à teoria marxiana decorre da conexão entre esta última e o ateísmo. Para o autor, de fato é possível agrupar as divergências entre a religiosidade e a concepção marxiana da emancipação humana em seis questões principais: 1) a prioridade da matéria sobre o espírito ou vice-versa; 2) a existência ou não de um mundo

transcendente; 3) a origem do ser social; 4) a existência de teleologia na história humana ou no interior do ser social; 5) a explicação imanente ou transcendente dos acontecimentos (com propósitos previamente definidos ou resultantes da ação humana); e 6) a questão da origem e natureza do mal. Estas questões, ainda segundo Tonet (2016), só podem ser resolvidas pelo processo histórico. A seu ver, não há como chegar a nenhum acordo a respeito delas. O fato é que, apesar de prováveis consensos em torno da transformação social, o imperativo da supressão da propriedade privada e da extinção do Estado é inegociável. Assim sendo, o desaparecimento da religião numa sociedade comunista seria resultado natural da busca de uma emancipação fundada na compreensão de que a realidade social é exclusivamente decorrente da atividade humana. Em face disso e talvez por isso, aludindo a uma máxima do próprio Karl Marx, mencionada por Tonet (2016, p. 149): "Deve-se duvidar de tudo", os religiosos prefiram a fé, ainda mais em realidades nas quais as soluções humanas de ordem política mostram-se desacreditadas. Por outro lado, esses mesmos religiosos não conseguem decifrar os interesses que se camuflam quase que de forma invisível para reafirmar dominações em nome de Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa e o discurso são capitais simbólicos determinantes na arena política. Em tempos de redes sociais, a extrema direita saiu na frente na estratégia de conquistar eleitores em diversos contextos. Apelando a crenças e preconceitos, o populismo de direita tem logrado manejar medos e ressentimentos, ameaçando as democracias ocidentais. O fortalecimento do conservadorismo resgata tradições e tenta impor o retorno a um passado mítico. Nesta direção, encontra nos segmentos religiosos o público mais suscetível aos seus discursos.

No Brasil, esses discursos encontraram em amplos setores da religião evangélica um suporte determinante para a ascensão da extrema direita. Além de decisivo durante as eleições, a aliança entre extrema-direita e religião evangélica produziu uma argamassa de apoio social ao governo eleito, apesar dos conflitos, contradições e retrocessos por ele gerados. Esse apoio pode ser classificado em três frentes.

Em primeiro lugar, os evangélicos lhe oferecem um apoio "ideológico", reforçando os discursos do governo difundidos nas redes sociais. Ativos nessas plataformas, crentes praticam as suas tendências messiânicas replicando todas as teses do governo, mesmo quando estas contradizem princípios do cristianismo. Em segundo lugar, o apoio evangélico se dá sob a forma "parlamentar". A bancada evangélica, historicamente ligada às pautas conservadoras, tornou-se na parcela do congresso mais identificada com as premissas da extrema-direita e a ela disponibiliza votos para as medidas governamentais. Por último, os evangélicos oferecem apoio "eclesiástico". Eventos e liturgias (orações, jejuns e cultos) têm sido frequentemente utilizados para enaltecer ou defender o governo Bolsonaro. Estruturas de igrejas foram mobilizadas para angariar assinaturas necessárias para o registro de um novo partido idealizado por Bolsonaro e seus seguidores. Considerando-se a representatividade dos evangélicos na demografia e no voto, não é pequeno o impacto que suas opções políticas têm sobre a democracia brasileira. As eleições de 2018 e a sobrevivência do governo Bolsonaro já demonstrou isso, como aqui se tenta elucidar.

Está claro que o governo Bolsonaro não tem a intenção de amparar-se numa maioria da população. Persegue o objetivo de conservar um núcleo duro de apoio social, suficiente para contrapor-se a

um polo oposto — sempre criando fatos que preservem o antagonismo com esse polo e alimentando a percepção de que ele é formado por radicais perigosos e desprezíveis — para vencer eleições pelo ódio e o medo, assim como manter-se no poder emulando crenças e valores úteis a essa estratégia.

Assim, a democracia brasileira enfrenta hoje o desafio de criar espaços de comunicação públicos que permitam um diálogo plural capaz de romper as bolhas criadas pelo extremismo de direita. Dentre essas, os religiosos e particularmente os evangélicos, apresentam maior grau de coesão em torno da agenda da extrema-direita pelos motivos aqui expostos. Até agora, o lento arrefecimento da base de apoio do bolsonarismo, apesar do comportamento errático e cada vez mais autoritário do governo, deve-se sobretudo à insistência dos evangélicos em manterem o encantamento pelo mundo a partir de suas crenças, comportamento útil ao projeto da extrema-direita para, por vias eleitorais e de controle do Estado, desmontar os sistemas democráticos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.O. Novos arranjos nos lares brasileiros. **Pesquisa Fapesp**, Ed. 263, Janeiro, 2018.

ARRETCHE, Marta. **D**emocracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2018, vol.33, n.96, e339613. Epub Jan 08, 2018.

BOAS, Taylor C. Evangelicalism, conservative parties and voting behavior in Latin America. In: CONFERÊNCIA "FINDING RELIGION" DO INSTITUTE ON CULTURE, RELIGION, AND WORLD AFFAIRS, 1., 2019. *Anais*... Boston: Universidade de Boston, 29 mar. 2019. Disponível em: < http://people.bu.edu/tboas/evang_voting_behavior.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

BRPOLÍTICO**.** Questão moral pesa mais que renda para eleitorado pobre, diz pesquisa. Disponível em: <https://brpolitico.com.br/noticias/questao-moral-pesa-mais-que-renda-para-eleitorado-pobre-diz-pesquisa/>Acesso: 13/04/2020.

DATAFOLHA. **Eleições 2018**: Brasil – Intenção de voto para presidente da República – 2º turno – 25/10, 2018. Disponível em: < http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake News. Barueri, São Paulo: Faro Editorial, 2018.

FINCHELSTEIN, Federico. O líder fascista como encarnação da verdade. Brasília: **Revista Serrote**, 01/05/2020.

GARDNER, E.C.. **Fé bíblica e ética social**. Rio de Janeiro: Juerp, 1982.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Editora Intrínseca, ASIN B07GDTWP3M, 2018.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D.. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LILLA, Mark. **O progressista de ontem e o do amanhã:** desafios da democracia liberal no mundo pós-política identitárias. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 61-76, jan./fev./mar. 2019.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2017.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do nós e eles. Editora L&PM, ASIN 8525438200,2018.

TONET, Ivo. **Marxismo, religiosidade e emancipação humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

UOL. Ataques ameaçam trabalho científico, diz presidente da Fiocruz. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/04/21/ataques-ameacam-trabalho-cientifico-diz-presidente-da-fiocruz.htm>Acesso em 21/04/2020.

Democracia e Religião no discurso parlamentar de mulheres antifeministas e feministas[1]

Recebido em 15/05/2020, aprovado em 15/07/2020
DOI: 10.30612/mvt.v7i12.11947
Bruna Quinsan Camargo[2]
Raisa Cortez Rosado[3]

RESUMO:
O artigo objetivou identificar os argumentos mobilizados pelas deputadas federais no conflito sobre feminismo durante o ano de 2019 por meio do procedimento metodológico qualitativo da Análise de Conteúdo, a partir das categorias argumentativas "democracia", "jurídico", "científico" e "religioso". Os materiais analisados foram as justificativas de proposições e os discursos de deputadas federais antifeministas e feministas que disputam espaço e legitimidade no Estado. Os dados, que foram coletados na plataforma de monitoramento legislativo SigaLei e analisados com o auxílio do software NVivo, indicam a aceitação das hipóteses de que a mobilização antifeminista recorre a argumentos de ordem científica e jurídica, e não propriamente religiosos; e de que a linguagem da democracia é mobilizada para combater a perspectiva feminista de gênero em políticas públicas. Além disso, os dados indicam uma disputa em torno da concepção de democracia entre os dois grupos antagônicos e também sugerem que valores e concepções religiosas recebem uma camuflagem democrática, causando confusão e debilitação do caráter laico do Estado.

Palavras-chave: Antifeminismo. Religião e política. Democracia.

Democracy and Religion in the parliamentary discourse of antifeminist and feminist women

ABSTRACT:
This work aimed to identify the arguments mobilized by women members of the Chamber of Deputies in the conflict over feminism during 2019 through the qualitative methodological

1 Este artigo foi originalmente publicado em ROSADO, R. C. ; CAMARGO, B. Q. Democracia e Religião no Discurso Parlamentar de Mulheres Antifeministas e Feministas; 2019. In: DINIZ, S.; RIBEIRO, P. J. F. Atuação parlamentar: ensaios sobre atividades legislativas na Câmara dos Deputados. São Carlos (SP): EDUFSCar - Universidade Federal de São Carlos, 2020.

2 Mestranda em Ciência Política (PPGPOL/UFSCar) e bolsista CAPES. Membra do Núcleo de Estudos sobre Democracia e Desigualdades: Políticas Públicas e Percepções Públicas (NEDEPP). E-mail: missquinsan@hotmail.com.
3 Graduanda em Ciências Sociais (UFSCar). E-mail: cortezraisa@gmail.com.

procedure of Content Analysis, based on the argumentative categories “democracy”, “juridical”, “scientific” and “religious”. The materials analyzed were proposition justifications and speeches of the anti-feminist and feminist deputies that dispute space and legitimacy in the state. The data, which were collected on the legislative monitoring platform SigaLei and analyzed with the aid of the software NVivo, indicates acceptance of the hypotheses that the antifeminist mobilization uses scientific and legal arguments, and not properly religious; and that the democracy language is mobilized to combat the feminist gender perspective in public policies. In addition, the data indicates a dispute over the conception of democracy between the two antagonistic groups, and also suggests that religious values and conceptions are given a democratic camouflage, causing confusion and weakening of the state’s secular character.

Keywords: Antifeminism. Religion and Politics. Democracy.

Democracia y religión en el discurso parlamentario de mujeres antifeministas y feministas

RESUMEN:
El artículo tuvo como objetivo identificar los argumentos movilizados por las diputadas federales en el conflicto sobre el feminismo durante el año 2019 mediante el procedimiento metodológico cualitativo del Análisis de Contenido, a partir de las categorías argumentativas “democracia”, “jurídico”, “científico” y “religioso”. Los materiales analizados fueran las justificativas de proposiciones y los discursos de diputadas federales antifeministas y feministas que disputan el espacio y la legitimidad en el Estado. Los datos, recogidos en la plataforma de monitoreo legislativo SigaLei y analizados con la ayuda del software NVivo, indican la aceptación de las hipótesis de que la movilización antifeminista utiliza argumentos del orden científico y jurídico, y no propiamente religiosos; y que el lenguaje de la democracia es movilizada para combatir la perspectiva de género feminista en las políticas públicas. Además, los datos indican una disputa sobre la concepción de democracia entre los dos grupos antagonistas y también sugieren que los valores y las concepciones religiosas reciben un camuflaje democrático, causando confusión y debilitación del carácter laico del Estado.

Palavras Clave: Antifeminismo. Religión y política. Democracia.

INTRODUÇÃO

> Não somos devedores de um grito de defesa aos Antônios, Pedros, Josés e tantas outras vítimas anônimas do famigerado empoderamento feminino, conceito doentio que monstros distorcidos [...] usam para justificar seus desígnios nocivos?
>
> Deputada Federal Bia Kicis (PSL - RJ)

O trecho mobilizado acima faz parte de um discurso da deputada federal Bia Kicis em que, para sustentar seu argumento de que o movimento LGBTQIA+[4] demanda privilégios e censura, a deputada atrela a motivação do assassinato de uma criança, cometido pelas mães lésbicas, à teoria feminista sobre gênero, chamada no discurso de "ideologia de gênero".

"Ideologia de gênero", como sugere a pesquisadora Maria das Dores Campos Machado (2018), é uma categoria acusatória criada por teólogos, sacerdotes e cardeais de setores conservadores da igreja católica, com a finalidade de desqualificar a teoria feminista de gênero e frear o avanço dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Tal terminologia foi adotada posteriormente por lideranças evangélicas conservadoras e por grande parte das outras forças que compõem a extrema-direita que se espalha pelo mundo, em especial as direitas emergentes na América Latina, local em que o feminismo se desenvolveu com movimentos de esquerda (Sagot, 2012) e que contava com uma maior organização feminista em conferências da ONU da década de 1990 (Corrêa, 2018).

O avanço da extrema-direita no Brasil pode ser verificado no crescimento da representação parlamentar de atores que se dizem abertamente de direita e que defendem calorosamente um conservadorismo moral, operando "em função de avanços 'intoleráveis' em algumas das 'pautas progressistas' no Executivo, no Legislativo e no Judiciário" (Quadros e Madeira, 2018). O reconhecimento de direitos básicos de lésbicas, gays, bissexuais e população trans, bem como o enfrentamento às violências diversas sofridas por mulheres, pessoas negras e pessoas que desobedecem as normas cisgênera e heterossexual são exemplos de tais avanços considerados "intoleráveis" para esses grupos.

Diante de tal conflito entre atores progressistas e conservadores, que disputam espaço, poder e legitimidade no Estado e na sociedade, o presente artigo objetiva identificar os argumentos mobilizados pelas deputadas federais que compõem o campo da direita brasileira no enfrentamento ao feminismo durante o primeiro ano da atual legislatura (2019-2023) da Câmara dos Deputados. A análise de conteúdo de proposições e de discursos das deputadas indica a aceitação das hipóteses de que a mobilização antifeminista recorre a argumentos de ordem científica e jurídica, e não propriamente religiosos e de que a linguagem da democracia é mobilizada para combater a perspectiva feminista de gênero em políticas públicas.

O artigo está dividido em três seções. A primeira seção apresenta uma revisão da literatura sobre os impasses encarados pelos movimentos feministas frente ao atual conservadorismo moral da direita emergente. Na segunda seção são expostos os procedimentos metodológicos de análise dos discursos e proposições das deputadas. Já na terceira seção são identificados os argumentos feministas e antifeministas, bem como suas concepções sobre a democracia em disputa.

UM PASSO ADIANTE, DOIS PASSOS ATRÁS

Demandando reconhecimento, mudanças de valores na sociedade e denunciando violências, desigualdades e relações de privilégio e subalternização, os movimentos feministas e LGBTQIA+ conquistaram uma série de direitos e promoveram transformações políticas, culturais e intelectuais em diversos países (Sagot, 2012, p.75-76).

4 Lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, queer, intersexo, assexuais e demais identidades que diferem das normas cisgênera e heterossexual.

Os movimentos que são ferramentas de grupos historicamente subalternizados, como o feminista e LGBTQIA+, são mais que um movimento social clássico com suas grandes manifestações, uma vez que também disputam sentidos e significados, como a cidadania, a democracia, a igualdade e a justiça. Tais conceitos não podem ser universalizantes, mas devem levar em consideração as particularidades e as diferenças produzidas pelas hierarquias sociais, culturais e sexuais, a fim de permitir a construção de uma sociedade que dê as condições necessárias para que todos os seus membros participem das decisões sobre suas condições de vida (Sagot, 2012).

Autoras feministas latino-americanas, como a costarriquenha Montserrat Sagot (2012), argumentam ser característica dos movimentos feministas da região a sua proximidade com as esquerdas, tecendo críticas tanto ao sistema de opressão de gênero como às opressões econômicas e políticas do neoliberalismo. Outra característica, ainda segundo Sagot, é a prioridade na agenda feminista da região ser a ampliação da cidadania das mulheres através da sua representação nos espaços de tomada de decisão, impulsionando a aprovação de leis, políticas públicas e transformações institucionais no Estado.

O crescimento desses movimentos e sua conquista de legitimidade não passaram despercebidos pelas instituições religiosas conservadoras. Os principais setores da igreja católica passaram a construir, desde meados da década de 1990, no contexto de conferências da ONU, um discurso que justifica uma contraofensiva conservadora que visa frear as conquistas de mulheres e de dissidentes sexuais e de gênero[5], em especial na América Latina e na Europa (Balieiro, 2017; Corrêa, 2018).

A formulação de tal discurso foi feita por lideranças da igreja católica durante os anos 1990 e 2000, buscando refutar a compreensão feminista sobre o gênero - a compreensão de que gênero é um fenômeno cultural. Eles caracterizaram pejorativamente a teoria feminista como (1) algo radicalizado por influência do marxismo, (2) algo que ameaça a família e o matrimônio, (3) algo que incentiva a pedofilia e (4) algo que é anti-científico, uma vez que supostamente nega evidências biológicas (Corrêa, 2018; Machado, 2018).

Portanto, se observa a criação de uma estratégia discursiva no interior do Vaticano que não fala apenas de normas divinas, mas traz para o centro da argumentação a defesa da ciência, em especial a biologia, mas principalmente a suposta defesa dos direitos de um grupo vulnerável: as crianças. Segundo Fernando Figueiredo Balieiro:

> A oposição a tal agenda de direitos humanos se efetuou a partir de um recurso discursivo estratégico: uma mudança na chave interpretativa na qual a expansão de direitos à população LGBT contida nas iniciativas governamentais era concebida como uma ameaça às crianças. No lugar de se apresentarem como contrários à equiparação de direitos, os agentes do pânico moral se mostraram como defensores dos direitos das crianças, enquanto seus adversários foram transformados em inimigos com presumidas intenções ocultas que ameaçariam as bases da sociedade (Balieiro, 2018, p. 4).

O uso deste recurso discursivo estratégico, portanto, permite que a direita antifeminista receba uma aparência de defensora da democracia e dos direitos enquanto se opõe ao reconhecimento de demandas de grupos que historicamente sofrem violência e subalternização. A costarriquenha

5 Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas não-binárias e todo o espectro de identidades que diferem da norma heterossexual e cisgênera.

Montserrat Sagot (2012) vai além na compreensão de tal fenômeno, mobilizando a concepção dos sociólogos da religião Enzo Pace e Renzo Guolo de neointegrismo religioso.

O neointegrismo religioso é uma estratégia discursiva que disfarça argumentos, valores e ideias religiosas com uma roupagem democrática. No discurso dos atores que mobilizam a estratégia pouco se fala de deus, da bíblia ou do pecado, enquanto a linguagem da democracia e da ciência se encontram no centro da argumentação. Sagot (2012) argumenta ser interessante para os governos das democracias neoliberais da América Latina adotar e transformar em políticas públicas o substrato moral dos posicionamentos religiosos, uma vez que o neointegrismo religioso lhes serve de sustento ideológico.

> O compromisso dos governantes implica defender as posições que interessam aos grupos religiosos neointegristas e implementar ações estatais nesse sentido, em troca de seu respaldo ideológico - que pode ser interpretado pelas pessoas que crêem e que precisam de fé como respaldo "divino" - para ter um terreno livre e até "santificado" para continuar com as práticas políticas e econômicas que causaram tanta desigualdade social, violência e exclusão[6] (Sagot, 2012, p. 92).

Tal recurso discursivo foi adotado, portanto, para além de cristãos conservadores, também por grande parte dos movimentos de extrema-direita que emergem pelo mundo impondo a desdemocratização (Rancière, 2014).

Aqui se compreende democracia, ou processos democratizantes, como a vida democrática, "uma contestação militante permanente" (Rancière, 2014, p. 16), ou as ações políticas operacionalizadas pela prática do dissenso, que é a atividade conflitiva que questiona e modifica o ordenamento "do mundo sensível que define [...] as formas do espaço em que o comando se exerce" (Rancière, 1996, p.372). Exemplo de prática democratizante é o avanço feminista que busca fazer com que os Estados e a população compreendam os problemas enfrentados por mulheres e pessoas que desrespeitam as normas de gênero e sexualidade como merecedores de discussão e intervenção pública.

Já os processos de desdemocratização são aqueles promovidos pela democracia neoliberal que reprimem a democracia, se queixando do povo, de seus costumes e de suas conquistas (Rancière, 2014, p. 10) e que tentam afastar a população, em especial a enorme parcela da população pertencente a grupos que foram historicamente subalternizados, da política, conferindo as decisões à especialistas que naturalizam a expansão capitalista (Rancière, 2014, p. 99) e as normas de gênero.

No Brasil a extrema-direita neoliberal desdemocratizante, segundo Michael Lowy (2015), tem pouca relação com o integralismo dos anos 1930, não se manifesta através de partidos de massa assumidamente racistas, mas manipula demagogicamente a pauta do combate à corrupção e agita uma ideologia repressiva e policialesca, além de incitar ódio e intolerância à pessoas que desobedecem a cisheteronorma (Lowy, 2015, pp. 662-663). Ela é representada, sobretudo, pelo Bolsonarismo, fenômeno político que está além da figura de Bolsonaro e que Adriano de Freixo e Rosana Pinheiro-Machado caracterizam

6 Tradução própria para "El compromiso para los gobernantes implica defender las posiciones que le interesan a los grupos religiosos neointegristas e implementar acciones estatales en ese sentido, a cambio de su respaldo ideológico –que puede ser interpretado por el pueblo creyente y necesitado de fe como respaldo "divino"– con el fin de tener el terreno libre y hasta "santificado" para continuar con las prácticas políticas y económicas que tanta desigualdad social, violencia y exclusión han provocado".

> por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos '"valores tradicionais" e assume uma retórica nacionalista e "patriótica", sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo (Freixo e Pinheiro-Machado, 2019, p.19).

Sendo as pautas feministas e do movimento LGBTQIA+ identificadas pelo bolsonarismo como atreladas às esquerdas e ao progressismo, o combate à chamada "ideologia de gênero" foi um tema recorrente na campanha presidencial de Jair Bolsonaro e dos candidatos de seu partido aos cargos legislativos em 2018. Não ao acaso todas as deputadas identificadas na presente pesquisa como antifeministas são do partido que elegeu Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal).

Para analisar a argumentação das deputadas bolsonaristas antifeministas da atual legislatura, bem como a argumentação parlamentar feminista, a fim de responder a questão norteadora do trabalho de qual é a natureza e como se diferenciam os argumentos utilizados pelas parlamentares antifeministas e feministas no que diz respeito ao combate e à defesa do feminismo e dos movimentos de diferença sexual e de gênero durante o ano de 2019, foram formuladas as seguintes hipóteses: (H1) *A mobilização antifeminista recorre a argumentos de ordem científica e jurídica, e não propriamente religiosos*; e (H2) *A linguagem da democracia é mobilizada para combater a perspectiva feminista de gênero em políticas públicas*. A próxima seção trata dos procedimentos metodológicos utilizados para se alcançar tal fim e para testar as hipóteses formuladas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Logo após ser divulgado o resultado eleitoral de 2018, diversos jornais e portais de notícias passaram a publicar textos acerca do crescimento da representação feminina na Câmara dos Deputados e em várias Assembleias Legislativas. Porém, grande parte das notícias questionava se tal crescimento de fato se efetivaria em avanços nas políticas públicas específicas para as mulheres, uma vez que parte significativa das eleitas é pertencente a grupos de direita e extrema-direita antifeministas.

A fim contribuir com o debate sobre a atual representação feminina e o conservadorismo, se buscou identificar os argumentos mobilizados por deputadas federais da atual legislatura no combate às pautas feministas e de gênero na Câmara dos Deputados. Foram analisados os discursos em plenário e as justificativas de proposições legais submetidas por mulheres no ano de 2019, mobilizando uma abordagem qualitativa a partir da Análise de Conteúdo categorial com aplicação de teste de confiabilidade para a categorização.

A coleta de dados foi realizada até o final de outubro de 2019 na plataforma de monitoramento legislativo inteligente SigaLei[7] através de busca das palavras-chave "ideologia de gênero", "LGBT" e "aborto". As palavras-chave foram escolhidas por serem os temas mais explorados pela bibliografia sobre o atual conservadorismo moral no Brasil (Almeida, 2017; Balieiro, 2017; Machado, 2016; Machado, 2018; Miguel et al, 2017).

Após a exclusão dos discursos e proposições que mobilizam o feminismo apenas como um tema tangente, foram selecionados para análise 13 proposições e 11 discursos, que foram classificados

7 Disponível em: <https://www.sigalei.com.br/>.

inicialmente entre antifeministas - aqueles que combatem a concepção feminista de gênero - e feministas - aqueles que levantam a discussão sobre gênero ou que se opõem às antifeministas. Foram classificadas 9 proposições e 7 discursos como antifeministas e 4 proposições e 4 discursos como feministas, como mostram a Tabela 1 e a Tabela 2.

Tabela 1 - Proposições submetidas por mulheres feministas e antifeministas em 2019

Proposição	Autora principal	Partido (UF)	Categoria
REQ 11/2019	Chris Tonietto	PSL (RJ)	Antifeminista
REQ 4/2019	Chris Tonietto	PSL (RJ)	Antifeminista
INC 1225/2019	Chris Tonietto	PSL (RJ)	Antifeminista
RIC 1043/2019	Chris Tonietto	PSL (RJ)	Antifeminista
PL 2893/2019	Chris Tonietto	PSL (RJ)	Antifeminista
INC 1063/2019	Chris Tonietto	PSL (RJ)	Antifeminista
PL 4150/2019	Chris Tonietto	PSL (RJ)	Antifeminista
PL 3492/2019	Carla Zambelli	PSL (SP)	Antifeminista
PL 4149/2019	Chris Tonietto	PSL (RJ)	Antifeminista
REQ 15/2019	Paula Belmonte	PPS (DF)	Feminista
REQ 36/2019	Sâmia Bomfim	PSOL (SP)	Feminista
RIC 1505/2019	Talíria Petrone	PSOL (RJ)	Feminista
PL 1189/2019	Natália Bonavides	PT (RN)	Feminista

Fonte: elaboração própria através de dados coletados no SigaLei.

Tabela 2 - Discursos proferidos por mulheres feministas e antifeministas em 2019

Deputada	Partido (UF)	Data e Horário	Categoria
Chris Tonietto	PSL (RJ)	04/07/2019 15:08	Antifeminista
Bia Kicis	PSL (DF)	12/06/2019 18:32	Antifeminista
Bia Kicis	PSL (DF)	07/02/2019 16:12	Antifeminista
Chris Tonietto	PSL (RJ)	07/02/2019 16:04	Antifeminista
Chris Tonietto	PSL (RJ)	05/02/2019 18:44	Antifeminista
Chris Tonietto	PSL (RJ)	10/10/2019 16:48	Antifeminista
Chris Tonietto	PSL (RJ)	03/10/2019 16:36	Antifeminista
Sâmia Bomfim	PSOL (SP)	03/09/2019 19:12	Feminista
Talíria Petrone	PSOL (RJ)	03/09/2019 17:48	Feminista
Jandira Feghali	PCdoB (RJ)	03/09/2019 19:24	Feminista
Talíria Petrone	PSOL (RJ)	03/09/2019 18:52	Feminista

Fonte: elaboração própria através de dados coletados no SigaLei.

O método adotado para o exame dos discursos e das proposições legais foi a Análise de Conteúdo, conjunto de técnicas para análise de comunicações que visam obter, através de

procedimentos sistemáticos, indicadores que permitam realizar inferência de conhecimentos (Bardin, 2009; Cavalcante et al, 2014), possibilitando a descrição das mensagens atreladas ao seu contexto.

Após a leitura dos discursos e proposições feministas e antifeministas selecionadas, foram retiradas as citações diretas feitas pelas parlamentares nos dois tipos de materiais, bem como foram excluídos os trechos dos discursos que não tratavam do embate entre feministas e antifeministas. Os argumentos encontrados foram categorizados, com o auxílio do software NVivo, em sua versão de teste gratuita, através das seguintes categorias:

• Democracia: Argumentos que fazem um apelo ao majoritarismo ou opinião pública. Defesa de direitos de minorias como mulheres e crianças. Denúncias acerca de crise democrática ou desdemocratização, bem como o desequilíbrio entre os Poderes e a usurpação do Poder Legislativo pelo Judiciário ou Executivo. Denúncias de censura ou de doutrinações. Demanda pela liberdade de pensamento e autonomia. Exemplo: *"O fato é que esses grupos minoritários - mas extremamente barulhentos - há anos vêm cerceando o direito dos indivíduos expressarem livremente sua opinião, quando discordante da realidade paralela idealizada por eles"*

• Jurídico: Argumentação acerca do ordenamento legal, das leis, das normativas, do descumprimento de alguma norma, das hierarquias entre normativas e da interpretação de uma legislação. Exemplo: *"A Constituição Federal, em seu artigo 5º, estabelece, como um dos seus princípios basilares, o direito inviolável à vida, sendo certo que o Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) dispõe, em seu artigo 2º, que a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro"*

• Científico: Mobilização de dados, autores e teorias - aceitas na comunidade científica ou não. Desqualificação ou rejeição de uma teoria. Acusação de negar a verdade ou a realidade. Exemplo: *"Ocorre que não há dúvida quanto ao marco inicial da vida humana que, por evidência científica, começa na concepção"*

• Religioso: Argumentação que mobiliza dogmas religiosos ou que defendam leis divinas. Acusação de fundamentalismo.
Exemplo: *"É por isso que me propus desde o início - e mantenho este compromisso - a: primeiro, combater qualquer iniciativa ou projeto de lei abortista ou que procure atacar a família e os valores cristãos da sociedade"*

Para demonstrar as distintas e conflitantes concepções de democracia presentes na argumentação das parlamentares, a categoria "Democracia" foi subdividida nas seguintes subcategorias:

• Majoritarismo: Argumentos que expressam a ideia de que maioria cristã deve prevalecer sobre a minoria. Mobilização da opinião pública. Denúncia sobre a suposta demanda por privilégios por parte de minorias políticas.

Exemplo: *"Torno a dizer: estamos no Parlamento brasileiro. Representamos a vontade popular. A maioria da população brasileira é pró-vida, ou seja, rejeita maciçamente o aborto. Mas por que eles insistem em pautar esse tipo de matéria no Supremo, à revelia deste Parlamento?"*

• Usurpação legislativa: Denúncias sobre um suposto desequilíbrio dos Poderes e sobre o "ativismo judicial". Demonstração acerca da não omissão legislativa sobre demandas de minorias políticas.
Exemplo: *"O que é, então, o ativismo judicial? É a usurpação de competência levada a efeito, muitas vezes, pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal. É a invasão, é o atropelo na função típica de legislar"*

• Minorias: Defesa de direitos de mulheres, população LGBTQIA+ e pessoas negras. Busca por redução das desigualdades, de violências e preconceitos contra tais grupos através de políticas de mudança de cultura política.
Exemplo: *"Querer proibir o que chamam de ideologia de gênero na escola é impedir a escola de ser um instrumento para romper a extrema violência sexual que vitima muitas adolescentes, violência que parte da própria família"*

• Criança: Demanda por direitos de fetos, proteção dos direitos das crianças e denúncias de suposta doutrinação em escolas. Denúncias acerca de suposta sexualização de crianças. Posicionamentos contra a pedofilia. Defesa da educação como tarefa da família.
Exemplo: *"Chamar atenção para o imenso perigo de sua aceitação e aprovação é dever ao qual não se pode furtar. Neste mesmo sentido, deve-se denunciar sempre, dentre outras, a ideologia de gênero, que incentiva a pedofilia pela sexualização precoce das crianças"*

• Desdemocratização: Demanda pela cidadania, liberdade de pensamento e autonomia. Denúncias de censura. Corrosão de pilares da sociedade. Denúncia acerca da suposta perseguição a grupos ou à uma determinada forma de pensar. Trato de adversários políticos como inimigos.
Exemplo: *"A garantia da estabilidade social depende, em grande parte, da manutenção das instituições de base que precedem a constituição do Estado. A primeira delas é a família, origem histórica da pólis e fundamento antropológico das leis"*

A fim de demonstrar a confiabilidade da categorização executada (Sampaio e Lycariao, 2018), foi realizado, a partir da ferramenta gratuita ReCal[8] (Freelon, 2017), um teste de confiabilidade entre duas categorizadoras. Assim, foi calculada a concordância percentual de 76,5% e um coeficiente de concordância Kappa de 0.623, identificado como forte/substancial.

Na seção seguinte serão apresentadas as análises dos resultados encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em conjunto, as proposições submetidas pelas parlamentares antifeministas procuram (1) criar propaganda contra a descriminalização do aborto[9]; (2) criminalizar o aborto em todos os casos[10]; (3) promover censura a uma pesquisa sobre saúde sexual LGBT[11]; (4) promover censura a atividades

8 Disponível em: <http://dfreelon.org/utils/recalfront/>.
9 PL 4149/2019 e REQ 4/2019.
10 PL 2893/2019 e PL 4150/2019.
11 INC 1225/2019.

políticas e discussão de livros feministas no Colégio Pedro II[12]; (5) criar propaganda que atrela a discussão sobre gênero à pedofilia[13]; (6) retirar o termo "gênero" e a expressão "famílias diversas" de materiais de programas institucionais[14]; e (7) criminalizar a possibilidade de assassinato para imposição de transgeneridade[15].

Em contrapartida, as proposições submetidas pelas parlamentares feministas buscam (1) realização de audiência pública sobre a retirada de questões sobre gênero no ENEM[16]; (2) informações sobre a atual política de aborto legal e sobre políticas de educação sexual[17]; (3) cobrar posicionamento frente a movimentos que tentam impedir o acesso da população aos serviços de aborto legal[18]; (4) realização de audiência pública sobre a atual política de aborto legal[19]; e (5) promover a discussão nas escolas sobre temas relativos a raça e etnia, religião, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros[20].

Como mostra a Tabela 3, mais da metade dos argumentos mobilizados, tanto pelas antifeministas quanto pelas feministas, são de ordem democrática, enquanto os argumentos religiosos aparecem apenas de forma minoritária. Os dados sugerem a aceitação das hipóteses, apontando que a mobilização antifeminista recorre a argumentos de ordem científica e jurídica, e não propriamente religiosos e que a linguagem da democracia é mobilizada para combater a perspectiva feminista de gênero em políticas públicas.

Tabela 3 - Argumentação das deputadas feministas e antifeministas em 2019

	Antifeministas		Feministas	
Categoria	Argumentos	%	Argumentos	%
Democracia	107	54,87%	28	53,85%
Jurídico	50	25,64%	11	21,15%
Científico	35	17,95%	12	23,08%
Religioso	3	1,54%	1	1,92%
Total	195	100%	52	100%

Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo através de dados coletados no SigaLei.

A pouca variação dos percentuais das categorias de argumentos não significa que os discursos feministas e antifeministas sejam semelhantes. Pelo contrário, os dados indicam um antagonismo e disputa entre as concepções de democracia mobilizadas, como evidenciam a Tabela 4 e as nuvens com as 30 palavras mais frequentes nas argumentações antifeminista e feminista, que foram elaboradas com o auxílio do software NVivo e que são expostas nas figuras 1 e 2.

12 INC 1063/2019.
13 REQ 11/2019.
14 RIC 1043/2019.
15 PL 3492/2019.
16 REQ 15/2019.
17 RIC 1505/2019.
18 RIC 1505/2019.
19 REQ 36/2019.
20 PL 1189/2019.

Na argumentação antifeminista se encontram quatro grandes preocupações com a democracia: (1) a demanda pelo reconhecimento de direitos fundamentais e de personalidade ao feto; (2) a suposta doutrinação e sexualização de crianças promovida pelas feministas e pelo movimento LGBTQIA+; (3) a alegação de que o Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre aborto e criminalização da LGBTfobia, fere a democracia por supostamente usurpar o Poder Legislativo; e (4) a crença de que a vontade da maioria cristã deva prevalecer sobre os direitos de minorias políticas como mulheres e a população LGBTQIA+.

A demanda pelo reconhecimento de direitos dos fetos, sob a premissa do direito à vida desde a concepção, é o principal argumento mobilizado pelos atores que demandam um recrudescimento da criminalização do aborto (Miguel et al, 2017). O "direito à vida" aparece no discurso antifeminista analisado sob argumentos de ordem democrática, alegando usurpação de Poderes Legislativos por parte do Judiciário e, portanto, indicando um desequilíbrio entre os três Poderes; de ordem jurídica, mobilizando o Artigo 5º da Constituição Federal[21] e o Artigo 2º do Código Civil[22]; e de ordem religiosa, mobilizando o quinto mandamento da lei do deus cristão - "Não matarás".

Tabela 4 - Argumentação sobre democracia das deputadas antifeministas e feministas em 2019

	Antifeministas		Feministas	
Subcategoria	Argumentos	%	Argumentos	%
Majoritarismo	18	16,82	0	0
Usurpação legislativa	30	28,04	0	0
Minorias	4	3,74	20	71,43
Crianças	39	36,45	2	7,14
Desdemocratização	10	9,34	6	21,43
Outros	6	5,61	0	0
Total	107	100%	28	100%

Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo através de dados coletados no SigaLei.

O objetivo do uso do argumento do "direito à vida desde a concepção" é submeter os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, homens trans e pessoas não-binárias que podem engravidar à expectativa de direitos de seres não nascidos, promovendo o recrudescimento da criminalização do aborto e privando milhares de pessoas pertencentes a esses grupos historicamente subalternizados do direito ao aborto legal, seguro e gratuito.

A suposta doutrinação e sexualização de crianças promovida pelas feministas e pelo movimento LGBTQIA+, mobilizada sempre sob uma argumentação sobre democracia, é o principal recurso para frear os avanços aos direitos sexuais e reprodutivos (Balieiro, 2018). O objetivo aqui é impedir que o Estado passe a reconhecer a necessidade de que a população aprenda desde cedo, na escola, que lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans são tão dignas de respeito e direitos quanto aqueles que se encaixam nas normas cisgênera e heterossexual.

21 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

22 Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Figura 1- 30 palavras mais frequentes na argumentação antifeminista



Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo através de dados coletados no SigaLei.

Sob a alegação de suposto ativismo judicial por parte Supremo Tribunal Federal as deputadas antifeministas demonstram seu descontentamento com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, que descriminalizou o aborto em caso de anencefalia do feto; com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.581, que defende a descriminalização do aborto em casos de gestante infectada com o "zika vírus"; com a ADPF 442, que pede a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação; e com a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, que reconheceu a omissão legislativa e enquadrou a LGBTfobia como crime de racismo.

Argumentos que acompanham as denúncias de ativismo judicial são os de apelo à opinião pública, alegando que o povo elegeu um Congresso que não descriminaliza o aborto e que não criminaliza a LGBTfobia porque a maioria da população é cristã, contra o aborto e contra a discussão sobre gênero nas escolas. Aqui nota-se forte apelo ao majoritarismo, ou seja, a premissa que deve prevalecer a vontade de uma determinada maioria diante da minoria, colidindo com princípios edificantes da democracia liberal (O'Donnell, 1998).

A argumentação feminista levanta duas principais preocupações com a democracia: (1) a defesa de uma educação emancipadora e (2) a violência contra as mulheres e a proteção de direitos de minorias políticas. As duas preocupações estão intimamente ligadas, uma vez que a escola seria o local do aprendizado acerca do respeito às diferenças e busca por igualdade jurídica e social, reparando injustiças e preconceitos contra minorias políticas como mulheres, povo negro e população LGBTQIA+.

Figura 2 - 30 palavras mais frequentes na argumentação feminista



Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo através de dados coletados no SigaLei.

Além da defesa de minorias políticas através da educação, as feministas também procuram responder aos argumentos daqueles que combatem o feminismo e as pautas de gênero e sexualidade, argumentando que "ideologia de gênero" (1) não existe; (2) é uma categoria que cria confusão perante a sociedade; e (3) impede que a escola seja um instrumento de combate a violências. Isso demonstra que as mulheres feministas e de esquerda não se furtam ao debate sobre feminismo e sobre o fantasma da "ideologia de gênero" na atual legislatura e promovem o embate frente a desdemocratização promovida pelos grupos antifeministas de direita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo identificou que existem concepções de democracia em disputa nas argumentações das deputadas antifeministas e feministas. O majoritarismo é algo central na concepção democrática das antifeministas. Uma vez que a maioria da população brasileira é cristã, contra o aborto e contra o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, as minorias não teriam o direito nem mesmo a buscar instâncias como o Supremo Tribunal Federal para recorrer aos seus direitos. Já para as feministas, o uso das escolas como instrumento de mudança de cultura política a fim de combater preconceitos e violências contra minorias políticas se encontra no centro da concepção de democracia.

Os dados suportam as hipóteses, apontando que a mobilização antifeminista recorre a argumentos de ordem científica e jurídica, e não propriamente religiosos e que a linguagem da democracia é mobilizada para combater a perspectiva feminista de gênero em políticas públicas e para impedir a cidadania feminina e LGBTQIA+.

Uma das preocupações iniciais do artigo foi se o crescimento da "Bancada Feminina" de fato se efetivaria em avanços nas políticas públicas específicas para as mulheres, uma vez que parte significativa das eleitas é pertencente a grupos de direita e extrema-direita antifeministas.

Os dados apontam que as posições feministas são minoritárias e se encontram diante do impasse de ver suas pautas sendo concebidas pelo grande público como uma ameaça à democracia e à sociedade, uma vez que os atores da direita antifeminista utilizam um recurso discursivo estratégico de transformar os empreendimentos feministas em doutrinação, sexualização e assassinatos de crianças, ainda que não nascidas. Desta forma se torna mais difícil combater o avanço conservador antifeminista, uma vez que valores cristãos conservadores são camuflados com uma aparência democrática e a debilitação do caráter laico do Estado não é percebida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500001.pdf>. Acesso em: 11/11/2018.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A "guerra" contra o gênero: reações às últimas décadas de políticas de promoção da igualdade de gênero no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510022.pdf>. Acesso em: 10/11/2018.

_____. "Não se meta com meus filhos": a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530006.pdf>. Acesso em: 02/02/2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CAVALCANTE, Ricardo B.; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.**: Est., João Pessoa, v24, n.1, p. 13-18, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/10000/10871>. Acesso em: 02/10/2019,

CORRÊA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530001.pdf>. Acesso em: 02/02/2019.

FREELON, D. **ReCal**: reliability calculation for the masses. Washington, 2017. Ferramenta *on-line* atualizada em 22 maio 2017. Disponível em: <http://dfreelon.org/utils/recalfront/>. Acesso em 30/10/2019.

FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. "Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso" In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. **Brasil em transe**: Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p. 09-24.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOWY, Michel. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0652.pdf>. Acesso em: 07/05/2019.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Política, direitos humanos e aborto: uma análise das opiniões de líderes pentecostais brasileiros. In: BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luís Felipe (orgs.), **Aborto e Democracia**, São Paulo: Alameda, pp. 85-106, 2016.

_____. O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v26n2/1806-9584-ref-26-02-e47463.pdf>. Acesso em: 12/01/2019.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, v. 11, n. 2 maio-ago, p. 238-258, 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647/6619>. Acesso em: 05/04/2014.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F.; MARIANO, R. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, nº 1, jan. - abr., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v23n1/1807-0191-op-23-1-0230.pdf>. Acesso em: 01/12/2018.

NVIVO. Software de análise qualitativa (versão de teste gratuita). Disponível em: <https://www.qsrinternational.com/nvivo/home>.

O 'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a03n44>. Acesso em: 20/08/2019.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opin. Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v24n3/1807-0191-op-24-3-0486.pdf>. Acesso em: 30/11/2019.

RANCIÈRE, Jacques. "O Dissenso". In: NOVAES, Adauto et al (org.), **A Crise da Razão**, São Paulo: Companhia das Letras, Brasília: MinC, Rio de Janeiro: Funarte, 1996.

_____. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAGOT, Montserrat. ¿Un paso adelante y dos atrás? La tortuosa marcha del movimiento feminista en la era del neointegrismo y del "fascismo social" en Centroamérica. In: CAROSIO, Alba (org.). **Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe**, Buenos Aires: CLACSO, pp. 75-100, 2012. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20120912031117/Feminismoycambiosocial.pdf>. Acesso em: 06/08/2017.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIAO, Diógenes. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 26, n. 66, p. 31-47, Junho de 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v26n66/0104-4478-rsocp-26-66-0031.pdf>. Acesso em: 02/11/2019.

SIGALEI. Plataforma de monitoramento legislativo inteligente. Disponível em: <https://sigalei.com.br/>.

A representação da homossexualidade no discurso espírita de Divaldo Franco[1]

Recebido em 06/04/2020, aprovado em 15/07/2020
DOI: 10.30612/mvt.v7i12.11375
Francisco Jomário Pereira[2]

RESUMO:
Este artigo tem como objetivo analisar a representação da homossexualidade na religião espírita brasileira a partir dos discursos de Divaldo Pereira Franco, médium e intelectual que atualmente influencia a religião no país. Para tanto, utilizamos a Análise do Discurso como estratégia teórica e metodológica para analisar os discursos proferidos e registrados em diferentes arquivos. Observamos que as representações construídas são baseadas na perspectiva cristã e científica, reconfiguradas pelos mecanismos discursivos, internos e externos, do próprio discurso. Ao constituir a estratégia discursiva, a mesma passará a atuar de forma que o autor / doutrina seja (des) responsabilizado pelo dizer punitivo que é construído em torno do sexo, sexualidade e homossexualidade, o que chamamos de pedagogização da (des) responsabilização. Isso leva à manutenção da lógica heterosexista de controle e repressão das sexualidades vistas como anormais e minoritárias.

Palavras-chave: Religião. Espiritismo. Homossexualidade

The representation of homosexuality in the spiritist discourse of Divaldo Franco

ABSTRACT:
This article aims to analyze the representation of homosexuality in the Brazilian spiritist religion based on the speeches of Divaldo Pereira Franco, medium and intellectual who currently influence religion in the country. For that, we use Discourse Analysis as a theoretical and methodological strategy to analyze the speeches given, and registered in different archives. It was observed that the constructed representations are based on the Christian and scientific perspective, reconfigured by the discursive mechanisms, internal and external, of the discourse itself. When constituting the discursive strategy, it will start to act in a way that the author/doctrine is (un)responsible for the punitive saying that is built around sex, sexuality and homosexuality, what we call the pedagogization of

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
2 Professor Doutor em Sociologia na Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Ciências Sociais.

(de) accountability. This leads to the maintenance of the heterosexist logic of control and repression of sexualities seen as abnormal and minority.

Keywords: Religion. Spiritism. Homosexuality.

La representación de la homosexualidad en el discurso espiritista de Divaldo Franco

RESUMEN:
Este artículo tiene como objetivo analizar la Representación de la homosexualidad en la religión espiritista brasilera a partir de los discursos de Divaldo Pereira Franco, médium e intelectual que actualmente influye la religión en el país. Para tanto, utilizamos el Análisis del Discurso como estrategia teórica y metodológica para analizar los discursos proferidos y registrados en diferentes archivos. Observamos que las representaciones construidas son basadas en la perspectiva cristiana y científica, reconfigurada por los mecanismos discursivos, internos y externos, del discurso mismo. Al constituir la estrategia discursiva, que actúa de forma que el autor / doctrina sea (des) responsable por el dictado punitivo que es construido alrededor del sexo, sexualidad y homosexualidad, lo que llamamos de pedagogización de la (des) responsabilización. Eso lleva a la mantención de la lógica heterosexista de control y represión de las sexualidades vistas como anormales y minoría.

Palabras-clave: Religión. Espiritismo. Homosexualidad.

DELIMITAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

O Espiritismo é uma religião que tem ganhado adeptos na última década, já ultrapassa mais de 3 milhões de fiéis autodeclarados e 18 milhões de simpatizantes (IBGE. 2010). Corresponde a um grupo social diversificado e de expressão, sua composição é de maioria branca, escolarizados, nível superior, e de "classe média em processo de ascensão social cuja relação com a leitura e a instrução tem um forte acento de distinção" (LEWGOY, 2000, p. 55). Compondo o extrato que para além do poder econômico, tem a capacidade de influenciar a definição do que pode ser moralmente aceito.

A partir dessas informações nos questionamos: quais as representações criadas e difundidas, sobre a homossexualidade, pelo discurso de Divaldo Pereira Franco? E de que forma são apreendidas e reproduzidas por outros doutrinadores e seguidores da doutrina espírita? As questões levantadas surgem não apenas de uma intenção acadêmica, mas também pessoal, tendo em vista que sou homossexual e praticante do espiritismo. Explicitamos esse fato pois, Souza (2015) nos assessora na reflexão quanto a posição adotada pelo sociólogo ao estudar algo que lhe caro. As questões postas nortearam o texto que se segue.

Devemos esclarecer que procedemos a análise da representação da homossexualidade no discurso espirita contemporâneo, a partir de uma corrente específica, que nasce dos discursos e obras do médium e intelectual espírita Divaldo Pereira Franco. Analisamos a partir de diferentes arquivos, seriam eles: obras escritas por intermédio de guias espirituais, palestras, e discursos proferidos com repercussão nacional.

Observamos que as ideias de Divaldo Franco ajudaram a construir o que hoje tomamos por Doutrina Espírita, ou Religião Espírita no Brasil. Para além de Chico Xavier, Divaldo continuou peregrinando e divulgando a seu modo a Doutrina. Seus ideais encontram terreno fértil, mas isso não significa que encontre aprovação imediata ou incontestável, ainda assim embasam os pensamentos de novos doutrinadores espíritas. Podemos afirmar que se constitui enquanto Escola dentro do Espiritismo brasileiro, produzindo uma representação específica do que seja a sexualidade humana, a homossexualidade e o homossexual (PEREIRA, 2020). Não queremos afirmar que Divaldo seja unanimidade, mas a sua fala tem um peso e alcance que outros médiuns atuais não possuem, por isso a sua relevância[3].

Justificando a escolha por Divaldo Pereira Franco, a partir da compreensão de que o processo de institucionalização e consolidação doutrinaria espírita brasileira se fortalece a partir das figuras de Chico Xavier (STOLL, 2004), e Divaldo, suas psicografias e reflexões ajudaram na constituição e seleção da base doutrinária espirita no Brasil[4] (STOLL, 2003). Podemos dizer que os discursos desses dois médiuns e intelectuais espíritas (ARRIBAS, 2017), se tornaram o leme da Doutrina no Brasil com a anuência da Federação Espírita Brasileira- FEB.

Constatamos que a FEB seleciona e divulga doutrinadores e temas, afastando dos holofotes os debates polêmicos (PEREIRA, 2020), consolidando os intelectuais e médiuns que corroboram com a sua perspectiva. O autor Pedro Paulo Amorim (2011, 2012), reforça essa compreensão ao realizar um recorte histórico mostrando que temas que desagradam a Federação Espírita Brasileira-FEB, tende a serem lançados ao ostracismo, ao esquecimento.

A FEB fala e faz falar, cala e faz calar. O silêncio fala, parece clichê, mas como nos ensina Eni Orlandi (2011, p. 68), "o silêncio não se caracteriza por ausência de palavras, ele é o que se estabelece entre as palavras". Fazer calar não é apenas silenciar o outro, mas também fazê-lo sustentar outro discurso. Assim, a FEB ao negar-se discutir determinados assuntos, constitui um novo discurso. Será justamente por meio do discurso que não é verbalizado, aquele que só podemos ver e ouvir no silêncio, que se apresenta o discurso sobre a homossexualidade na doutrina espírita, bem como a representação se constitui nesses espaços interdiscursivos.

A estratégia de seleção e controle de conteúdo se instala. O controle se torna mais sutil, sendo delicada e racionalizada, em se tratando das sexualidades, aqui analisamos a homossexualidade masculina. Nomeamos esse controle exercido pela FEB e por seus doutrinadores como homeopática, lembrando a metodologia empregada pela homeopatia, dissolvendo o tema (sexualidade, sexo e homossexualidade) entre assuntos mais brandos, menos polêmicos e corriqueiros na doutrina.

Tendo essa compreensão, prosseguimos analisando as falas e posições a respeito da homossexualidade, do homem que, hoje, personifica o espiritismo no Brasil, Divaldo Franco (PEREIRA, 2020), bem como dos adeptos a sua corrente de pensamento, que acreditamos ter constituído uma escola ou uma corrente dentro da doutrina espírita brasileira.

3 Em 2019, Divaldo ganhou uma cinebiografia intitulada: Divaldo- O mensageiro da paz. Além de Divaldo, somente Chico Xavier, 2010, e Bezerra de Menezes, 2008. Até mesmo o próprio Kardec não teve sua vida registrada em vídeo, apenas em 2019 foi lançado um filme que relata o processo de codificação e surgimento da doutrina espírita na França, onde Kardec é o protagonista no enredo.

4 A análise pode ser lida na Tese intitulada "Transar pode, mas você não deveria" A representação da homossexualidade no espiritismo brasileiro. Auto: Francisco Jomário Pereira. Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós Graduação em Sociologia. João Pessoa. 2020.

A HOMOSSEXUALIDADE E O DISPOSITIVO DO SABER-PODER-PRAZER

Como forma de construir ou fazer ser vista a representação cunhada por Divaldo Franco sobre a homossexualidade, apontaremos citações extraídas da obra literária Sexo e Obsessão (2002), uma obra psicografada por Divaldo Franco e ditada pelo espírito Manoel Filomeno de Miranda, que versa sobre a obsessão. Para além do livro Sexo e obsessão, na busca da compreensão do processo de silenciamento sobre a homossexualidade, analisamos os livros, Divaldo Franco Responde, vol. 2. de 2013, e Sexo e Consciência de 2016.

A obra Divaldo Responde é fruto de uma entrevista concedida pelo médium, posteriormente publicado em formato de livro. Sexo e Consciência é uma obra que se origina das reflexões a partir dos textos e obras já publicadas pelo médium, e sua guia espiritual Joanna de Angelis. Por fim, um discurso proferido em ocasião do 34º Congresso Espírita de Goiás de 2018.

Iniciando por uma análise de conteúdo, verificamos que em 187 páginas da obra Sexo e Obsessão, encontraremos apenas uma citação ao termo homossexual. Dessa forma nos ativemos as expressões e descrições que versam sobre a homossexualidade, que estão contidas no contexto que trata dessa orientação sexual, pois, a estratégia é diluir o assunto sexualidade, não expondo termos que possam estimular a sexualização dos seus leitores.

Na busca da compreensão do processo de silenciamento sobre a homossexualidade, observamos nos livros Divaldo Franco Responde, vol. 2. 2013. Sexo e Consciência, 2016, a estratégia da homeopatia, é discutido o tema homossexualidade, mas ele é inserido e diluído entre outros temas, não existe uma publicação específica de Divaldo Franco sobre a homossexualidade.

Divaldo concebe a homossexualidade como uma condição, mas não na mesma esfera que a condição masculina ou feminina. Não seria uma opção nascer gay, mas um fato que ocorre devido a fatores anteriores ao nascimento, podendo ou não, posteriormente ao nascimento, desencadear as experiências da homossexualidade. Os fatos anteriores ao nascimento derivam de uma programação ou reencarnação não tão bem-sucedida, os posteriores estão atrelados as condições morais do indivíduo e da sociedade, especialmente em sua educação.

Na obra literária Sexo e Obsessão (2011), teremos a narrativa da vida e problemas enfrentados por Mauro, um jovem sacerdote católico, que se torna pedófilo, será sobre a batalha pessoal, moral e espiritual travada por esse sujeito que o livro versa. Divaldo inclui nessa narrativa o debate sobre as perversões sexuais, incluindo a homossexualidade.

A narrativa começa com a descrição do universo, e da colônia espiritual onde ele, Manoel Filomeno de Miranda, espírito que dita e narra a história, se estabeleceu pós desencarne. Nos é narrado que as ações de Mauro no presente, tem relações estritas com seu passado, débitos pretéritos que ainda não foram sanados.

Observamos na narrativa que existem dois lugares antagônicos, teremos o lado da luz, tanto a colônia espiritual de onde partem os benfeitores, como o Centro espírita que se conecta a essa colônia, como se fosse uma subsidiária no plano físico na Terra, e um lugar de trevas, conhecida como cidade perversa, que é administrada pelo Marquês de Sade, figura icônica e histórica.

> Face aos processos evolutivos, muitos espíritos transitam na condição homossexual, o que lhes permite comportamentos viciosos, estando previsto para o futuro, um número tão expressivo que chamará a atenção dos psicólogos, sociólogos, pedagogos que deverão investir melhores e mais amplos estudos em torno dos hábitos humanos e da sua conduta sexual. (FRANCO. 2011, p. 115)

Observamos que a obra Sexo e Obsessão guarda semelhanças com narrativas de outras denominações religiosas, especialmente as pentecostais e neopentecostais, no tocante aos percursos realizados para a libertação de homens da homossexualidade e outras obsessões. Marcelo Natividade (2008), nos apresenta a representação que os evangélicos pentecostais constroem a respeito da homossexualidade, e de como essa representação é associada a figura do demônio, sensualidade, sexualidade, ao prazer, bem como a entidades e divindades da cosmologia do Candomblé e Umbanda.

> Neuza Itioka, uma escritora evangélica reconhecida no meio, ministrou a "restauração sexual" e enfatizou que a sexualidade era uma das esferas da vida sujeita a "ataques malignos". Os brasileiros, em especial, tinham sérias lutas espirituais nessa área. No Carnaval, principalmente, as pessoas eram tomadas por "espíritos de prostituição" e eram levadas à "idolatria do sexo". Nesta festa pagã dominada por pomba-giras e por outros exus, o demônio reinava, usava os corpos, espalhava doenças, aumentava a violência. O crente era exortado a se manter vigilante, em oração. (NATIVIDADE, 2008, p. 99)

Constatamos em Sexo e Obsessão passagens que se relacionam estritamente com o que Natividade apresenta. Divaldo Franco narra ter realizado viagem astral a um lugar conhecido como cidade pervertida, lugar de horror, perversão e animalização. Segundo a crença espírita é comum a prática de viagens astrais entre alguns médiuns e aparentemente doutrinadores de outras religiões, observa-se em especial essa prática na cosmologia religiosa quando ocorre um processo de luta para libertar alguém de alguma entidade maligna.

Divaldo afirma ter vislumbrado em projeção astral na cidade pervertida, espíritos "vitimados por graves alterações e mutilações no perispírito" desenfreados exaltando o sexo e das suas mais sórdidas expressões. [...] "carregando-se uns aos outros, acompanhando freneticamente um desfile de carros alegóricos, que **faziam recordar os carnavais da Terra**" (p. 24) (grifos nossos).

O médium Divaldo ressalta e faz referências com o que se passa no plano terrestre. Afirma que os "espetáculos de grosseira manifestação da libido, nos quais se mesclavam apresentações de conúbios sexuais entre animais e seres humanos deformados sob o aplauso descontrolado da massa desnorteada" (p. 24). Seria bem parecido com o que ocorre em nossos carnavais. Como forma de contrapor a "indecência", se criou carnavais religiosos, a exemplo temos o Movimento de Integração do Espírita Paraibano- MIEP que em 2020 realizou seu 47º encontro. Assim, observamos a existência de um padrão, onde, os pentecostais, neopentecostais e espíritas concordam parcialmente, sobre o carnaval brasileiro.

Em ambos os casos, espírita e (neo) pentecostal, a influência desses espíritos malignos poderiam ajudar no desenvolvimento e vivência da homossexualidade. Para os pentecostais a homossexualidade ou o demônio da homossexualidade se instala por meio de brechas que o pecado abre, já no espiritismo por meio de afinidade mental, quanto mais a mente do sujeito for inundada de estímulos sexuais, mais próximo de espíritos atormentados estaria o sujeito, ficando suscetível aos controles e comandos do espirito malfazejo.

A mente é a construtora da vida, é a partir dela que "provem a energia com a qual são condensados os anseios e as necessidades de todas as criaturas" (FRANCO, p. 27), por isso a necessidade de mantê-la limpa e longe de estímulos sexuais, a partir dessa concepção, os livros não trazem explicitamente narrativas que possam estimular ao sexo, essa constatação pode ser feita a partir de falas de Divaldo Franco.

Sexo e Obsessão guarda semelhanças com um tipo de produção editorial especifica das denominações (neo) pentecostais, os manuais de cura e libertação. No espiritismo encontramos manuais de boas maneiras, manuais com recomendações, nada muito explícito ou no imperativo, nada que denote rituais para a libertação da alma, mas para o controle e educação, apresentam conselhos e procedimentos para a sublimação da sexualidade e a abstinência sexual, em especial quando trata-se da homossexualidade. Será na adoção de um tom ameno, que foge ao imperativo, que o espiritismo ganha ares de religião acolhedora.

Na obra Divaldo Responde, volume 2 (2013), Divaldo busca responder questionamentos sobre conflitos conjugais, pais e filhos, adoção, sexualidade, homossexualidade, felicidade, desigualdades sociais, aborto, entre outros temas. De imediato, observamos que não existe uma pergunta ou uma resposta sobre o que seria a homossexualidade, existe um capítulo que versa sobre causas e efeitos da existência da homossexualidade.

O primeiro tópico é, *causas da homossexualidade*, no questionamento levantado encontramos os termos genética, convivência familiar, doença, ou influência do meio social, por fim, a questão: O que faz uma pessoa ter comportamentos homossexual? Divaldo, então, inicia a resposta citando a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o processo de retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças- CID, evento esse que ocorreu, segundo Divaldo, em decorrência dos estudos da psicologia comportamental que mostraram que a homossexualidade não era um problema psiquiátrico, mas sim uma questão de escolha ou melhor dizendo, opção, mas deixa claro e reforça que a homossexualidade é uma "tendência que tem origem na vida espiritual" (2013, p. 119).

Observa-se que o médium recorre ao discurso de autoridade para justificar a sua resposta, para se resguardar, ele apresenta a questão de número 200 do Livro dos Espíritos, e segue falando das polaridades. Divaldo (2013) faz um adendo para explicar o uso do termo opção pessoal, deixando claro que essa opção é somente em se tratando do comportamento sexual, e segue afirmando que amar alguém do mesmo sexo é perfeitamente normal.

Nos chama a atenção a lógica de separação efetuada por Divaldo Franco, ele separa amor/afeição do sexo, amar é possível e até aceito, mas a prática sexual entre duas pessoas do mesmo sexo é reprochável, essa deve ser sublimada. "Mas não consideramos que se trate de uma patologia, nem que signifique um distúrbio de comportamento, ou uma conduta de natureza reprovável" (2013, p. 120).

Ainda no livro Divaldo Responde. Vol. 2, Franco (2013), é solicitado a explicar o que seria ou como seria o comportamento que choca a sociedade: "o que pensar daqueles homossexuais que têm um comportamento de deboche, escandaloso, e que, as vezes chocam a sociedade" (p. 122). O inquirido responde de forma fugidia, afirma que, independentemente de ser homossexual ou heterossexual, os escândalos morais chocam a sociedade, o organismo social, e que essas agressões denotam transtornos de conduta merecendo terapia na busca de um ajuste à sociedade.

Na obra Sexo e Consciência (2016) no capítulo sete, intitulado Homossexualidade, ele torna a tratar desse tema de forma mais específica e contundente.

> É importante que o indivíduo que opta por se relacionar com pessoas do mesmo sexo evite posturas de confronto com aqueles que o não compreende ou não aceitem. Será inútil uma explosão de amargura ou atitude autodestrutiva, na ânsia de ferir e dar uma resposta incisiva à sociedade que o oprime. São posturas absolutamente injustificáveis, haja vista que nenhum desafio existencial será revolucionado por intermédio de exibição agressiva de nossos dramas íntimos. O respeito ao grupo social é fator preponderante. Ninguém deve impor sua

> orientação sexual como se ela fosse um comportamento que todos devem reproduzir. (FRANCO, 2016, p. 206)

Observamos que Divaldo parte da noção de uma heteronormatividade natural, dada, estruturalmente aceita e incontestável, esquece que a sexualidade é um constructo social regulado por normas, valores cristãos ou não, cultura, política, uma economia da sexualidade e assim passível de transformações. Destarte, Daniel Borrillo (2015), nos explica de onde provém a lógica reproduzida por Divaldo Franco.

A lógica reproduzida por Divaldo, provém da existência de uma "ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais entre sexos e as sexualidades. A origem da justificativa social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher encontra-se na naturalização da diferença entre dois sexos" (p. 30), ou seja, apenas entre dois sexos e uma sexualidade possível, a hétero. Tudo que possa existir fora dessa ordem tida como natural, será vista como uma afronta ao corpo social que o médium defende.

Divaldo se insere entre os escritores que compartilham da ideia do heterossexismo, deste modo, seu discurso é norteado por uma heterossexualidade compulsória, ou seja, uma imposição como modelo das relações amorosas e sexuais (Miskolci, 2012). Mas podemos observamos contradições na fala de Divaldo, e questionamos, se ninguém pode impor sua sexualidade como um comportamento que todos devam reproduzir, o que dizer da heterossexualidade enquanto norma instituída, reproduzidas e incontestada por Divaldo?

Divaldo aconselha os homossexuais a aceitarem sua condição de forma recatada, resguardar seus sofrimentos e preconceitos que possam vir a sofrer, ainda justifica qualquer atitude de agressão afirmando que agressores por estarem "na gaveta" ou "enrustidos", refletem nos outros a sua ira, porque gostariam também de ter a mesma coragem de assumir a sua manifestação desta ou daquela natureza.

Ao hostilizarem o outro ser, estão projetando a imagem negativa, numa catarse inconsciente, para liberta-se do conflito". (FRANCO, 2013, p. 126). Essa lógica seria produto da heteronormatividade, da ordem sexual estabelecida, fundada em um modelo heterossexual, que o próprio Divaldo defende, baseado na reprodução e com famílias tradicionais, "é um regime de visibilidade, ou seja, um modelo social regulador das forma como as pessoas se relacionam" (MISKOLCI, 2012, págs, 41-42).

Para além de Miskolci, Foucault (2001), nos leva a refletirmos sobre o processo de constituição da heteronormatividade como uma ideologia de gênero, essa, exclusivamente aceita como norma. Pode chocar o uso do termo ideologia de gênero dentro do contexto em que apresentamos, mas devemos nos apropriar do debate político atual para buscar refletir e explicar esse fenômeno que tem influenciado os debates atuais sobre a sexualidade, e que recentemente foi usado por Divaldo em um de seus discursos.

Chamamos a atenção para o conceito de Ideologia de Gênero, surgido publicamente em 2016, na tentativa de mostrar que a única ideologia hegemônica é a que Divaldo defende em seus livros e discursos. Não é por acaso que ele afirma que todo sujeito que procura demonstrar publicamente o seu conflito, no caso ser homossexual, estaria agredindo a sociedade, sendo indicado como como remédio a terapia, pois, somente por meio da terapia o sujeito homossexual poderá analisar suas questões íntimas. Ainda segundo Divaldo, devemos considerar que cada cidadão deve respeitar as leis e o contexto cultural que têm vigência nos grupos sociais que ele integra.

O médium Divaldo (2016) observa como agressão ao corpo social o fato de homossexuais imporem sua presença física de modo chamativo, sendo considerado uma afronta. Podemos questionar se essa agressão ao corpo social poderia ocorrer mediante a busca por direitos civis, mesmo tendo o médium afirmado que, todos têm direitos iguais diante de uma sociedade estabelecida.

Devemos salientar que, respeitar não implicar em não contestar, e que mudanças e direitos sociais foram conquistados mediantes revoltas, lutas, e contestação do *status quo* estabelecido. O próprio espiritismo surge enquanto contestação, surge como ideia revolucionária, acaba sendo fruto do período de grandes mudanças na França e na Europa no século XIX.

Mudando o foco da análise para um discurso verbalizado, Divaldo Franco continua reforçando verbalmente as representações expostas acima.

Em um dos seus mais recentes e controversos discursos, critica a "ideologia de gênero" durante o 34º Congresso Espírita do Estado de Goiás realizado em 2018, que reproduziremos quase que na íntegra, pois cremos ser de extrema importância para analisar o viés ideológico que permeia o espiritismo pensado por Divaldo. O questionamento feito foi o seguinte: o que você pode dizer sobre ideologia de gênero?

> Eu diria em frase muito breve, que é um momento de alucinação psicológica da sociedade. (risos e palmas). Mesmo porque, nós vamos olhar a criança graças a sua anatomia, como sendo o tipo ideal, e a criança nesse período não tem discernimento sobre o sexo, a tese é profundamente comunista, e ela foi lançada por Marx, sobre outras condições, que a melhor maneira de submeter um povo não era escravizá-lo economicamente, era escravizá-lo moralmente, como nós vemos através de vários recursos que tem sido aplicados no Brasil nos últimos nove anos, dez.... [...] Todas essas manifestações que estamos vindo, graças a república de Curitiba, cujo presidente é o Dr. Mouro, e deve ser... (palmas) O desnudar da hipocrisia e da criminalidade, [...] e o nosso venerando juiz não provocou o escândalo, atendeu a uma denúncia, muito singela, e, no entanto, levantou o véu que ocultava crimes hediondos, [...]. Mas, determinados comportamentos, de alguns do passado muito próximo, estabeleceram o marxismo disfarçado e a corrupção sob qualquer aspecto, como um princípio ético. A teoria de gênero é para criar na criança, no futuro cidadão, a ausência de qualquer princípio moral. Uma criança não sabe discernir, somente tem curiosidade, no mesmo banheiro um menino e uma menina irão olhar-se biologicamente sorrir e perguntar de que se tratava aquele aparelho genésico, que é desconhecido. Então nós defendemos repudiar de imediato e apelar para aqueles em quem nós votamos, somos responsáveis, e gritar para eles que somos contra, totalmente contra essa imoralidade ímpar. (palmas) [...] É necessário que nós tenhamos voz. [...] Muitas aberrações nos silenciamos, afinal disfarçadamente vivemos numa república democrática, [...] O aborto provocado, esse crime hediondo, que está sendo tentado tornar-se legal, por mais que seja legal, nunca será moral. Não somos contra quem aborta por essa ou aquela razão, falamos em tese matar é crime, seja qual for a aparente justificativa, e agora com a tese de gênero, estamos indiferentes, e de um momento para outro pela madrugada os nossos dignos representantes adotam. Falávamos ontem a respeito de cartilhas do Ministério da Educação depravadas, para corromper as crianças, e que as escolas estão devolvendo ao Ministério. [...] os pais devem vigiar os livros dos seus filhos, e naturalmente recusarem, nós temos o direito de recusar, nós temos o dever de recusar. [...] Então precisamos ser mais audaciosos, espíritas, definidos, termos opinião. A doutrina nos ensina, e para os jovens, eu direi que

> há uma ética, liberdade, o sexo é livre. Livre sim. Mas ele não tem a liberdade de indignificar a sociedade, poderemos sim exercer o sexo, é uma função do corpo, e também da alma, mas com respeito e com a presença do amor. Portanto, a teoria de gênero, jamé. (palmas). (Divaldo Pereira Franco, fevereiro de 2018, 34º Congresso Espírita de Goiás)[5]

O discurso proferido por Divaldo reforça o que está escrito, mesmo de forma confusa, creio ser uma estratégia, fazendo uso do senso comum, incluindo o marxismo em um debate sobre sexualidade, comprando e reproduzindo um discurso propagado pela única ideologia de gênero existente e hegemônica, a heteronormativa, que tem cor e classe social.

A narrativa que Divaldo elabora cita a escola e suas práticas educativas, ou melhor, o que elas deveriam ser ou representar, dando o direito aos pais, mais uma vez, de vigiar os seus filhos. Podemos observar a ação do dispositivo do saber-poder-prazer agindo, seja mediante a fala do médium, ou das atitudes que os pais deveriam tomar. A lógica empregada e observada durante todo o discurso de Divaldo, o seu conhecimento, o seu saber, produzem poder que permear e orientar a construção que se faz da política, do sexo, do gênero, da homossexualidade, e por fim, do prazer.

Quando Divaldo delega à família o papel de ensino e vigilância à criança, reforça com seu discurso toda uma tradição religiosa cristã que foi responsável por instituir e aprimorar um dispositivo que atua no campo de vigilância e disciplina, especialmente sobre os corpos ainda em formação, hoje, isso ocorre de forma sutil, mas já foi bastante explicita.

A tecnologia surgida no século XVIII tem a capacidade de tornar dóceis os corpos e mentes, não apenas por meio da vigilância e disciplina, para além, ela implica mudanças de comportamento, mudança nos hábitos sexuais, e segundo o próprio Foucault (2015), "um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante" (2015, p. 365).

A estratégia é produzir mudanças profundas onde possa se instituir novos termos e conceitos que provém de campos de conhecimentos diversos, assim se deu, por exemplo, o surgimento do termo sexualidade, "um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos" (FOUCAULT, 2017, p. 08).

Observa-se que nos dias atuais se modificou, ganhando novas versões quanto aos termos, chegando até a nova ideia de Ideologia de Gênero, não podemos chamar de conceito, por enquanto, já que o mesmo deverá ser construído nessa relação de dominação, e por conseguinte, apropriada não apenas pelo discurso de senso comum, mas academicamente, para ser combatido e repensado, são essas as relações instituídas pelo dispositivo da sexualidade.

Conforme pode se observar, o discurso produzido pelo espiritismo de Divaldo Franco tem a característica de ser sutil, algo que não ocorreu no discurso proferido no congresso espírita e que fizemos uso, são esses momentos em que podemos observar que a dominação não ocorre sem resistência, e que os dispositivos podem ser falhos.

5 A fala de Divaldo gerou reação por parte da comunidade espírita, um grupo intitulado de Espíritas Progressistas lançaram uma carta contestando a fala polêmica, bem como abrindo espaço para um abaixo-assinado ratificado por diversos espíritas, intelectuais, diretores de Centros e médiuns. A ação demonstrou que existe resistência a postura adotada pelo médium nos últimos anos. Link para acessar a carta. < https://www.comkardec.net/nota-de-resposta-divaldo-haroldo/> Acessado em 17 de junho de 2020.

O discurso de Divaldo sobre a homossexualidade ou sexo tende a ser sutil em seus livros, especialmente. Em suas palestras ele tende a fazer referência as obras publicadas, talvez por isso ele tenha perdido o tom ao tratar publicamente da ideologia de gênero, ele não escreveu nada, em específico, sobre o assunto, isto posto, ele consegue reinterpretar e criar uma concepção racional e aceitável sobre a sexualidade e sua vivência.

Dessa forma, observamos que o espiritismo brasileiro e sua narrativa sobre a homossexualidade são produtos do dispositivo poder-saber-prazer. O discurso está diretamente relacionado a momentos históricos de transformações, começando nos séculos XIX e XX. Assim nos ensina Foucault quando nos explica:

> Dispositivo se constitui à medida que engloba um duplo processo: processo de sobredeterminação funcional, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneo que surgem dispersamente; por outro lado, processo de perpétuo preenchimento estratégico. (FOUCAULT, 2015, p. 365)

O espiritismo pode ser pensado enquanto efeito, não podendo afirmar se positivo ou negativo, desejado ou não, mas estabelece uma relação contraditória com as demais religiões cristãs, não é à toa que foi combatida pelo catolicismo durante o século XIX e XX. Observamos a junção de elementos heterogêneos como a filosofia, ciência positivista, psicanálise, psicologia e a própria religião, que são combinados e recombinados, assim nasceu o espiritismo, e ao chegar no Brasil ganhou nova roupagem, adicionado a ele o aspecto da caridade e do personalismo.

SER OU NÃO SER E A NECESSIDADE DE SUBLIMAR

Partido da possibilidade de dúvidas quanto a ser ou não homossexual, Divaldo responde que o ideal "seria que cada um de nós mantivéssemos o equilíbrio entre a polaridade psicológica e a organização física" (2013, p. 128). Observamos que esse "equilíbrio" é pensado a partir da ideia de sujeito normal, que é conceituado pela doutrina jurídica, pela doutrina médica e religiosa que se constituem enquanto tecnologias de poder, que surgem como forma de evitar convulsões que o corpo pode ter devido a uma sexualidade não sã, cristã, e juridicamente legal (FOUCAULT, 2001).

O homossexual aparece como o indivíduo a ser corrigido, pois, ao vivenciar a homossexualidade, prova que as técnicas de controle e vigilância fracassaram (*idem, 2001*). Tendo as técnicas de controle fracassadas, restam as intervenções que garantam ou possibilitem uma reeducação do seu modo de ser e agir. É com o intuito de reeducar aquele que a família não conseguiu educar, que surge a técnica de sublimação pensada pelo espiritismo. A sublimação enquanto técnica não é exclusiva do espiritismo, mas diverge do catolicismo quanto a restrição ao ato sexual em si.

Podemos observar na obra O Livro dos Espíritos, que não existe a obrigatoriedade do celibato, diferente do catolicismo. A sublimação pensada pelo espiritismo pode passar pelo celibato, mas não é uma regra, pois, se for extremamente necessário para evitar um "mal maior", pode-se manter relações sexuais, desde que dentro de um padrão socialmente aceito como normal. Divaldo Franco consegue se desresponsabilizar pelo que afirma, quando, inicialmente nos diz que "desde

que estejamos reencarnados na masculinidade, cabe-nos o dever e o direito de manter a **dignidade masculina**, o que não quer dizer que aquele que opta pela homossexualidade seja indigno" (2013, p. 128). (Grifos nossos)

Ao frisar o termo, manter a dignidade, questionamos, o que podemos entender por ele? É indigno ser homossexual? Cremos que Divaldo Franco se contradiz, pois, afirma que a questão em si não é ser homossexual. Na sua concepção seria devidamente normal ser homossexual, o problema reside no ato, na prática sexual homossexual, que diverge da norma heterossexual estabelecida, como já posto.

Observamos ainda a lógica machista implícita, já que aquilo que lembra o feminino é problemático. Não conseguimos compreender o que seria manter essa dignidade masculina, a não ser compreendendo como algo que não se deva relaciona o homens a postura e identidade vinculada ao feminino, muitas das vezes sendo chamados de afeminados.

Seria mais tolerável a existência do homossexual mais masculino em detrimento daquele que possui trejeitos femininos? Supostamente o sujeito afeminado abriu mão da masculinidade, algo totalmente imperdoável em uma sociedade machista e sexista que concebe o feminino como algo frágil e inferior.

Para além do sexismo, observamos o fenômeno da homofobia, algo que Daniel Borrillo (2015) pode nos esclarecer melhor, pois vem a ser "uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irredutível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos" (p. 13). Mesmo afirmando que o sujeito que opta pela homossexualidade seja digno, Divaldo Franco consegue de modo implícito reforça a lógica sexista que beira a homofobia.

Não afirmamos que a Doutrina Espírita ou os espaços públicos dedicados a Doutrina siga a lógica homofóbica ou discriminatória, não temos condições para tal afirmação, mas percebemos em seu discurso posições que reproduzem, muitas das vezes o senso comum, em se tratando da homossexualidade.

Seguindo com a análise, observamos que o médium tergiversai ao ser solicitado que expresse palavras para aqueles que assumiram a condição homossexual, então, afirma que "quando tomamos uma decisão, devemos arcar com as consequências que decorrem da nossa atitude. Se um indivíduo optar por qualquer comportamento [...] ou conduta moral, naturalmente isso tem um preço. E esse preço deve ser pago, no bom sentido da palavra" (2013, págs, 125-126), qual o bom sentido que podemos empregar?

Para o doutrinador, seria a aceitação de si mesmo, da autoestima, sem valorizar demasiadamente a opinião alheia. Na nossa interpretação bastaria que o homossexual se amasse, se aceitasse e tudo ficaria bem, independente do que os outros digam. Um preço pequeno a se pagar por ser homossexual, na verdade não entendo como isso pode ser visto como preço, então, Divaldo complementa:

> Porque muitas pessoas são agressivas quando têm conflitos semelhantes e não conseguem assumir a sua realidade interior. Como se diz em linguagem popular "estão na gaveta", "estão enrustidos" e refletem nos outros a sua ira, porque gostariam também de ter a mesma coragem de assumir a sua manifestação desta ou daquela natureza. Ao hostilizarem o outro ser, estão projetando a imagem negativa, numa catarse inconsciente, para libertar-se do conflito. (FRANCO, 2013, p. 126)

Observa-se que ao conseguir ficar bem consigo e com a sua sexualidade, se evitaria agressões aos demais que não compartilham da mesma orientação sexual. Mas devemos lembrar que nem todos que praticam o crime da homofobia "estão na gaveta" como disse Divaldo, esses sujeitos estão orientados por uma lógica naturalizada e que podemos observar sendo reforçada durante os textos analisados, inicialmente ele pede que o ofendido não responda as agressões, que apenas aceite e busque entender, e por fim justifica as ações daqueles que também são vítimas do sistema instituído.

Divaldo ainda abre para a possibilidade para uma readequação sexual do indivíduo homossexual, aconselhando procurar um terapeuta para que seja auxiliado.

> Se ele acredita possuir uma estrutura psicológica para exercer a sua sexualidade dentro da orientação convencional, que contempla a função biológica da reprodução seria recomendável o apoio de um terapeuta que o auxilie a tentar um trabalho de autoconhecimento. Com o recurso da terapia ele poderá autodescobrir-se, verificando se consegue ultrapassar barreiras inerentes às suas dificuldades afetivas. Mas isso terá que ser feito de uma forma muito criteriosa, para que não se configure uma situação forçada e artificial que só trará consequências negativas, contribuindo para a infelicidade do indivíduo. (FRANCO, 2016, p. 207)

Não intentamos colocar a ideia proferida por Divaldo Franco em pé de igualdade com a lógica da cura gay, tratamentos oferecidos por determinadas denominações religiosas que buscam a conversão do homossexual em heterossexual. Apenas nos questionamos por qual motivo Divaldo Franco insiste na adoção de uma sexualidade convencional, como ele afirma, se o mesmo salienta e explica da existência de quatro tipos de orientações sexuais (2016, p. 191), a heterossexual, assexual, homo e a bissexualidade.

Detectamos, a partir das análises, existe o reforço, um estímulo para se alcançar e exercer a heterossexualidade, ou a sexualidade convencional na concepção do médium, ou a sublimação de qualquer prática sexual, se for incorrer em erros ou abusos. Por mais que Divaldo se esforce para transparecer que o livre arbítrio deva ser exercido, e que o que ele escreve ou fala, devem ser vistos apenas como meros conselhos, observamos que o oferecimento desses conselhos, como o citado acima, denotam uma outra percepção, a de que ele deve ser ouvido e seguido, pois é exemplo de como se deve proceder a sublimação sexual, pois, para conseguir sublimar de forma correta, o indivíduo deve gozar de resistência moral.

Assim, por ter sublimado sua sexualidade, ele gozaria de uma moralidade em que pudesse se colocar como superior e como exemplo a ser seguido, característica do personalismo. "A sublimação depende das resistências morais de cada um. Eu, por exemplo, sou solteiro e não experimento nenhum conflito, pois disciplinei a mente para alcançar este objetivo. Desde cedo criei hábitos mentais que respondem pela minha tranquilidade emocional e afetiva. Preencho os vazios existenciais com outras motivações" (FRANCO, 2016, p. 215).

Divaldo Franco goza de uma posição privilegiada e de respeito, faz uso do discurso de autoridade, então, tem um impacto maior entre seus leitores e seguidores, esse discurso interfere na percepção que sujeitos homossexuais tem da vivência da sua sexualidade (PEREIRA, 2020).

DIVALDO FEZ ESCOLA

Observamos que a forma como Divaldo fala, escreve e se apresenta impacta e interfere na forma como recebemos, lemos e interiorizamos o seu discurso. O uso de termos técnicos, mais elaborados, até mesmo complicados, interferem na nossa compreensão. Podemos dizer que Divaldo criou uma escola, essa escola tem alunos, e alunos escrevem, pensam, e reescrevem os ensinamentos dos mestres. Crendo que isso ocorra, Alírio de Cerqueira Filho (2014), como bom aluno, enveredou pelas questões da sexualidade, sexo e homossexualidade, buscando respostas e dando explicações baseadas em respostas obtidas por meio de questionamentos aos espíritos, mesma metodologia adotada por Allan Kardec.

Podemos observar o emprego da mesma metodologia adotada nos primeiros tempos do espiritismo, em seu livro Sexualidade e Saúde Espiritual: Reflexões sobre sexo, sexualidade e sexualismo (2014), onde discorre de forma desenvolta, sem muitos arrodeio sobre temas polêmicos e de difícil abertura no mundo espírita. Em pouco mais de 250 páginas e seis capítulos, ele vai de perguntas e respostas a dissertações atinentes à sexualidade e à saúde espiritual.

O segundo capítulo nos chama a atenção, intitulado de: questões sobre o sexo, sexualidade e sexualismo, está dividido em sete partes, sendo elas: sexo e saúde espiritual; sexo e erotismo; homossexualidade e homossexualismo; parafilias; disfunções sexuais; sexo e obsessão; sexo, saúde e espiritualidade, totalizando 66 perguntas realizadas aos espíritos e prontamente respondidas, sobre o tema do sexo e suas derivações.

Nos chama a atenção o ponto 2.3 do referido capítulo, onde encontramos nove perguntas em torno da Homossexualidade e Homossexualismo. As perguntas permeiam a existência, como evitar, como conviver e como superar a homossexualidade e o homossexualismo. As ideias apresentadas não se distanciam da apresentada por Divaldo Pereira Franco.

As respostas são oferecidas pelos Mentores espirituais, para além, se resguardam na doutrina espírita por meio dos livros de Kardec, mas recorrem a Divaldo Franco e Chico Xavier, demonstrando assim, que, não nos enganamos quando afirmamos que ambos, Chico Xavier e Divaldo Franco, personificam e ditam preceitos doutrinários que são reproduzidos e ressignificados nos centros e casas espíritas do Brasil.

Ao analisarmos a obra de Alírio de Cerqueira Filho, nos chama a atenção o uso do termo homossexualismo, o autor utiliza o termo para distinguir de homossexualidade. O homossexualismo seria a prática, algo totalmente contornável, em sua perspectiva, a homossexualidade seria uma condição que se dá em decorrência de vícios trazidos de outras vidas. O vício seria:

> Por exemplo, um homem que se vicia de maneira heterossexual, tendo conúbio com muitas mulheres, sem respeitá-las, e isso passa a ser uma constante em sua vida, agravando o vício psíquico reencarnação após reencarnação, quando o Espírito reencarna na outra polaridade para aprender a valorizar os patrimônios femininos, o psiquismo está viciado, logo, a sua psicologia íntima não consegue pensar em termos de psicologia feminina no que se refere ao sexo, pensa em psicologia masculina porque não é a Lei jamais derrogada e o indivíduo no uso de seu livre- arbítrio precisa se responsabilizar por aquilo que escolheu. (CERQUEIRA FILHO, 2014, p. 55)

Com esse entendimento, podemos observar que o autor tentar resguardar a doutrina de qualquer indução ao erro, ou falta de explicação, pois, a homossexualidade ocorreria devido a um vício

pré-existente e decorrente de outra vida. Alírio afirma que não existem falhas no processo reencarnatório, e que tudo que ocorre deve ser tomado por aprendizado, como um convite a educação. Cerqueira Filho (2014), ainda afirma que existe diferença entre ser homossexual e praticar o homossexualismo. Ser homossexual não é uma escolha, pode ocorrer, mas aparentemente não é a regra.

Cerqueira Filho adota Divaldo Franco como referência, afirma que o espírito busca a evolução psicológica em duas polaridades, feminina e masculina, somente quando conseguimos equilibrá-las, vivencia-las plenamente, é que o espirito terá conseguido progredir. Assim, a grande maioria dos problemas apresentados no campo da sexualidade, seria em decorrência da não adequação do corpo físico a polaridade psicológica programada pela reencarnação, essa falta de adequação, segundo Alírio, ocorre devido a vícios psicológicos trazido de outras vidas, pois, segundo o autor, não resta dúvida de que o processo reencarnatório é muito bem pensado, elaborado e executado, não existiria erros nos desígnios do Criador.

Exemplificando, "não é a reencarnação em uma polaridade ou outra que faz o indivíduo buscar o homossexualismo" (CERQUEIRA FILHO, 2014, p. 53). Alírio afirma que, "uma coisa é a homossexualidade, outra coisa é a prática do homossexualismo" (2014, p. 57). O autor insiste em distinguir os termos, e adota o sufismo, "ismo", que foi abolido do Código Internacional de Doenças- CID-10 (1992) (Classificação de transtornos mentais e de comportamento), acaba por reforçar negativamente a prática do ato sexual entre duas pessoas do mesmo sexo.

O doutrinador Alírio exorta o combate ao incentivo ao "homossexualismo". Reforçando à necessidade de se combater a propaganda dessa prática que gera vícios a partir da repetição dos mesmos erros reencarnação após reencarnação. Essa afirmação reforça estereótipos que colocam a prática sexual homossexual como problema, lembrando o período em que era considerada doença, transtorno mental e de comportamento. Observamos a mesma lógica reproduzida no e pelo senso comum, o problema não é ser homossexual, mas praticar o ato sexual.

> Estudiosos do comportamento humano que estimulam seus pacientes à prática do homossexualismo não compreendem ainda a função do Espírito imortal na matéria. [...] a ideia de estimulá-lo a essa prática em nada corresponde com o movimento saudável, porquanto não é a prática homossexual que vai fazer com que ele se sinta pleno e realizado, tanto quanto não é a prática heterossexual que faz alguém feliz. O que faz o indivíduo feliz é a entrega afetiva, a prática afetiva em si mesmo, ao outro, e em relação à vida. (CERQUEIRA FILHO, 2014, p.57)

Para compreendermos a distinção entre homossexual e homossexualismo, que Alírio Cerqueira Filho nos impõem, é necessário observar que seu discurso se insere, ou faz parte de complexas relações exercidas por uma organização social que considera a heterossexualidade monogâmica como ideal no plano afetivo e sexual (BORRILLO, 2015).

Sabemos que muitos homossexuais, na Terra, vivem de maneira digna, uns com os outros, respeitando-se, enquanto casal homoafetivo" (CERQUEIRA FILHO, 2014, p. 61). Resta ao homossexual duas escolhas, primeiro, sublimar, seria a mais acertada, segundo casar e manter uma relação estável homoafetiva, dentro dos padrões elegidos como saudáveis pela sociedade moderna que se baseia em códigos sexistas.

CONSIDERAÇÕES

As concepções e ideias apresentadas por Divaldo Franco, e Alírio de Cerqueira Filho se inserem na tentativa de responder a uma demanda social que surge mediante a despatologização da homossexualidade, que seria política e moral. A demanda poder ser pensada a partir do questionamento, o que fazer com aqueles que vivenciam uma sexualidade fora da heteronorma? Sem agredir os seus corpos, ou restringir os seus direitos civis? Antes de 1992, ano de mudança no paradigma, era simples, terapia, medicalização, psiquiatria, afinal, era uma doença.

Mas o que fazer pós mudança? O próprio dispositivo da sexualidade responde, tendo em vista que ele se apropria e adequa o discurso ao seu interesse. Foucault (2015) nos informa sobre esse fenômeno ao afirmar que existe uma estratégia que perpassa pelo controle-estimulação (2015, p. 236). Ou seja, deve-se eleger, designar quem pode falar sobre o tema e onde falar sobre. Assim, Divaldo Franco, Alírio e a FEB, por exemplo, são vistas como pessoas/entidades capacitadas para debaterem o tema sexualidade/homossexualidade no contexto espírita, o espaço reservado ao debate seria o centro espírita, sempre sob supervisão da doutrina. Desta feita, Alírio e Divaldo seguem propagando os comandos criados pelo dispositivo da sexualidade, então, é homossexual? Case-se, constitua família, compre uma casa, viva uma união estável, criem laços afetivos, mas que não sejam necessariamente laços sexuais, o amor sublimado.

Os discursos analisados direcionam o sujeito homossexual para uma normalidade, "normalidade" essa que ele busca na tentativa de ser aceito e agregado a teia social. Nossa sociedade normatizadora, fazendo uso do dispositivo do saber-poder-prazer, aproveita, segundo Foucault (2015), da busca dos homossexuais pelos direitos sexuais para controlá-los, quando a busca deveria ser "para reivindicar formas de cultura, de discurso, de linguagem etc" (FOUCAULT, 2015, p. 395). O problema dos homossexuais estaria no fato de reduzirem tudo ao sexo, segundo Foucault.

O homossexual ainda é visto como um sujeito perigoso, que não se enquadra na lógica binária homem/mulher, macho/fêmea, colocando em risco os códigos morais (Foucault, 2017) estabelecidos, sendo assim, deve-se resguardar.

Por fim, devemos ressaltar que, a homossexualidade não pode ser vista, na doutrina proposta por Divaldo Franco, como uma transgressão a conduta moral. Devemos esclarecer que ser homossexual na Doutrina Espírita é algo normal, o erro existe na prática sexual, ou no homossexualismo como reforça Alírio de Cerqueira Filho. A sublimação é a saída mais acertada para que a evolução moral e espiritual ocorra. Essa lógica diverge das demais religiões que se dizem cristãs, é um avanço considerável, mas reforça o estereótipo em relação ao homem gay, de que ele é um ser sexualizado e de que tudo se resume ao sexo.

O discurso proferido não rompe com os binarismos, os conceitos cristãos adaptados, reinterpretados e contidos na doutrina espírita, se ancoram no heterossexismo onde se pauta, orientando as identidades e as representações coletivas que devem gerir as relações sociais dentro da religião, ou dentro do espaço público religioso, ainda, a partir de uma lógica patriarcal, se percebe claramente que os discursos são orientados pelo modelo heterossexual ancorado na lógica reprodutiva, familiar e religiosa. A partir das análises, no que se refere as obras investigadas, percebemos a doutrina espírita como um dispositivo normativo, dotado de múltiplas estratégias de produção de sujeitos normalizados.

REFERÊNCIAS

AMORIM, P. P**.** "ROUSTAING: A CISÃO NO INTERIOR DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA (1920 – 1922)." Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859

AMORIM, P. P. Muito além da unidade: a cisão no movimento espírita. In: AMORIM. (Org.). Muito além da unidade: a cisão no movimento espírita. 1ed.São Paulo: UNESP, 2012, v. p. 119-138.

ARRIBAS, Célia da Graça. Autoridades espíritas: critérios para tipologias e repartições das lideranças no espiritismo. In: SOUZA, André Ricardo de. *Etal* (**org**) Espiritualidade e espiritismo: Reflexões para além da religiosidade. Porto de Ideias. São Paulo. 2017

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico e Populacional Brasileiro de 2010.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: História e Crítica de um preconceito. Autêntica Editora. Belo Horizonte. 2015.

FOUCUALT, Michel. História da Sexualidade. Vol. 1, 2014. Vol. 2, 2014. Vol. 3, 2017. Paz e Terra. Rio de Janeiro/São Paulo.

FOUCUALT, Michel. Os Anormais. Curso no Collège de France (1974-1974). Martins Fontes. São Paulo. 2001.

MISKOLCI, Richard. Desejos Digitais. Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte. Autêntica. 2017.

NATIVIDADES, Marcelo. Homossexualidade Masculina e Experiência Religiosa Pentecostal in Sexualidade, Família e Ethos Religioso. Garamond Editora. 2005.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Deus me aceita como eu sou? A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro. 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos. Editora da Unicamp. Campinas. 2007.

PEREIRA, Francisco Jomário. "TRANSAR PODE, MAS VOCÊ NÃO DEVERIA**":** A Representação da Homossexualidade no Discurso Espírita Brasileiro. Tese de Doutorado em Sociologia- Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2020.

SOUZA, André Ricardo de. A livre religiosidade e a compulsória ciência do sociólogo da religião. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015, pp. 289-325.

OBRAS ANALISADAS

FEB, Federação Espírita Brasileira. < http://www.febeditora.com.br/quem-somos/> acessado em 03 de janeiro de 2019.

_____Mediunidade: Tipos de psicografia. <https://www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Modulo-2-Tema-5-Psicofonia-e-psicografia.pdf.> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

FEBP, Federação Espírita Paraibana < http://www.fepb.org.br/estrutura-funcional/centrosespiritas/?cidade=-Campina+Grande+PB&bairro=Todos+os+bairros>. Acessado em: 20 de março de 2019.

KARDEC, Allan. O Evangelho Segundo o Espiritismo. Editora Petit. 1997.

_____ O Livro dos Espíritos. Editora Petit. 1997.

_____ O Livro dos Médiuns. Editora Petit. 1997.

LOPES, Luiz Fernando (org). Amor e Sexualidade: A conquista da Alma. Editora Leal. Salvador. 2018.

_____Sexo e Consciência. Editora Leal. Salvador. 2016

MANOEL (Espírito). Sexo e Obsessão. Psicografado por Divaldo Pereira Franco. Editora Leal. Salvador. 2002.

MENEZES, Bezerra. União dos spiritas. Revista O Reformador. Rio de Janeiro. *V. 14. N. 32. Agosto. 1896.*

SAEGUSA, Claudia (org). Divaldo Franco Responde. Vol. 2. InteLítera, São Paulo. 2013.

STOLL, Sandra Jacqueline. Espiritismo à Brasileira. São Paulo, Edusp/Orion, 2003.

_____. "Narrativas Biográficas: a Construção da Identidade Espírita no Brasil e sua Fragmentação", in Estudos Avançados 18, 2004, p. 52.

Articulação local e global das organizações ecumênicas: reflexões em torno da agenda de gênero da fundação luterana de diaconia, koinonia e act alliance

Recebido em 12/03/2020, aprovado em 15/07/2020
DOI: 10.30612/mvt.v7i12.11212
Tairine Ferreira Pimentel[1]

RESUMO:
Nos últimos anos a questão da igualdade ou justiça de gênero tem se tornado central na agenda das demandas sociais e se introduzido numa grande quantidade de políticas públicas ou programas de organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento. Um espaço privilegiado para se perceber esse vínculo entre gênero e religião é o campo ecumênico de ativismo social, uma rede de grupos, organizações e igrejas cristãs, vinculadas entre si de modo complexo, em alguns casos bastante tenso. As ações das entidades a serem pesquisadas demonstram claramente isso, seja em nível dos eixos de atuação, seja da efetiva participação em incidência pública local, nacional e global. Neste artigo, temos como objetivo geral mostrar as conexões local e global das organizações ecumênicas brasileira e a ACT Alliance a partir da agenda de gênero desenvolvidas pela Koinonia -Presença Ecumênica e a Fundação Luterana de Diaconia. Essa investigação torna-se imprescindível na medida em que busca dialogar com a teoria da translocalização religiosa desenvolvida por Joanildo Burity. Para conseguir tais resultados utilizou-se a pesquisa qualitativa, técnicas da pesquisa documental e entrevista semi-estruturada. Foi possível analisar nas instituições estudadas a presença da agenda de gênero precedente à articulação global que essas organizações ecumênicas estão alinhadas.

Palavras chave: Justiça de Gênero. Translocalização. Ecumenismo de ativismo social. Organizações ecumênicas.

Articulation of local and global economic organizations: reflections around the gender agenda of the luteran foundation of diaconia, koinonia and act alliance

ABSTRACT:
In recent years, the issue of gender equality or justice has become central to the agenda of social demands and has been introduced in a large number of public policies or programs of international development support bodies. A privileged space to perceive this link between gender and religion is

CC BY NC ND

1 Formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, mestranda em Sociologia pela mesma universidade. Endereço eletrônico: Tairineferreira@gmail.com.

the ecumenical field of social activism, a network of Christian groups, organizations and churches, linked in a complex way, in some cases quite tense. The actions of the entities to be researched clearly demonstrate this, whether at the level of the lines of action, or the effective participation in local, national and global public incidence. In this article, we have as a general objective to show the local and global connections of the Brazilian ecumenical organizations and the ACT Alliance from the gender agenda developed by Koinonia - Ecumenical Presence and the Lutheran Foundation of Diaconia. This investigation becomes essential as it seeks to dialogue with the theory of religious translocation developed by Joanildo Burity. To achieve such results, qualitative research and techniques of documentary research and semi-structured interview were used. It was possible to analyze in the institutions studied the presence of the gender agenda preceding the global articulation that these ecumenical organizations are aligned with.

Keywords: Gender Justice.Translocation. Ecumenism of social activism. Ecumenical organizations.

Articulación local y global de organizaciones ecuménicas: reflexiones alrededor de la agenda de género de la fundación luterana de diaconia, koinonia y act alianza

RESUMEN:

En los últimos años, el tema de la igualdad de género o la justicia se ha convertido en el centro de la agenda de las demandas sociales y se ha introducido en una gran cantidad de políticas públicas o programas de organismos internacionales de apoyo al desarrollo. Un espacio privilegiado para percibir este vínculo entre género y religión es el campo ecuménico del activismo social, una red de grupos, organizaciones e iglesias cristianas, unidas de manera compleja, en algunos casos bastante tensa. Las acciones de las entidades a investigar demuestran claramente esto, ya sea a nivel de las líneas de acción, o la participación efectiva en la incidencia pública local, nacional y global. En este artículo, tenemos como objetivo general mostrar las conexiones locales y globales de las organizaciones ecuménicas brasileñas y la Alianza ACT desde la agenda de género desarrollada por Koinonia - Presencia Ecuménica y la Fundación Luterana de Diaconia. Esta investigación se vuelve esencial ya que busca dialogar con la teoría de la translocación religiosa desarrollada por Joanildo Burity, para lograr tales resultados, se utilizaron investigaciones cualitativas y técnicas de investigación documental y entrevistas semiestructuradas. Fue posible analizar en las instituciones estudiadas la presencia de la agenda de género que precede a la articulación global con la que están alineadas estas organizaciones ecuménicas.

Palabras clave: Justicia de género. Translocación. Ecumenismo de activismo social. Organizaciones ecuménicas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a questão da igualdade ou justiça de gênero (FLD, 2014) tem se tornado central na agenda das demandas sociais e se introduzido numa grande quantidade de políticas públicas ou programas de organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento. Uma parte significativa dessas ações se dá para além dos movimentos de mulheres e feminista (SOUZA, 2006). Apesar de haver várias frentes em que a atuação desses movimentos se confrontam com organizações e movimentos religiosos (FE BRASIL, 2006), o campo da religião não se mantém à margem das lutas por justiça de gênero (DUARTE, 2018). Este trabalho visa a explorar precisamente esta interface, ainda pouco visível no debate público e nos estudos sobre gênero no Brasil, mas presente em todos os níveis, do global ao local.

Um espaço privilegiado para se perceber esse vínculo entre gênero e religião é o campo ecumênico de ativismo social, uma rede de grupos, organizações e igrejas cristãs, vinculadas entre si de modo complexo, em alguns casos bastante tenso. O movimento ecumênico visa promover dois grandes objetivos, desde sua origem na primeira metade do século XX, profundamente impactada pelas experiências da expansão capitalista colonial dos séculos XVIII e XIX e das duas guerras mundiais: a unidade cristã e a transformação social. Assim, o ecumenismo de ativismo social, desde o século XX, vem atuando no cenário da sociedade civil, na garantia dos direitos e promoção da cidadania (BARRETO, 2010 BURITY, 1989; DIAS, 1998).

No Brasil essa história tem dois momentos originários: o esforço de cooperação entre as igrejas protestantes nos anos 1930 que levou à criação da Confederação Evangélica Brasileira (CEB), e o surgimento do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, na CEB, em 1955, diretamente financiado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Exemplo da atuação social do movimento ecumênico, no Brasil, foi o período da ditadura civil militar, quando o movimento teve sua atuação voltada para denunciar, por meio do CMI, Federação Luterana Mundial, Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, Conselho Latino-Americano de Igrejas e outras entidades e redes de menor alcance, o que estava ocorrendo no cenário político brasileiro na época, além de dar apoio a presos e refugiados políticos brasileiros, no país e no exterior. Fatos esses que contribuíram para o enfrentamento ao regime autoritário (DIAS, 2014; VILELA, 2015).

Atualmente, o movimento e as organizações ecumênicas atuam na garantia de direitos às minorias sociais, tendo como pautas principais de enfrentamento a temática ambiental (sustentabilidade e mudança climática), justiça de gênero, combate ao racismo e à intolerância religiosa; proteção a minorias étnicas, culturais, sexuais, contudo, essas pautas são inseridas a partir dos anos de 1990, pois historicamente o ecumenismo de ativismo social esteve preocupado com a questão do enfrentamento da pobreza e ajuda humanitária (BURITY, 2018; BRAKEMEIER, 2004; ABUMANSSUR, 2010; CÉSAR, 1995).

Durante a última pesquisa realizada para conclusão do curso em licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco, cujo tema foi:"Religião e Gênero: uma análise da política de justiça de gênero da fundação luterana de diaconia", algumas questões ficaram para ser exploradas nas pesquisas posteriores. Seguindo as "pistas" apontadas pelo meu campo de pesquisa, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as conexões local e global das organizações ecumênicas brasileiras e a ACT Alliance a partir da mobilização da agenda de gênero desenvolvidas por Koinonia -Presença Ecumênica e Serviço e Fundação Luterana de Diaconia.

Aqui, dados os limites de um artigo, tentaremos responder a seguinte questão: como as organizações ecumênicas mencionadas articulam a agenda de gênero local com a pauta da ACT ALLIANCE

que é uma instituição ecumênica global? Essa investigação torna-se imprescindível na medida em que busca dialogar com a teoria da translocalização religiosa desenvolvida por Joanildo Burity

No decorrer do texto buscaremos ressaltar as etapas realizadas para obtermos os resultados deste artigo. A fim de expor de forma didática nossa argumentação, buscaremos articular cada seção com coerência lógica, para isso estruturamos o artigo da seguinte maneira: 1. Agenda de Gênero: articulando o local e global nas organizações ecumênicas; Aqui, buscaremos discutir a revisão da literatura do tema proposto e apresentar a agenda de gênero dentro das organizações que foram estudadas. 2. Análise dos resultados, será descrito os procedimentos metodológicos utilizados para coletar os dados que subsidiou essa pesquisa, analisará os dados dialogando com o conceito proposto inicialmente para pesquisa. Nas considerações finais buscaremos refletir sobre os resultados que a partir da pesquisa empírica foi possível alcançar.

AGENDA DE GÊNERO: ARTICULANDO O LOCAL E GLOBAL NAS ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS

No contexto mais geral sobre a temática percebeu-se que no processo de desenvolvimento da globalização muito se discutiu suas origens, em relação à data específica em que esse fenômeno tem começado, muitos pesquisadores estabeleceram no século XVI, ou seja, ainda no começo da expansão capitalista e da modernidade ocidental (CHESNEAUX,1989). No entanto, não encontramos consenso sobre esses surgimentos, há, na verdade, uma pluralização de perspectivas sobre o assunto. Outras pessoas que pesquisam o processo da globalização afirmam como ponto central o século XX, apoiadas nas consequências das inovações tecnológicas e comunicacionais conectadas aos mercados em escala mundial. Podemos observar que essas mudanças nos meios tecnológicos e mercantis só conseguem contornos globais quando constituem uma rede de mercados planetários nas comunicações e na movimentação do capital, e se consolidam com o enfraquecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — URSS, após o período da guerra fria (ORTIZ, 1997).

Uma das compreensões sobre a globalização que podemos analisar é a justificativa da transformação da compreensão do tempo e espaço, modificando a concepção de distância, atravessando fronteiras e descontextualizando as instituições e práticas sociais. A globalização advinda com a modernidade aflora, deste modo, como um processo de compreensão do tempo e ruína do espaço, isto é, internacionalização do capitalismo, o consumismo e a composição de um mercado global (HARVEY,1989).

Ao analisar o debate sobre a literatura a respeito da globalização, as teorias não desconsideram as análises que afirmam a exclusão social. Pelo contrário, a globalização é considerada, como um processo dialético entre o global e o local, e a sociedade global como consequência desse processo. Portanto, a globalização não significa, deste modo, o fim do local, enquanto realidade social existente. O que a globalização significa de fato é uma forte e intensa junção do local e do global, filiada a um complexo de transformações da vida quotidiana, que necessariamente afeta as práticas sociais e os modos de comportamentos da sociedade.

Dois estudiosos importantes sobre o assunto que gostaríamos de suscitar são: Roland Robertson e Anthony Giddens. Ambos os autores têm sua maneira peculiar de elaborar o assunto. Para Giddens (1994:19), a globalização é uma consequência da modernidade, isto é, um fenômeno dialético e a relação global-local torna-se uma ocorrência divergente ou mesmo contrárias, criando-se assim um processo de ação e reação. Já Roland Robertson, defende que a globalização envolve a construção de

comunidade e localidade, e ligação globalização-modernidade é interiormente um resultado processual e temporal. Este autor, por exemplo, utiliza o conceito de local tanto para atribuir localidades materiais quanto para indicar realidades sociais mais amplas.

Adentrando ao campo da religião especificamente, podemos analisar uma transformação importante na forma que os agentes religiosos têm se comportado publicamente, causando notoriedade e expansão da militância na esfera pública transnacional. Esse processo em nível local ou global não é homogêneo, em algumas partes do mundo temos uma atuação de base conservadora ou extremista e em outros contextos encontramos um ativismo social pautado nos Direitos Humanos. No contexto da América Latina dos anos de 1960, a Teologia da Libertação alcançou um papel fundamental na organização política e social de alguns setores da Igreja Católica e dos movimentos sociais, contudo, sua expressão mais radical foi dentro do protestantismo (BURITY, 1989; 1994a; DIAS, 2014).

Dentro do ecumenismo de ativismo social esse processo de translocalização das pautas políticas não foi indiferente (Justiça Climática, Étnico-Racial e especificamente Gênero) alcançou visibilidade e articulação em maiores proporções, atingindo vários níveis. Nas organizações ecumênicas há uma explosão de redes ecumênicas que estão alinhadas a partir de uma agenda local e global (BURITY ,20018). Vejamos:

> Religião e globalização também se cruzam na América Latina por meio da intrincada rede de conexões, apoios e ação coordenada por parte dos movimentos religiosos politizados dos anos de 1970 (e mesmo antes) a fins de 1980: teologia da libertação, movimento ecumênico e em menor escala o evangelicalismo da "missão integral" (Cunha, 2010; Abumanssur, 2010; Roy, 2010; Míguez et al., 2009; Caldas Filho, 2007). Estes movimentos deram à luz ou fundiram-se a um conjunto de organizações não-governamentais, agências da cooperação internacional, organizações de assessoria popular e entidades vinculadas a movimentos sociais específicos (ecológico, feminista, negro ou indígena, de minorias sexuais, pacifista, alterglobalista etc.). Deu-se uma profunda imbricação a partir da década de 1990, especialmente impulsionada pela conclamação e/ou abertura dos organismos multilaterais ao diálogo com a "sociedade civil" e pelo crescimento das formas globais de resistência à hegemonia neoliberal. Essa imbricação criou uma massa crítica de ação coletiva e redes de organizações e grupos informais de cidadãos e cidadãs de orientação cosmopolita, que se espraia do "local" ao "transnacional" e ao "global" em sentidos que a conotação territorial desses termos é insuficiente para captar.
>
> (...) Grandes campanhas globais, como Jubileu, 2000; mobilizações em torno da participação da sociedade civil em mega eventos promovidos pelas Nações Unidas desde a Eco-92 até a Rio +20; diálogos em vários níveis com o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio sobre questões de combate à pobreza, comércio justo, sustentabilidade, ética corporativa e arquitetura financeira global; e mesmo o movimento alterglobalista (e sua face mais conhecida, o Fórum Social Mundial), seriam incompreensíveis sem o concurso dessa minoria religiosa com perfil e história muito diferentes dos pentecostais que hoje galvanizam as atenções (BURITY, 2015, P. 42).

No contexto brasileiro e internacional presenciamos o surgimento da agenda de gênero nas organizações ecumênicas porém a literatura existente ainda é incipiente para dar conta dessa discussão

dentro do campo acadêmico. A resposta ecumênica a tal agenda se deu em dois ritmos: o da participação nessas redes da cooperação internacional para o desenvolvimento e o da sensibilização para o protagonismo das mulheres nas estruturas eclesiásticas e na vida eclesial local. Em seguida, apresentarei três organizações, duas nacionais e uma internacional que tem buscado articular a agenda de gênero.

A Fundação Luterana de Diaconia é uma organização não governamental vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil — IECLB, sem fins lucrativos, com sede em Porto Alegre. Foi fundada no dia 17 de julho de 2000, por decisão do IECLB, e em 2010 completou 10 anos de exercício, para atender aos grupos socialmente vulneráveis e comunidades empobrecidas, sem discriminação de etnia, gênero, convicção política ou credo religioso. Essa instituição é oriunda do Serviço de Projetos de Desenvolvimento da IECLB e de sua experiência de mais de 34 anos na área de projetos de desenvolvimento comunitário em território brasileiro. Além disso, a FLD tem como missão institucional apoiar e acompanhar programas e projetos de grupos organizados da sociedade civil que consolidam o protagonismo dos indivíduos e suas comunidades, propiciando qualidade de vida, cidadania e justiça social.

Koinonia—Presença Ecumênica e Serviço teve sua fundação após o desmembramento do Centro Ecumênico de Documentação (CEDI), em 1994, cujos antigos membros fundaram a atual instituição. A Koinonia tem atuação nacional, principalmente no estado do Rio de Janeiro e da Bahia, além de parceria internacional. Essa instituição é composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Atualmente, a Koinonia atua em três eixos de trabalho no contexto de suas ações: 1. Transversal: Ecumenismo, Superação da Intolerância Religiosa e Justiça de Gênero; 2. Temático: Direitos das Mulheres e da População LGBTT; 3. Temático:Direitos das Comunidades Negras Tradicionais.

Estas duas instituições ecumênicas brasileiras por meio de articulações políticas estão internacionalmente associadas à ACT Allience ; A ACT é uma organização global criada a partir da junção de duas grandes redes internacionais do movimento ecumênico que prestava ajuda humanitária e atuava diante das catástrofes globais. Essa agência ecumênica internacional tem proporção gigantesca e atua em 140 países em diferentes temáticas e mobiliza mais de 3 bilhões de dólares por ano para atuar em três grandes áreas: Ajuda Humanitária, Desenvolvimento e Advocacy (BURITY, 2018). ACT Alliance é uma união internacional de mais de 144 igrejas e organizações religiosas que trabalham em conexões em resposta humanitária, na defesa por direitos em mais de 100 países. Dentro do movimento ecumênico significa a maior coalizão de desenvolvimento humanitário protestante e ortodoxo do mundo e, em união, os membros têm uma longa trajetória de promoção da justiça social, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A fim de execução prática deste trabalho utilizou-se de métodos e técnicas de coleta de dados qualitativos da pesquisa social, buscou-se a soma de dois métodos qualitativos, foram eles: entrevista semi-estruturada e método documental (CELLARD, 2008; GIL, 1999). Para compreender o discurso institucional sobre a agenda de gênero das instituições aqui pesquisadas, realizei três

entrevistas semi-estruturadas, com duas pessoas da equipe de Koinonia—Presença Ecumênica e Serviço e uma entrevista na Fundação Luterana de Diaconia. O critério da escolha das pessoas se deu mediante o envolvimento e responsabilidade que elas têm dentro das instituições no que diz respeito à agenda de gênero do ponto da execução e coordenação do trabalho. Por meio do método documental analisou-se o documento que institui as Políticas de Justiça de Gênero das instituições.

Esse artigo contou com três entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Envolveu a educadora social responsável pela execução da agenda de gênero de Koinonia —Presença Ecumênica e Serviço; a coordenadora da política de gênero também de Koinonia e coordenadora programática da Fundação Luterana de Diaconia —FLD. O objetivo geral da pesquisa foi investigar o ativismo local e global das instituições analisadas, buscando essa conexão mediante a agenda de gênero que essas organizações mobilizam no seu cotidiano institucional.

Buscou-se analisar o ativismo religioso ao nível local e global para compreender o papel do movimento ecumênico na ampliação dos debates em torno da agenda de gênero em contextos religiosos, para dialogar com nosso objeto utilizou-se o conceito de translocalização religiosa desenvolvido por Burity (2015). As entrevistadas na presente investigação foram escolhidas considerando suas respectivas importâncias nas instituições Koinonia e Fundação Luterana de Diaconia em relação à temática de gênero.

A ACT Alliance, organização global que mediante sua agenda de trabalho com a temática de gênero instituiu uma Política de Justiça de Gênero e a partir dessa política mobiliza institucionalmente uma agenda de gênero que dialoga globalmente com os parceiros associados. Ou seja, toda organização filiada à ACT tem o compromisso de criar nas suas instituições uma Política de Justiça de Gênero, contudo, esse processo nunca é uma imposição do global para o local, mas no decorrer das entrevistas percebeu-se que as instituições, antes dessa agenda global, já trabalhavam em projetos locais com a questão de gênero, mas ao associar-se a essa articulação de caráter global elevou sua visibilidade em um cenário internacional.

A Política de Justiça de Gênero da Fundação Luterana de Diaconia foi aprovada em 2014, na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e têm como proposta ser um documento normativo e estratégico dentro dessa instituição que tem como missão institucional buscar trabalhar de maneira transversal e interseccional a agenda de gênero nesses espaços. Este documento foi influenciado pelo processo da experiência da Fundação Luterana Mundial, contudo, seu conteúdo foi organizado a partir de um processo interno de reflexão da equipe técnica da instituição. Visando propiciar a realização de relações de gênero justas e igualitárias, considerando nelas um potencial transformador das relações sociais; nesse sentido, busca oportunizar a valorização igualitária de mulheres e homens, gerando acesso, de modo equilibrado, aos espaços de poder e governança da instituição e suas parcerias.

A Política de Justiça de Gênero de Koinonia surgiu na mesma época da outra instituição já citada e é eixo transversal do plano estratégico da instituição válida de 2016 – 2021, tem como objetivo alcançar a equidade de gênero dentro da instituição e promover o debate dentro do movimento ecumênico, e movimentos sociais com os quais a organização tem compromisso, compreende gênero em uma perspectiva que ultrapassa a questão sexual. É importante suscitar aqui a integração dentro dessa política do trabalho com a populações travestis e transsexual[2]. A política é monitorada

2 Durante a gestão municipal em São Paulo do prefeito Fernando Haddad a organização foi convidada para coordenar junto com a prefeitura municipal um programa para atender a população Travestis e Trasseual. Esse

internamente mediante um Núcleo de Articulação Institucional-NAI, que é responsável em realizar formações e sensibilizar no que diz respeito à temática de gênero. Essa comissão de trabalho interna realiza uma reunião por mês para avaliar o andamento da política e propor melhorias[3].

Na prática das organizações, esses documentos, norteiam a política das mesmas do seguinte modo: formação interna, formação interna de gênero para os membros que compõem as organizações, critérios de equidade de gênero na contratação de novos quadros e todas as pessoas contratadas realizam capacitações sobre a política, projetos externos com mulheres e a população LGBTQIA+ que enquadram-se dentro do perfil, editais públicos para apoiar grupos de mulheres, são atividades realizadas nas instituições a fim de fomentar o debate de gênero na sociedade e principalmente dentro dos espaços religiosos.

Ao analisar o documento sobre a Política de Justiça de Gênero das instituições, pudemos aprofundar nas entrevistas aspectos da temática de gênero dentro das organizações que não foi possível aprofundar apenas pelo método documental.

Maria[4] trabalha como assessora em Koinonia desde 2002, entrou para trabalhar no Programa de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos. A entrevistada relata que a temática de gênero desde essa época já aparecia nos programas que eram executados por trabalhar com as mulheres profissionais do sexo, rurais, quilombolas, evangélicas e de terreiro. Então, o tema sempre aparecia nas reflexões justamente por abordar os aspectos de reconhecimento dessas mulheres como protagonista de direitos.

> Eu lembro que quando entrei em 2002, nós tínhamos cinco assessores, eu era a única mulher naquela época, e aí foi melhorando...Francisca entrou, Dulce entrou, então foi mudando a cara, mudando o perfil dessa política de gênero institucional. Então não bastava nós propormos uma reflexão do papel dessa mulher do Quilombo, do terreiro de candomblé, da zona rural ou da mulher que trabalhávamos sobre direitos sexuais, mas era preciso propor qual é o papel dessa mulher dentro da estrutura institucional. (Maria, Entrevista, 2019).

Nesse sentido, ao perceber a emergência da temática de gênero que os projetos com mulheres quilombolas, mulheres de terreiro, evangélicas, profissionais do sexo e rural, essas demandas exigiam da instituição uma maior especialização na temática de gênero. Neste caso essas demandas possibilitaram os caminhos para construir uma Política de Justiça de Gênero em Koinonia.

Em média esse processo de capacitação durou entre três a quatro anos para a organização construir sua Política de Justiça de Gênero. Nesse processo de construção sobre a temática, a instituição contou com a parceria de uma outra agência para realizar essa formação com a equipe de membros de Koinonia.

Maria ao ser questionada sobre a influência da ACT ALLIANCE na agenda de gênero, afirma que a Política de Justiça de Gênero já tinha uma trajetória dentro de Koinonia, mas essa agenda

programa tinha como dimensão estruturante o aumento do nível de escolaridade e possibilita condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas ao Programa (SILVEIRA, 2017).

3 Ver a Política de Justiça de Gênero:https://koinonia.org.br/quem-somos/política-de-justica-de-genero-de-koinonia

4 Como não solicitei permissão para divulgar os nomes de todas as entrevistas, apenas dois, irei utilizar nomes fictícios.

não era institucionalizada como passou a ser após o documento. A instituição no decorrer da sua trajetória sempre buscou realizar projetos com as mulheres da igreja e terreiro, a fim de fomentar o debate sobre os direitos que as mesmas possuem. Vajamos:

> Eu arriscaria dizer que foi simultâneo que isso aconteceu. E, quando se forma a ACT a gente já estava com esse documento ou em laboração ou já elaborado, mas aí preciso verificar o tempo. Então, todas as organizações que estão em ACT acabaram organizando também para ter esse documento que formaliza uma posição da instituição, dá uma credibilidade para instituição no sentido do que ela pensa sobre Justiça de Gênero, e aí as coisas foram ampliando e percebendo a necessidade de ampliar o tema *(Maria, Entrevista, 2019).*

Observou-se nas entrevistas que antes mesmo das instituições locais se associarem a uma organização ecumênica global que traz essa exigência de instituir uma agenda de gênero, essas organizações na sua trajetória institucional já tinham uma prática de gênero. Vejamos o que diz Burity:

> A questão das complexas relações entre o local eo global, que o conceito de glocalização visa a esclarecer, na verdade impõe um sério questionamento de definições puramente espaciais do fenômeno da religião pública como caso da minoritização do mundo. Não se trata de que "local" e "global" se apliquem a diferentes escalas (isso ainda permitiria serem definidos como pura espacialidade), nem de que se mostrem imbricados em termos de influência mútua e conexões empíricas (o que ainda os manteria conceitualmente distintos e inteligíveis em sua natureza espacial). Antes, requer-se perceber que há um claro processo de produção local do global e projeção global do local, no qual incidem disputas simbólicas e políticas pela correta representação dessas grandezas e dimensões, mas também pelo alcance de reivindicações por autonomia e justiça (BURITY, 2015, P. 52c).

Essa argumentação de Burity sobre uma hermenêutica local do global e virse e versa dialoga com a entrevista de Francisca, onde ela relata que a partir das experiências das organizações parceiras de ACT Alliance na América Latina e Caribe, as mesmas além de construir caminhos para a institucionalização do debate sobre gênero dentro dessa organização global, que fica em Genebra a ACT viabilizarão o financiamento de uma campanhas sobre gênero para trabalhar com os 144 países associados.

Francisca é teóloga e mestre em Ciência da Religião, missionária da Igreja Metodista Unida dos Estados Unidos, trabalha em Koinonia por meio de uma parceria entre Koinonia e a Junta de Ministérios Globais desde de 2007, isto é, faz 13 anos que a entrevistada presta serviço na organização. A mesma foi contratada pela Junta de Ministérios globais para desenvolver o seguinte trabalho em Koinonia: secretária para questões de gênero e questão de justiça racial. Uma das primeiras atividades no início da sua carreira na organização que a entrevistada realizou foi dar continuidade ao processo que já estava acontecendo: seminários, discussões, oficinas para realização da política institucional de Justiça de Gênero. A partir dessas oficinas a mesma ficou responsável em monitorar a Política de Justiça de Gênero, articular nacional e internacionalmente essa agenda.

Em 2017, esse documento institucional passou por algumas revisões e Francisca foi responsável para avaliar esse processo. Como a entrevistada trabalhou no Conselho Mundial de Igrejas em

Genebra, dentro da instituição ela é uma das informantes chave para estabelecer o diálogo internacional com as organizações globais do movimento ecumênico.

Koinonia enquanto membro da ACT Alliance, assim como a Fundação Luterana de Diaconia, sempre buscou participar de maneira mais incisiva da estrutura interna dessa organização global, mediante as assembleias, grupos de trabalhos, grupos conselheiros, os membros de Koinonia estão dentro dessa organização. A articulação de ACT Alliance no Brasil e América Latina a nível nacional e internacional acontece a partir de três dimensões estruturadoras da presença ACT, são elas: Ajuda Humanitária, Desenvolvimento e Incidência Pública.

Analisou-se no decorrer desta pesquisa que esses eixos de ACT Alliance incentiva os trabalhos das organizações ecumênicas no Brasil, contudo, analisamos que essas pautas acontecem de maneira negociada, isto é, o contexto de efetivação desses projetos é modificado a partir das tensões e reivindicações dos sujeitos/s público alvo dessas organizações locais. Assim como o local serve como hermenêutica para pensar as organizações globais (BURITY, 2015).

Entre essa articulação local e global as organizações da América Latina e Caribe conseguiram construir dentro da ACT Alliance uma agenda de gênero nos últimos anos e esse debate tem sido incorporado na organização global de maneira que tem sido construído uma comunidade de prática de gênero e justiça de gênero em ACT Alliance.

Essa comunidade de Prática de Gênero de ACT Alliance na América Latina e no Caribe, é um grupo organizado por pessoas envolvidas nas organizações filiadas à ACT, especialistas em gênero e encarregadas por programas e projetos, que por meio da prática e reflexão sob o olhar de gênero e religião foi orientada para fomentar a capacitação, a produção do conhecimento e a defesa de direitos para auxiliar a justiça de gênero e a Política de Gênero bem como Estratégia Global e Regional da ACT Alliance.

Dada as dimensões territoriais nas quais essas organizações estão inseridas, segundo Francisca, as reuniões dessa comissão de prática e justiça de gênero acontecem virtualmente, porém, em julho de 2019, aconteceu uma reunião presencial com parceiros da América Latina e Caribe e isso possibilitou alinhar as ideias das organizações brasileiras envolvidas e ACT. A comunidade tem representação comunidade dentro da instância de ACT Alliance, em Genebra.

O programa de Gênero é uma instância nova no contexto dos programas de ACT Alliance e foi uma reivindicação das organizações membras dessa organização global. Por maneira de tornar a prática de gênero e justiça de gênero presentes nas ações concretas de ACT, a comissão de prática de gênero tem trabalhado para estimular as instituições membros de ACT Alliance a debater o tema de gênero nas organizações parceiras a criar uma política institucional de justiça de gênero.

> Então ACT Alliance tem as linhas de uma campanha de Justiça de Gênero, uma campanha Global de gênero. Então, na medida em que Koinonia se envolve com o FE ACT Brasil[5], trabalhando com questões do Brasil e América Latina nós
>
> também vamos estar cooperando com as ações que estarão sendo realizadas internacionalmente, digamos assim (Entrevista com Francisca, 2019).

Koinonia participa dessa construção política de gênero de ACT a partir do empenho em destinar seus membros para cooperar nesses debates de gênero. Dentro do campo ecumênico, observou-se

5 Fórum Ecumênico brasileiro que corresponde ao um dos fóruns mantido pela ACT Alliance.

que muitas são as organizações que mantêm parceria com ACT Alliance, contudo, nem todas dispõem de vontade política para fortalecer a marca da ACT Alliance no Brasil, por exemplo, quanto menor a organização em termos de recursos e mão de obra, maior sua disposição para estar associada a essa organização global como afirma Burity (2015).

Por meio dos documentos da Fundação Luterana de Diaconia, percebeu-se que antes da Fundação Luterana de Diaconia —FLD, está associada à ACT Alliance já exista, assim como em Koinonia, uma agenda de gênero dentro da organização ecumênica. De acordo com nossas pesquisas no site da instituição, documentos e entrevistas, descobrimos que a FLD, desde 2006, vem desenvolvendo, em parceria com as igrejas, universidades, ONGs, setores públicos, uma iniciativa que trata a temática da violência doméstica[6].

Nesse mesmo ano, a cidade de Porto Alegre tinha sediado a exposição "Ruas das Rosas", organizada pela antropóloga alemã Una Hombrecher, com o apoio da agência ecumênica Pão Para o Mundo (*Brot für die Welt*). A proposta inicial tinha uma linguagem europeia. A FLD foi convidada a coordenar essa exposição aqui no Brasil, junto com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, para apresentarem uma versão brasileira que dialogasse com o contexto local das mulheres. Ficou conhecida como "Nem Tão Doce Lar", para chamar a atenção ao que acontece muitas vezes em lares familiares: violência doméstica, psicológica e violência infantil.

A exposição ganhou uma marca contextualizada. Os dados de violência foram expostos e imagens de móveis e utensílios de casa compunham a exibição, a fim de chamar à atenção dos visitantes sobre as violências domésticas que acontecem em muitas casas. Em 2012, a FLD lança uma publicação[7] com o propósito de registrar os anos de experiências que obteve com esse trabalho, vejamos:

> As primeiras exposições foram organizadas a partir dos esforços de organizações/grupos/comunidades, que cuidavam tanto das atividades preparatórias (definição de local, locação/empréstimo de móveis, montagem da mostra, divulgação), bem como do acolhimento dos/as visitantes. Entre 2006 e 2010, a Nem tão Doce Lar esteve presente em quatro municípios do Rio Grande do Sul (RS) e uma vez em Santa Catarina (SC). Nos anos seguintes, foram realizadas exposições em diferentes datas e em diferentes municípios do Rio Grande do Sul (RS). Entre os locais de realização estão o Mercado Público de Porto Alegre e a estação da Trensurb em São Leopoldo, ambas no RS. Em 2010, a Nem tão Doce Lar finalmente saiu do sul do país, tendo sido montada em Cosmópolis, São Paulo (SP). A partir de 2011, a FLD passou a assumir a Nem tão Doce Lar como uma iniciativa inovadora. De acordo com o Plano Trienal 2011-2013. Estabeleceu-se a parceria com a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), permitindo que uma estrutura móvel da exposição pudesse estar permanentemente disponível para organizações interessadas em realizar a exposição na região da Grande Porto Alegre. Assim, a Nem tão Doce Lar foi montada na própria universidade, no Centro Administrativo Fernando Ferrari e na Câmara de Vereadores de Porto

6 Segundo Carmem, entrevistada da FLD até 2004 a FLD estava mais centrada no apoio a projetos. A execução de projetos começou a partir do mesmo ano e o tema de gênero ainda não era central. Por falta de informações mais precisas no site e nas entrevistas optamos em colocar como início dessa agenda de gênero na instituição a partir do projeto que foi realizado pela FLD em 2006 (Nem Tão Doce Lar) porém, isso não quer dizer que a instituição não refletia sobre essa temática antes, pois o próprio Estatuto da organização quando analisado observa-se que já existia uma preocupação na equidade de gênero já na fundação.

7 Nem Tão Doce Lar.

> Alegre. Oficinas para acolhedores/as, que fazem parte da metodologia da exposição, ampliam o número de pessoas capacitadas para organizar a mostra e para acolher e dialogar com os/as visitantes. Também foram introduzidos os cadernos de registro, em que os/as acolhedores são convidados/as a narrar as interações com os/as visitantes no âmbito das histórias de violência, produzindo material que está disponível para estudo e pesquisa. (FLD 2012, p. 10-11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da literatura sobre gênero e religião, ainda são incipientes os estudos que abordam a questão de gênero no âmbito das organizações ecumênicas. Colocada a importância do atual contexto político brasileiro em debater a temática de gênero dentro das organizações que atuam no campo religioso em níveis global e local, ela é de fundamental importância para a investigação acadêmica, tendo em vista que existe uma grande literatura sobre o ativismo religioso dos grupos neopentecostais que fazem parte da "bancada evangélica", porém, ainda é insuficiente o conhecimento sobre a interface do debate de gênero dentro do campo ecumênico que mobilizam a temática de gênero por meio de um ativismo local e global, a fim de promover políticas públicas na sociedade em que estão enraizadas e incidir sobre as agendas internacionais com as quais essas instâncias.

O desenvolvimento dessa investigação possibilitou uma análise de como organizações ecumênicas que participam de redes de articulações de movimentos sociais e ecumênicos articulam a temática de gênero em uma perspectiva translocal, isto é, compreendendo as dinâmicas do debate em níveis local e global.

Uma questão de pesquisa foi elaborada para ser respondida ao longo do trabalho, a saber: como as organizações ecumênicas brasileira articulam a agenda de gênero local com a pauta internacional da ACT Alliance? O presente estudo tinha como objetivo geral compreender as conexões local e global das organizações ecumênicas brasileira e a ACT Alliance tendo como referência a agenda de gênero desenvolvida pelas organizações aqui estudadas. Por meio dos dois métodos adotados, entrevistas semi-estruturadas e análise documental, foi possível alcançar resultados satisfatórios na compreensão dessas dinâmicas que acontecem entre o global e local.

Assim, foi possível analisar nas instituições estudadas a presença da agenda de gênero precedente à articulação global às quais essas organizações ecumênicas estão alinhadas, nesse caso a ACT Alliance, em nível internacional, ou seja, há uma Política de Justiça de Gênero da ACT estabelecida para todas as organizações parceiras, contudo, as dinâmicas locais já pressionavam esta temática e esse associativismo das organizações locais à ACT Allience não se deu de forma passiva, essas instituições também são importantes na construção dessas agendas internacionais.

Por fim, identificamos que a agenda de gênero surge das necessidades internas e colocadas pelo público alvo dos projetos dessas organizações e a fim de solucionar problemas de desigualdades de gênero dentro das instituições ecumênicas. A partir das articulações em níveis locais e globais em que essas organizações estão inseridas essa temática de gênero tem ajudado a repensar as estruturas internas e externas dessas organizações que dialogam diretamente com grupos religiosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUMANSSUR, E. S. Ecumenismo na América Latina: entre o mercado e o deserto. **Numen: Revista de estudos e pesquisas da religião**,v. 13, nº1-2, 2010, pp137-150. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21819. Acesso em: 30 de julho de 2020.

BARRETO, C. Jr. R. O Movimento Ecumênico e o Surgimento da Responsabilidade Social no Protestantismo Brasileiro. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1 - 2, pp. 273-323, 2010.

BRAKEMEIER, G. **Preservando a unidade do espírito no vínculo da paz**: **um curso de ecumenismo.** São Paulo: ASTE, 2004.

BURITY, J. A. **Os protestantes e a Revolução Brasileira, 1961-1964***:* **a Conferência do Nordeste.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 1989.

_____. Religião e Democratização no Brasil*:* Reflexões sobre os Anos 80, **Cadernos de Estudos Sociais**, Vol. 10, nº 2, julho-dezembro, 1994a.

_____.Minoritização, glocalização e política: para uma pequena teoria da translocalização religiosa, **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 30, nº 2: 31-73, 2015.

_____.**Formação, Convencimento e Mobilização:** Construção do Povo Nas Instituições e Redes Ecumênicas**.** A teoria do discurso na pesquisa em educação/ Alice Casimiro Lopes, Anna Luiza. A. R. Martins de Oliveira, Gustavo Gilson Sousa de Oliveira (Org.). -Recife: Ed. UFPE,2018. P. 361-402, 2018.

CHESNEAUX, JEAN. *Modernité-monde: Brave modern world***.** Collection Cahiers libres, 1989.

CÉSAR, W. Um ecumenismo voltado para o mundo. Esboço para uma história do ecumenismo no Brasil. In: caminhos e descaminhos da unidade Evangélica. **Suplemento Debate,** v.5, n.26, mai - jun, pp. 3-4, 1995.

DUARTE, T. S. **Sobre persistências históricas ou sobre insistentes rebeldias feministas no movimento ecumênico brasileiro**. 316 f.. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DIAS, Z. M. (Org.) **Memórias Ecumênicas Protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência**. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

_____. O movimento ecumênico: história e significado. **Numen: Revista de Estudos e Pesquisas da Religião.** Juiz de Fora, v. 1, n. 1, pp. 127-163, 1998. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21763. Acesso em: 30 de junho de 2020.

FE BRASIL, **Ecumenismo, direitos humanos e paz:** A experiência do Fórum Ecumênico Brasil, Org. Koinonia, 2006.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. 2014. **Política de Justiça de Gênero.** Genebra: [s.n.], p. 38. Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/textos/missao-mulheres/política-de-justica-de-genero-federação-luteranamundial>. Acesso em: Novembro 2018.

_____ .2012. **Nem tão doce lar:** uma vida sem violência – direito de mulheres e de homens Organizado por Marilu Nörnberg Menezes. – São Leopoldo/Porto Alegre/Genebra: Sinodal/FLD/IECLB/LWF. Acesso em: 26 janeiro. 2019.

____.2014. **Política de Justiça de Gênero**. Porto Alegre: [s.n.].

GIDDENS Anthony. **Modernidade e identidade pessoal.** Oeiras, Celta Editora, 1994.

HARVEY, David. **The condition of postmodernity.** An enquiry into the origin of cultural change**.** Oxford, Blackwell, 1989.

MA, C. **A Responsabilidade Social e Política dos cristãos**: História e Memória da União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB) Entre as décadas de 1920 e 1960. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), UFJF, Juiz de Fora, 2009.

ORTIZ, R. Mundialização, cultura e política. In: DOWBOR, L. et alii (orgs.). **Desafios da globalização**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

SILVEIRA, Paula Morena. (Orgs.). **Transcidadania:** Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador. São Paulo: Koinonia, 2017b.

SOUZA, S. D. (Org.) Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas, pp. 135-146. São Paulo: UMESP, 2006.

VILELA, M. A. F. ; Pablo F. de A. PORFÍRIO; A. V. G. G. de BARROS. A trajetória de João Dias de Araújo em tempo de ditadura: do Seminário Presbiteriano do Norte à Justiça do Trabalho, **PARALELLUS**, vol. 6, no. 12, Jan-Jun, pp. 237-250, 2015.

O ensino religioso e a prática pedagógica em uma escola na Amazônia Marajoara

Recebido em 15/05/2020, aprovado em 12/08/2020
DOI: 10.30612/mvt.v7i12.11939
Jefeson da Silva Souza[1]
Sônia Maria Pereira do Amaral[2]

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir o Ensino Religioso - ER e a prática pedagógica em uma escola municipal na Amazônia marajoara. Trata-se de um recorte do resultado de pesquisa elaborada como atividade de Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Pedagogia na UFPA – Campus Universitário do Marajó - Breves. A pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso em uma escola de ensino fundamental, tendo como objetivos: verificar se o currículo adotado pela escola contribui com o respeito e a aceitação das religiões existentes na sociedade; Identificar se as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores contribuem para fomentar o respeito e combater a intolerância religiosa em sala de aula e discutir a importância do ER na promoção do respeito e na valorização do ser humano. Para análises dos dados buscou-se fazer os debates sobre o ER na perspectiva de autores como: Custódio (2017, 2016, 2015), Junqueira (2017) e Holanda (2017). Os resultados da pesquisa apontaram que a prática pedagógica do ER, neste período, oscilava entre um ensino crítico e libertador e um ensino que se aproximava à doutrinação, ao proselitismo. Promovia o respeito e a tolerância, religiosa, de gênero, e racial em sala de aula. Entretanto, na dicotomia de concepções, não se pode afirmar, se o que os alunos e alunas levarão para a vida social, serão as aprendizagens que valorizam a vida humana, ou a influência dos fortes discursos religiosos que se apresentavam no decorrer das aulas.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Currículo. Prática Pedagógica.

Religious teaching and pedagogical practice in a school in the Amazonia Marajoara

ABSTRACT: This article aims to discuss Religious Education - ER and pedagogical practice in a municipal school in the Amazon of Maranhão. This is an excerpt from the research result elaborated as a Course Completion Work activity - Degree in Pedagogy at UFPA - Campus Universitário do Marajó - Breves. The research used the qualitative approach, through a case study in an elementary

1 Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará - UFPA. jhefesonsilva@hotmail.com
2 Pedagoga, Doutora em Antropologia pelo PPGA-UFPA. Professora da UFPA/Campus Universitário do Marajó-Breves, com atuação na Faculdade de Educação e Ciências Humanas, ministrando as disciplinas Antropologia Educacional, Práticas Pedagógicas e orientadora de Estágios Supervisionados na Educação básica. smpa40@yahoo.com.br

school, with the following objectives: Check if the curriculum adopted by the school contributes to the respect and acceptance of existing religions in society; Identify whether the pedagogical practices developed by teachers contribute to foster respect and combat religious intolerance in the classroom and discuss the importance of RE in promoting respect and valuing human beings. For data analysis, we sought to make debates about RE from the perspective of authors such as: Custódio (2017, 2016, 2015), Junqueira (2017) and Holanda (2017). The results of the research showed that the pedagogical practice of ER, in this period, oscillated between a critical and liberating teaching and a teaching that was close to indoctrination, proselytism. It promoted respect and tolerance, religious, gender, and racial in the classroom. However, in the dichotomy of conceptions, it cannot be said, whether what the students will take to social life, will be the learning that values human life, or the influence of strong religious discourses that were presented during the classes.

Keywords: Religious education. Curriculum. Pedagocical Practice.

Enseñanza religiosa y práctica pedagógica en una escuela en Amazonia Marajoara

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo discutir la Educación Religiosa - ER y la práctica pedagógica en una escuela municipal en la Amazonía de Marajó. Este es un extracto del resultado de la investigación elaborado como una actividad de trabajo de finalización del curso - Licenciatura en Pedagogía en UFPA - Campus Universitário do Marajó - Breves. La investigación utilizó el enfoque cualitativo, a través de un estudio de caso en una escuela primaria, con los siguientes objetivos: Verificar si el plan de estudios adoptado por la escuela contribuye al respeto y la aceptación de las religiones existentes en la sociedad; Identificar si las prácticas pedagógicas desarrolladas por los maestros contribuyen a fomentar el respeto y combatir la intolerancia religiosa en el aula y discutir la importancia de la ER en la promoción del respeto y la valoración de los seres humanos. Para el análisis de datos, buscamos debatir sobre ER desde la perspectiva de autores como: Custódio (2017, 2016, 2015), Junqueira (2017) y Holanda (2017). Los resultados de la investigación mostraron que la práctica pedagógica de ER, en este período, oscilaba entre una enseñanza crítica y liberadora y una enseñanza cercana al adoctrinamiento, al proselitismo. Promovió el respeto y la tolerancia, religiosa, de género y racial en el aula. Sin embargo, en la dicotomía de las concepciones, no se puede decir si lo que los estudiantes llevarán a la vida social será el aprendizaje que valora la vida humana o la influencia de los fuertes discursos religiosos que se presentaron durante las clases.

Palavras Clave: Educación religiosa. Plan de estúdios. Práctica pedagógica.

INTRODUÇÃO

Por constar no currículo formal das escolas públicas e pela laicidade do Estado brasileiro, o Ensino Religioso – ER gera muitos debates quanto ao seu caráter facultativo, em muitos momentos proselitista no que concerne aos seus conteúdos curriculares, ou seja, a questão está em que modelo de ER deve ser adotado nas escolas públicas? Trata-se de "[...] uma discussão muito complexa. Entretanto, acredita-se que esse componente curricular seja indispensável e necessário na formação

do discente como cidadão atuante e participativo". (CUSTÓDIO; KLEIN, 2015. p. 71). Para Stigar (2010, p. 3) "A espinha dorsal da problemática do Ensino Religioso está no tratamento dado a esta disciplina, temos uma má interpretação sobre a mesma, oriunda do seu histórico pelo ensino de religião, marcado pelo Catolicismo".

Historicamente o ER esteve presente na formação/educação do povo brasileiro, resquício de uma nação que adotou a religião Católica como oficial do Estado, após a catequização que ocorreu com a chegada dos portugueses, que disseminou o Catolicismo nas colônias, com o intuito de dominação dos habitantes considerados "selvagens". A escola não ficou fora desse processo, já que é considerada, segundo Junqueira (2017, p. 21), "uma instituição cultural construída para transmitir cultura e para socializar saberes produzidos e acumulados no tempo pelos diferentes povos".

> Na atualidade, uma das maiores preocupações da educação escolar brasileira tem sido oferecer aos/às discentes um conhecimento sistematizado e uma profissionalização de qualidade que contribua para seu êxito pleno no mercado de trabalho e na vida social. Entretanto, a grande questão que fica é se esses objetivos propostos pela educação escolar incluem em sua formação uma cultura da paz, pautada nos valores humanos, no respeito à diversidade, no perdão e amor ao próximo, ou seja, se incluem temáticas primordiais para uma educação de qualidade que prepara o ser humano para a vida, para o convívio social com o diferente (CUSTÓDIO, 2016, p. 30).

Nesse sentido, a educação escolar deveria incorporar temas sociais do cotidiano dos alunos e alunas, pois os meios de comunicação relatam a todo o momento, casos impactantes sobre as mais diversas formas de violências com aqueles(as) considerados(as) diferentes. A máxima que diz "futebol, política e religião não se discute" já não tem espaço em uma sociedade, em que o ódio entre "torcedores" ultrapassa os muros dos estádios, em situações, onde o esporte transforma-se em uma batalha sem respeito pelo adversário, do mesmo modo no campo político partidário, lugar de disputas sem ética e onde a corrupção atinge os mais altos níveis de desrespeito para com os cidadãos. Manifestar sua religião, crença ou descrença, tornou-se quase que um ato clandestino, devido à intolerância de uma parcela da sociedade que não reconhece a diversidade do país. Neste contexto é imperativo concordar com a afirmativa que diz:

> Quebrar paradigmas e superar tabus é uma das missões de uma educação escolar comprometida com a diversidade. A pergunta a ser respondida é se a política educacional brasileira de hoje está baseada em princípios éticos. Vale lembrar neste momento que crianças e adolescentes de hoje são cidadãos e cidadãs do presente e do futuro, pois aquilo que é ensinado e vivido na família, na sociedade em geral e em especial na escola, interfere também na sustentabilidade ambiental planetária, seja no ambiente social, político ou econômico (CUSTÓDIO, 2016, p. 33).

Diante deste cenário de se ter um componente curricular que versa sobre a temática religião, vê-se o ER como componente curricular contribuidor para o processo de aprendizagem e de formação do aluno e da aluna para cidadania, pois se nesta disciplina forem trabalhados temas universais,

independente de religiões ou crenças - fraternidade, amor, respeito ao próximo, ética, dentre outros valores que respeitam a vida humana, é possível formar cidadãos com pensamentos críticos. Contudo, o ER por si só, não resolverá toda a problemática de valores éticos, mas acredita-se na sua contribuição, de forma significativa, para a formação humana, onde o respeito é princípio libertador.

A partir destas constatações e da inquietação em relação a formação humana pautada nos direitos legais e nos valores humanos, quando ainda na condição estudante de pedagogia, após a disciplina Antropologia Educacional, onde discutíamos a diversidade religiosa e a intolerância com as religiões, e na condição de futuro pedagogo que irá trabalhar tanto no magistério da Educação Infantil, quanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além de poder assumir a gestão e a coordenação pedagógica em ambientes escolares e não escolares, sabendo que este tema estará em pauta nos trabalhos vindouros, me inquietei com a temática e com a ajuda de minha orientadora, coautora deste trabalho, desenvolvemos a pesquisa que teve como tema "O Ensino Religioso na escola pública: um estudo de caso da prática docente em uma escola em Curralinho/PA", da qual fizemos um recorte para esse trabalho.

A pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso, pois, "[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números" (KAUARK; MANHÃO; MEDEIROS, 2010, p. 26). Para dar conta dos objetivos buscamos especificadamente: verificar se o currículo adotado pela escola contribui com o respeito e a aceitação das religiões existentes na sociedade; identificar se as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores contribuem para fomentar o respeito e combater a intolerância religiosa em sala de aula; e discutir a importância do Ensino Religioso na promoção do respeito e na valorização do ser humano.

> Para coletar os dados, utilizamos como instrumento a entrevista semiestruturada por ser "desenvolvida de forma mais espontânea, sem que estejam sujeita a um modelo preestabelecido de interrogação" (GIL, 2008, p. 111). O intuito das entrevistas foi para analisar como acontece o planejamento, de onde são retirados os conteúdos e como está organizado o currículo da disciplina ER. Para o professor interlocutor, a entrevista focou em como acontecem as práticas utilizadas em sala de aula. Além da entrevista, realizamos a observação *in lócus*, que "apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida" (GIL, 2008, p. 100).

Os dois interlocutores selecionados para pesquisa respectivamente foram um do sexo masculino e um do feminino. No texto para o masculino nos referimos como O professor. Este interlocutor tinha 36 anos (2018), formado em História pela UFPA, trabalhava a disciplina de ER há 3 anos na escola *lócus* da pesquisa e era responsável em ministrar aulas nas turmas de 5º ao 9º ano, trabalhando nos horários da manhã, intermediário e a tarde, segundo ele:

> [...] a carga horária de história é muito pequena, [...] então passei a trabalhar com Ensino Religioso, e graças a Deus, eu gosto muito e [...] é até melhor do que trabalhar a própria história, pois se tem mais liberdade de fazer a história de uma forma melhor, não só trabalhando aqueles conteúdos que apresenta o planejamento, mas [...] pode-se falar de tudo um pouco, [...] pode falar da história do amor, [...] pode-se trabalhar trechos da bíblia [...] (O PROFESSOR)

Como sugere a narrativa, o professor gosta de trabalhar a disciplina pela flexibilidade dos conteúdos. De acordo com o seu posicionamento, essa disciplina é muito importante, para "[...] mostrar aos alunos que não existe uma só religião, que ali estamos vivendo em um grupo totalmente miscigenado, com pessoas de "várias raças", cores e conhecimentos, cada um tem um gosto, uma religião [...]". Afirma que, a disciplina nas escolas públicas, é importante "[...] para ensinar aos alunos que não importa a questão da religião, o importante é o respeito que você tem por aquele ser humano e o que ele representa para você".

A interlocutora será identificada nestes escritos como coordenadora pedagógica. É licenciada em Letras e em Pedagogia. Há dois anos trabalhava na coordenação pedagógica da escola em estudo. Em seu entendimento sobre a disciplina, diz que: "quando se trabalha o ER não é você "puxar" para religião, é tentar diferenciar a religião da disciplina religiosa". Utilizamos o termo interlocutor(a) pois comungamos da concepção de que na pesquisa, as pessoas não são apenas informantes, mas com quem dialogamos, interagimos, ouvimos e fomos ouvidos.

Neste trabalho não temos a pretensão de responder a todos os objetivos da pesquisa, trataremos mais especificamente sobre a prática pedagógica assumida pelo professor do ER, faremos uma breve reflexão sobre o papel da escola na sociedade e a importância de se trabalhar a diversidade religiosa de maneira interdisciplinar no âmbito escolar. Apontaremos um breve histórico legislativo sobre a disciplina de ER e em seguida, apresentaremos as atividades realizadas pelo professor em suas práticas pedagógicas no decorrer das nossas observações em sala de aula, concomitante com as nossas análises.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO RELIGIOSO EM UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL NA AMAZÔNIA MARAJOARA

A sociedade brasileira por sua diversidade torna-se uma sociedade complexa. Essa diversidade está representada em todo território nacional, tornando o Brasil um país plural, cultural, socioeconômico e político. Por essas características, "tornaram-se comuns" os diversos tipos de discriminação e desrespeito para com essa diversificação. O racismo e a desigualdade de gênero vêm por muitos anos sendo exemplos desses desrespeitos. No entanto, outro tipo de discriminação, que cresce a cada ano é a Intolerância Religiosa, entendida como "toda forma de preconceito, ofensa, ou desqualificação a diferentes crenças e religiões" (REIS, 2017, p. 366).

Em uma sociedade em constantes transformações, no que tange a formação educacional, a escola é uma instituição de grande importância para a formação humana, assim, é preciso reconhecer que: "[...] a escola é um espaço de convivência entre crianças e adolescentes de diferentes origens, de transmissão dos conhecimentos sistematizados sobre o país e o mundo e um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público" (VALENTE. 2010, p. 30).

As diferenças são representadas entre alunos, alunas, professores e professoras, diferenças de classe social, culturas, etnias, pensamentos e concepções diversas. Nessa diversidade que compõem o âmbito escolar, há dois extremos, pois assim como se pode combater ou amenizar as desavenças advindas dessas diferenças, a escola, também pode apresentar exemplos de desrespeito. Ambos os caminhos estão interligados à forma como a instituição visualiza e trabalha a diversidade presente neste espaço de aprendizagem, com vistas as transformações sociais. Nesse cenário,

> [...] podem ser ensinadas as regras do espaço público marcadas historicamente pelo desrespeito à diferença: como se fosse possível que a crítica dirigida à sociedade

> permanecesse fora dos muros da escola; como se a desigualdade, a injustiça, os conflitos de classe e de cultura existentes na sociedade, de alguma maneira, fossem neutralizados no contexto escolar, que se tornaria, desse modo, uma realidade a - histórica (VALENTE. 2010, p. 30).

O âmbito escolar não é a-histórico, no entanto, a escola ainda reproduz e perpetua atitudes e valores que permanecem enraizados desde os primórdios da formação da sociedade brasileira. E nesta herança histórica de desrespeito, alguns grupos sociais foram taxados e excluídos, "[...] o índio *c*omo selvagem ou preguiçosos; o negro como indolente e bom de samba; a mulata como sensual; [...]. Falam de como essas imagens criadas transitam por nossa mente e por nossas vidas e, nessa medida, acarretam consequências sobre o que é vivido por nós" (GUSMÃO, 2010, p. 86).

Segundo Junqueira (2017, p. 21), a escola já se acostumou a tratar as diferenças como homogêneas para que possa melhor funcionar, assim "[...] a educação aí vinculada cumpriria melhor sua função de condução de grupos em maior escala e menor tempo. Dessa forma, as particularidades culturais das diferentes sociedades e dos grupos minoritários estiveram à margem da educação homogeneizadora".

Se reconhecermos a heterogeneidade do espaço escolar, a interdisciplinaridade ou a pluridisciplinaridade, serão fundamentais para transformar a concepção de uma sociedade homogênea. Se entendermos a escola como uma instituição de formação para cidadania, os conteúdos disciplinares (re)conhecerão as diferenças existentes neste ambiente, para assim, traçar estratégias de combate, respeito e convivência pacífica. Neste contexto, as práticas pedagógicas devem contribuir para discutir essas diferenças. Pois,

> [...] trabalhar com a diversidade nas escolas é indispensável, para assegurar a igualdade sem aniquilar as diferenças. Em um país como o nosso, marcado por contraste e desigualdades de recursos, direitos e oportunidades de aprendizagem, de informação de voz ativa, a educação de qualidade para todos torna-se fundamental [...] (JUNQUEIRA, 2017, p. 22).

Na educação formal, não há uma disciplina específica para esse trabalho, esses temas são interdisciplinares e devem constar na transdiciplinaridade dos currículos, entretanto, alguns assuntos relacionados aos valores humanos, quase sempre aparecem como obrigatórios, nos currículos do Ensino Religioso - ER. Para Custódio (2017) o ER busca compreender e entender o outro. Torna-se de importância ímpar para promover esses debates e levantar questionamentos sobre os assuntos que muitas vezes são deixados em segundo plano em outras disciplinas que não enfrentam o debate sobre a alteridade, o que deixa lacunas na formação humana, uma vez que,

> A alteridade revela-se no fato de que o que eu sou e o outro é não se faz de modo linear e único, porém constitui um jogo de imagens múltiplo e diverso. Saber o que eu sou e o que o outro é depende de quem eu sou, do que acredito que sou, com quem vivo e por quê. Depende também das considerações que o outro tem sobre isso, a respeito de si mesmo, pois é nesse processo que cada um se faz pessoa e sujeito, membro de um grupo, de uma cultura de uma sociedade (GUSMÃO, 2010, p. 87).

O fato é que a atitude de colocar-se no lugar do outro, vem se tornando cada dia mais difícil de imaginar em uma sociedade marcada pela desonestidade, primeiro se age para depois pensar nas consequências ou não dos atos, e tomar atitudes éticas - é quase um ato heroico, tamanho são os

exemplos de desonestidade que cresce e são demonstrados em todas as esferas sociais. Convivemos com a corrupção, o xenofobismo, o racismo, o *bullyng*, as discriminações e intolerâncias religiosa, de gênero, culturais, sociais, entre tantas outras. É preciso promover debates sobre esses assuntos e o ER religioso pode contribuir de forma positiva, pois "[...] não tem mais a ver com expansão de igrejas nem com a educação religiosa, mas com a formação cidadã" (ARAGÃO; SOUZA, 2017, p. 147). Não se trata de gostar, e sim de respeitar o próximo, sendo ele adepto de uma religião, ou não, de crença ou descrença no sobrenatural.

Não é por acaso fazer referência aos sem religião, pois em um trabalho que se dispõem a discutir a diversidade, não se pode deixar de citar aqueles que são minorias, aqueles que não creem no transcendental, no divino. No Brasil e no mundo, muitos fazem parte de grupos que não são adeptos a religiões, entre eles, desconhecidos, autores e intelectuais famosos, como: Richard Dawkins, autor da obra, Deus, um Delírio (2006), o físico teórico Inglês falecido em 2018, Stephen W. Hawking, o brasileiro Eugênio Bucci, que publicou textos como: *I belong to...* pelo amor de Deus (2001), e o ateísmo como direito (2001). Entre tantos outros, a exemplo de Leandro Karnal, historiador brasileiro assumidamente ateu com grande conhecimento religioso, e como alguns livros que versam sobre a temática.

Destacamos aqui, a obra recentemente lançada no Brasil com o título "Crer ou não crer: Uma conversa sem rodeios entre um historiador ateu e um padre católico" (2017), nesta, edição, Karnal faz uma conversa interessante com o religioso padre Fabio de Melo, mostrando assim, um exemplo, de que um diálogo pacífico de "opostos" é possível. A obra conta com o prefácio de Mario Sérgio Cortella, que avalia dizendo que: "ainda bem que Padre Fábio e Karnal não denotam arrependimento algum pelas crenças e descrenças que suportam; assumem com perspicácia aquilo em que creem e defendem com elegância aquilo de que descreem" (MELO; KARNAL, 2017, 12). Nas palavras de um padre,

> Ateus são homens e mulheres que não viram sentido nas crenças religiosas. Mas nem por isso estão dispensados de viver a busca que pode torná-los pessoas melhores. Antes de sermos crentes ou ateus, somos humanos. Padecemos dos mesmos conflitos e nos alegramos pelas mesmas causas […]. O nosso problema não é a falta de Deus. Enfrentamos é a falta de valores humanos, de educação, de conhecimento, de preparo, de solidariedade, de tolerância (MELO; KARNAL, 2017, p. 81).

A afirmativa apresenta alguns conceitos importantes para a vivência social, no entanto, o que se observa é uma sociedade que sofre uma crise de identidade, há uma distorção de valores e crenças. Buscar o diálogo é relevante em busca do respeito. Neste contexto, a escola pode e deve contribuir satisfatoriamente nas disciplinas já tradicionais como português, história, geografia, matemática, ..., e mais ainda na de ER. Essa disciplina é um fértil campo de debates e no decorrer dos tempos apresentou diferentes concepções. Segundo Holanda (2017, p. 68), sua inserção esteve presente nas diferentes épocas, e foi expressa nas legislações "com inúmeras questões em meio às concepções epistemológicas e suas relações de natureza pedagógica como componente curricular das escolas públicas". Resumindo esse histórico a autora mostra que:

> [...] do período de 1500 a 1800, o ER foi compreendido como ensino da religião, em cumprimento dos acordos entre a Igreja Católica e o monarca de Portugal, em decorrência do regime do padroado. [...] de 1900 a 1930, [...] passou por inúmeros questionamentos e, em busca de suas definições decorrentes

> do parágrafo 6 º do artigo 72 da constituição da república dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1891, estabelecia: "será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos". Esse dispositivo deu origem aos maiores debates da história do ER no Brasil. [...] entre 1934 a 1945, o ER foi admitido em caráter facultativo após amplas discussões entre os favoráveis e os contrários a esse ensino. Na constituição da república de 1934, o Art. 153 pretendeu salvaguardar o princípio da liberdade religiosa com a expressão "será de matricula facultativa", porém, ministrado a partir dos princípios da confissão religiosa de cada aluno e aluna, portanto na forma confessional, devendo a participação dos alunos e alunas nessas aulas ser manifestada pelos pais ou responsáveis, mas "constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primarias, secundárias profissionais e normais. [...] Na constituição de 1937, no Art. 133, o ER perdeu a obrigatoriedade pelo que ficou expresso "Não poderá, porém, constituir objetos de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos". E a constituição de 1946 no Art. 168 retomou os princípios da constituição de 1934 com a seguinte redação: "O ER constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matricula facultativa e será ministrada de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo representante legal (HOLANDA, 2017, p. 68-69).

Após esse percurso histórico legislativo, o ER chega a Constituição Federal - CF de 1988, expresso da seguinte forma no "Art. 210. § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental" (BRASIL, 1988, p. 161).

Em 1990, de acordo com esse autor, iniciam-se mudanças significativas nas políticas públicas educacionais, dentre elas uma das mais importantes, "a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 com o propósito de difundir os valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres das pessoas cidadãs, de respeito ao bem comum e à ordem democrática com o intuito de unificar e garantir a educação nacional valorizando as diferenças culturais e regionais (HOLANDA, 2017, p. 71). Entretanto, em seu Art. 33 a LDB 9394/96, assim fixava: "[...] o Ensino Religioso, de matrícula facultativa constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis [...]".

A inserção da expressão "sem ônus para os cofres públicos", fez com que acontecessem mobilizações por parte da categoria docente, entidades instituições de ensino superior, secretarias de educação, com a expectativa de anular a expressão contida no documento (HOLANDA, 2017). Em meio a discussões sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, projetos foram encaminhados ao senado com intuito de mudanças. Atualmente, o ER está assim disposto nesta Lei.

> Art. 33 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.
>
> § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

> § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso (BRASIL, LDB, 9394/96).

Outras discussões surgiram a respeito do caráter facultativo e proselitista na disciplina, entendendo esses termos como a não obrigatoriedade de matrícula e a não catequização ou doutrinação em sala de aula. Recentemente, outro fator chama atenção para o ER, o Supremo Tribunal Federal (STF);

> [...] julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439 na qual a Procuradoria-Geral da República (PGR) questionava o modelo de ensino religioso nas escolas da rede pública de ensino do país. Por maioria dos votos (6 x 5), os ministros entenderam que o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional, ou seja, vinculado às diversas religiões (PORTAL STF, 27 Set. 2017).

Ao votar, a então presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, se justificou dizendo: "A laicidade do Estado brasileiro não impediu o reconhecimento de que a liberdade religiosa impôs deveres ao Estado, um dos quais a oferta de ensino religioso com a facultatividade de opção por ele". "De acordo com ela, todos estão de acordo com a condição do Estado laico do Brasil, a tolerância religiosa, bem como a importância fundamental às liberdades de crença, expressão e manifestação de ideias" (PORTAL STF, 27 Out. 2017). Agora então, as escolas podem oferecer um ensino religioso confessional, ou seja, pode voltar o foco para uma religião especifica desde que garanta a facultatividade expressa nos documentos; dessa forma, outros debates se iniciam a respeito da disciplina. No entanto há de se concordar com a afirmativa de Filho (2017), de que;

> Não faz sentido uma batalha jurídica, confessional ou estatal sobre a presença do ER na escola contemporânea. O que se precisa é que, no processo de aprender no ensino fundamental, alteridades se fortaleçam, vivencias sejam significativas, intolerâncias sejam destruídas, e o que vigore seja o ensino crítico e criativo de uma área fundamental para o nosso tempo: o ER (FILHO, 2017, p. 233).

Diante de todos os marcos regulatórios, debates no meio social em nível nacional, não poderíamos deixar de fazer o nosso papel de cidadãos ativos, nos envolver dentro do processo educacional do qual estamos inseridos. Foi assim que, desde as primeiras ideias de trabalhar com este tema, houve um longo processo para de fato iniciar a pesquisa. A autorização junto à direção da escola para entrarmos em contato com as coordenadoras pedagógicas e professores para as assinaturas dos termos de livre consentimento à participação na pesquisa e nas observações nas suas aulas na disciplina de Ensino Religioso.

Na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do município, após algumas tentativas, foi cedido o Planejamento Curricular construído no ano de 2016, em vigor em 2018. Em meio as dificuldades de não contar com o apoio na pesquisa, optamos por entrevistar apenas uma das coordenadoras. No período da pesquisa, havia dois professores da disciplina de ER na instituição. Inicialmente o acompanhamento seria com ambos, no entanto, por conta das mesmas dificuldades, acrescentando a incompatibilidade com o horário das aulas, fez-se necessário optar por apenas um deles, assim, acompanhamos aquele que na lotação possuía o maior número de turmas. Embora o professor trabalhasse de 5º ao 9º ano, delimitamos o nosso foco para os 6º e 7º anos do ensino fundamental em horários e turmas diferenciadas. A convite do professor também acompanhamos

uma aula na turma de 9º ano do turno da manhã, pois era uma atividade especial, os alunos e alunas iriam apresentar seminário (aulinha), e o professor avaliou como importante a nossa presença neste momento de socialização das atividades da disciplina.

Para a nossa pesquisa, também se fazia importante esse momento, uma vez que conhecer o trabalho do professor nos ajudaria futuramente, com base nas análises, produzir coletivamente, outras práticas a partir da avaliação do que se tem enquanto metodologia e conteúdo curricular para o Ensino Religioso.

Diante da necessidade de conhecer como se produz o planejamento da disciplina ER na Escola, entrevistamos a coordenadora pedagógica e perguntamos como acontece esse processo, pois de acordo com Vasconcellos (2007) o planejamento é algo que deve ser entendido no seu sentido integral, não se trata apenas de antecipar uma ação e agir de acordo com o previsto. Dessa forma, compreendemos que o planejamento deve ocorrer, durante e depois de qualquer ação e construído de maneira coletiva.

Segundo a coordenadora entrevistada, o planejamento acontece no início de cada ano, quando a escola promove a semana pedagógica, que é o período que a coordenação reúne com os professores e professoras, e é no decorrer dessa semana que se faz o planejamento de todas as disciplinas, incluindo o ER.

> [...] quando se fala em ER, a palavra não é dificuldade, é a maneira de entender a concepção de cada um, pois cada um tem pensamento diferente, mas eles (os professores) entram em um consenso, criam seus planejamentos. Claro que cada um com uma ideia diferente um do outro. No entanto, obtém resultados. [...] Quando estamos na formação da semana, sempre tem aquela discussão, até porque quando se fala em religião, tem a questão de não concordância com o que o outro professor está fazendo [...] (COORDENADORA, 2018).

De acordo com a fala da coordenadora, inferimos que cada professor(a) tem autonomia para fazer o planejamento da disciplina que irá ministrar, e ao que indica, não há um planejamento coletivo, ele é feito de forma diferenciada por cada professor(a). É o que fica implícito na afirmativa da interlocutora ao dizer que "não há concordância com o que o outro professor está fazendo". Essa postura sugere que a escola não tem uma definição de como deve ser trabalhado o ER na instituição e nem na escolha do conteúdo curricular do(a) professor(a), sendo assim, aulas que a coordenadora define como "mistura muito a religião".

Essa "mistura" mostrou-se bastante presente nas observações *in lócus*. No entanto, o que mais nos chamou a atenção, foi a preferência dada a uma religião, mostrando no "planejamento" a opção religiosa do docente, diferente do que se busca no ER que é que se apresente as religiões de forma horizontal, sem exaltar ou diminuir quaisquer que sejam, o foco deve ser o fenômeno religioso e não religioso, A disciplina de ER deve conduzir alunos e alunas em uma perspectiva de:

> [...] contribuir com a formação geral da pessoa cidadã, em um exercício de ciência a ser feito com os estudantes sobre as religiosidades e as espiritualidades em suas expressões simbólicas e valorativas. Trata-se de uma educação "sobre" a religião e "da" espiritualidade, que difere da educação "para" a prática religiosa, que compete às denominações religiosas (ARAGÃO; SOUZA, 2017, p. 151-152).

Não está em jogo se é certo ou errado a doutrinação, o ensino catequético, a educação "para" prática religiosa, entretanto, o que se discute é a liberdade de crença, nesse caso, as pessoas são livres para ensinar, desde que sejam em locais específicos para esses fins. Na escola, a disciplina

tem a responsabilidade "[...] de oportunizar o acesso aos saberes e conhecimentos produzidos pelas diferentes culturas e cosmovisões religiosas e pós ou não religiosas, enquanto patrimônios culturais da humanidade" (ARAGÃO; SOUZA, 2017, p. 150). E neste sentido o planejamento torna-se essencial à medida que respeite a produção cultural e religiosa da comunidade.

No que diz respeito ao planejamento da disciplina, também entrevistamos o professor, para compreender como ele participa deste processo. Assim ele afirma.

> [...] não deixo muito o planejamento da SEMED me comprometer, pois muitas vezes, eles criam um conteúdo que nem se está falando da sociedade. De repente está acontecendo uma coisa aqui, tão visível na tua presença [...] no teu mundo, na tua realidade, e você esquece por ter que seguir um processo burocrático, um documento vindo da secretaria. [...] Eles não pensam na realidade do aluno, então, deixo o planejamento flexível, com espaços, lacunas para serem preenchidas de acordo com a necessidade da disciplina e principalmente do aluno (O PROFESSOR, 2018).

De acordo com as narrativas, observou-se que, coletividade no planejamento da disciplina não é uma realidade. Além disso, o cenário que se apresenta é de divergências entre coordenação e professores da disciplina, dessa forma, o planejamento se individualiza e tem impacto na prática em sala de aula. Diante do exposto, é importante refletir que "para gerar aprendizagem nos estudos, o professor e a professora de ER precisam realizar projetos de parceria e integração com outros docentes que estejam disponíveis a realizar outras práticas [...]" (FILHO, 2017, p. 237). A educação não se dá de forma individualizada, o planejamento deve se fazer coletivamente a fim de se ter um leque de oportunidades de aprendizagem em uma perspectiva interdisciplinar. Do contrário, o objetivo principal que se almeja à educação pública jamais será realidade.

Sobre os conteúdos, o professor afirmou que "procura buscar através do Google play e de livros que vai comprando, faz pesquisas, mas também, foca muito na "questão" da bíblia". Diz que vai pegando sempre uma experiência na internet, uma experiência na bíblia. A fala da Coordenadora confirma as palavras do Professor, porém, também afirma que havia livros didáticos da disciplina na biblioteca, ainda que em pouca quantidade. Dessa forma questionamos: Será possível atingir os objetivos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a disciplina? já que "na segunda etapa, que vislumbra os anos finais correspondentes ao 6º ao 9º ano, a BNCC aponta mais quatro objetivos gerais a serem atendidos, a saber" (LINS; CRUZ, 2017, p. 149).

> Analisar saberes, experiências e conhecimentos relacionados ao religioso e não religioso enquanto substratos culturais [...]. Construir significados, experiências e atitudes de valorização e respeito à diversidade cultural religiosa [...]. Compreender fatores que levem à demarcação de diferentes e diferenças em nossa sociedade [...]. Identificar posicionamentos e atitudes que permitam salvaguardar a liberdade de consciência e de crença [...].

Em relação aos acompanhamentos/observações realizados em sala de aula, a recepção por parte do professor e dos alunos foi positiva para a continuidade dos estudos. O Professor era bastante comunicativo e apresentava uma boa relação com os discentes. Utilizava-se de algumas citações bíblicas em suas aulas. Neste sentido, era inegável o domínio do professor sobre os capítulos e versículos do livro sagrado cristão, pela forma como apresentava na íntegra as passagens bíblicas.

Fazendo claramente referência ou opção por uma religião, o professor conduzia boa parte de seus discursos firmando-se na Bíblia Cristã, aceito normalmente pelos alunos e alunas. Nesse contexto precisamos refletir, pois o ER deve;

> [...] tratar pedagogicamente do conhecimento espiritual que existe entre e para além de todas as tradições místicas, religiosas e não religiosas, devendo tematizar seus conteúdos simbólicos, nos espaços e tempos sagrado, bem como os valores humanos que as espiritualidades resguardam. Trata-se, então de comparar criticamente e interpretar os fatos – também religiosos – nos seus contextos históricos. Em busca de significados mais profundos para esse patrimônio cultural da humanidade que são suas espiritualidades religiosas e atitudes filosóficas (ARAGÂO, 2017, p. 17).

Assim sendo, ensinar com base na bíblia cristã torna-se um equívoco pedagógico, não que nesta prática não tenham sido discutidos temas relacionados ao que afirma Aragão (2017) feita pelo autor. Prender-se nas próprias convicções inviabiliza o conhecimento do desconhecido que vai muita além das palavras e do que as pessoas acreditam. Para Junior e Silveira (2017, p. 167) o objetivo central do ER "como campo de aplicação das Ciências da Religião, ou Ciência da Religião, é mostrar a existência e importância das múltiplas identidades culturais e religiosas como fundamentais para a existência e a realização ética de diversos e diferentes grupos sociais".

A formação acadêmica do professor é em história – licenciatura, e sua prática demonstrou um grande domínio dessa área do conhecimento - datas, fatos e personalidades eram utilizados como um recurso para a compressão dos assuntos. Ele fez importantes análises da sociedade e do ser humano de maneira muito crítica e filosófica, mesmo que em determinados momentos com um vocabulário de difícil entendimento para aqueles alunos e alunas que ainda se encontram no ensino fundamental. A preocupação ficou em saber, todos estavam compreendendo as explicações dadas por ele?

Os acompanhamentos das aulas iniciaram em novembro 2017, na turma de 6º ano e encerrou em maio de 2018. As aulas tinham duração de 40 minutos, a metodologia baseava-se em aulas expositivas "dialogadas" e segundo o Professor, essa metodologia é importante, pois "[...] os alunos são muito voltados para a questão de uma sociedade "grafocêntrica", gostam mais de escrever. [...] Estão acostumados só escrever, esqueceram que tem direito de expressão".

Compartilhamos do pensamento do professor, de que o diálogo é um caminho a ser trilhado para se alcançar o respeito às diferenças. Em relação ao ER, concordamos com Martins Filho (2017) quando afirma que o ER é a disciplina das perguntas e questionamentos, e é importante docentes e discentes entenderem que esses questionamentos são geradores de aprendizagem quando o ser humano busca o conhecimento.

No entanto, discordamos que a palavra seria necessariamente "gostar", e sim, eles estão condicionados a escrever, porém, não podemos dizer que eles e elas não gostam do diálogo, já que este exige muito mais do que falar e ouvir, "o diálogo verdadeiro é animado por liberdade total, não podendo ser movido por oportunismos táticos. O diálogo não pode exigir nada do outro, senão a disposição de ouvi-lo, compreendê-lo e respeitá-lo" (CUSTÓDIO; KLEIN, 2015. p. 73). De fato, um diálogo tal como expresso por Custódio e Klein, não aconteceu, pois foram raras as vezes que os alunos e alunas participaram de forma ativa nas aulas, mesmo com as insistentes tentativas por parte do professor.

Metodologicamente, as aulas iniciavam com a oração do Pai-Nosso, todos os presentes eram convidados a ficarem de pés e juntos entoavam a oração seguida de aplausos. Para o Professor, "a oração é muito importante para quem acredita em Deus [...] não se pode orar no vazio, é preciso pensar nos que estão doentes, agradecer mais um dia de vida, e pedir perdão pelos pecados [...] a oração de quem crer tem poder, de quem não crer é igual pedra, e o Espírito Santo não entra em templo de pedra", dizia ele. Esse fato por si só já é um campo fértil para discussões e controvérsias, como mostrou a reportagem do portal G1 BA, postado no dia 23 de fevereiro 2016 com a manchete "Ateu denuncia escola da filha ao MP por causa do 'Pai Nosso' antes de aula" (PORTAL G1 BA, 2016). A reportagem ainda afirma que,

> Mesmo sem a obrigação o pai da estudante ainda considera a oração uma imposição religiosa. "O estado é laico, as escolas são um braço do Estado e deveriam também respeitar a laicidade, respeitar a diversidade", defende. Já Lenilda Freitas, que tem dois filhos na escola, concorda com a prática religiosa. "Eu acho normal". "Acho que não prejudica em nada a criança" (PORTAL G1 BA, 2016).

Os dois posicionamentos mostram mais uma vez a complexidade da disciplina, e embora não seja obrigação na escola *lócus* da pesquisa, a oração foi um ato recorrente nas aulas do Professor. Em meio a isto, "é importante lembrar constantemente que não é função do ER escolar promover conversões, mas possibilitar o estudo do fato religioso visando a uma educação integral, atingindo as diversas dimensões da pessoa" (RODRIGUES, 2017, p. 212). E na afirmativa de Filho (2017), o ER é para todos, para os que têm e para os que não têm uma religião.

Essa é a representação da prática pedagógica do ER adotado pelo Professor. E contempla o planejamento curricular para a disciplina, disponibilizado pela SEMED, que apresenta assim os objetivos específicos para o primeiro semestre do 6º ano: "Entender que Deus é único e soberano entre outros deuses. Embora haja quem discorde por questões pessoais. Apresentar razões que justifique a existência de Deus por meio da criação de todas as coisas. Entender que todas as virtudes procedem de Deus" (SEMED, PLANO DE CURSO - 6º ano EF/9 ER, 2016).

Esta é referência de uma educação cristã, teocêntrica, onde Deus está no centro das explicações. Em concordância com Custódio e Klein (2015), comungamos do pensamento de que "[...] precisamos entender que os estudantes brasileiros das escolas públicas têm liberdade de crença, como qualquer cidadão brasileiro. Há tradições religiosas que pregam o monoteísmo, outras o politeísmo e as que nem sequer se referem a uma figura divina" (CUSTÓDIO; KLEIN, 2015.p. 75). E ao julgar que esses objetivos são orientados para o 1º bimestre, que corresponde ao período de início das aulas, infere-se que nesse período o professor ainda não teve tempo para conhecer o perfil dos seus alunos e alunas, assim, suas convicções religiosas são desconsideradas nas orientações do documento.

Entendemos que ao se referir as "questões pessoais" para quem **não entende "Deus como único soberano", expressas no documento** curricular da secretaria municipal de educação, podem vir de encontro ao direito **à** liberdade de pensamento, garantida no Art. 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH.

> Art. 18 -Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Embora a coordenação afirme que não há obrigatoriedade em seguir completamente o que a SEMED orienta, percebemos que de maneira direta e indiretamente os conteúdos curriculares são trabalhados em todos os anos - 5º ao 9º ano. Os planejamentos curriculares para a disciplina, são semelhantes, diferenciando apenas em suas estruturas, pois ambos têm os mesmos objetivos gerais:

> Proporcionar ao aluno o conhecimento de diversas crenças, incentivando a necessidade de respeitá-las. Desenvolver a cidadania e o respeito mútuo. Compreender que a família é a base para a formação de um cidadão responsável e cumpridor de seus deveres. A necessidade de ser solidário e atuante na sociedade (SEMED, PLANO DE CURSO, 2016, p. 1).

Os temas trabalhados no período da pesquisa foram: "Cultura Afro-Brasileira: Religiões Africanas" 6° ano A1 e A2. Apresentação de seminários (aulinhas), fábulas, ética religiosa: Salmo XXIII, festa de São João Batista - padroeiro católico do município. preconceitos, racismo e homofobia. Por conta dos horários das aulas, muitas vezes, o mesmo tema era trabalhando em turmas diferentes.

Na primeira aula, de acordo com o planejamento curricular da disciplina que se encontrava no 4º bimestre do ano letivo, os objetivos específicos eram: perceber que o respeito a natureza faz parte do respeito à religião. Relacionar a higiene pessoal e mental com a valorização do corpo. Esses objetivos deveriam nortear os conteúdos a serem trabalhados: Meio Ambiente. Natureza. Paisagens (tipos de paisagens). Higiene pessoal. Higiene mental (SEMED, PLANO DE CURSO, 2016, p. 1), no entanto os objetivos divergiram dos conteúdos apresentados.

Diante desta pluralidade de assuntos na disciplina, concordamos com Oliveira (2017, p. 165) quando diz que "o conhecimento religioso é autônomo e irredutível, mas não é um conhecimento isolado do mundo em que vivemos". O ER pode transitar nos mais diversos saberes, mas o autor adverte que é essencial uma "abordagem interdisciplinar". Nesta abordagem, os conteúdos apresentados no planejamento curricular para o ER do município, podem e devem ser facilmente trabalhados em todos os anos do ensino fundamental, em uma perspectiva de respeito e sensibilização para o bem-estar social, para com o meio ambiente e ao próximo. Com uma metodologia voltada para a realidade sem que necessariamente se "misture" a religião.

Nessa perspectiva, Freeman (2017, p. 195) afirma que dessa forma, a metodologia "será mais apropriada se levar em conta as aspirações da escola, a realidade dos educandos, sem considerar o pressuposto da fé (que resulta na catequese), da religiosidade (que resulta na educação religiosa), mas como o pressuposto pedagógico (que resulta no estudo da religião)". Para isso, voltamos a inferir a importância de um planejamento coletivo que alcance todas as disciplinas, visto que, para Oliveira (2017) são as práticas interdisciplinares que incentivam a experiência para o aprender no campo religioso, sem isso é "impossível avançar".

O professor disse que deixava lacunas a serem preenchidas no planejamento, como exemplo, o trabalho que realizou no dia 20 de novembro, quando se comemora, o dia da consciência negra. Nesse dia o professor trabalhou assuntos de grande importância para a formação pessoal e cidadã dos alunos e alunas - diferentes religiões e culturas. Historiou sobre o período da escravidão brasileira e a contribuição dos escravos para a formação da sociedade e da religiosidade. Nas palavras dele "sem se prender as orientações da SEMED".

Destacamos a importância do trato com as diferentes religiões, pois, segundo Reis (2017), em muitas vezes na escola, muitas delas são marcadas pela intolerância. Para este autor,

> [...] não são raras as situações em que o ensino sobre o candomblé e a umbanda não é ministrado a mando do diretor da escola ou por iniciativa do próprio professor ou professora. Quando essas religiões são apresentadas pelas escolas, há ocasiões em que são associadas como algo demoníaco e, por isso, devem ser combatidas. Há realidades em que os próprios alunos e alunas, justamente com os pais, se recusam a aprender sobre o universo dessa instituição religiosa (REIS, 2017, p. 366-367).

Neste contexto, diferentemente do exposto pelo autor, nas observações realizadas, a aula deste dia foi de fato como é, ou deveria ser o ER nas escolas públicas, já que se sabe que essa disciplina "tem como princípio norteador, de sua abordagem para o processo de ensino aprendizagem o tripé "pergunta, pesquisa e diálogo" (BRASIL, 2016 apud LINS; CRUZ, 2017, p. 144). E o PCER (2018) da instituição, orienta provocar o debate dos assuntos exposto. Houve um momento importante para reflexão e aprendizado, quando se falava de religião de matrizes africanas em uma concepção histórica. Em rara participação dos discentes, uma aluna perguntou ao professor: "Macumba é "pra" fazer o mal? Ou ela também faz o bem?". No questionamento, vemos claramente um reflexo de como essas religiões são vistas por grande parte da sociedade, e confirma-se a afirmativa de Reis (2017) quando observa que, muitas vezes essas religiões são tidas como algo do mal, do demônio.

Um fato que exemplifica muito bem essa afirmação foi exposto pelo 2º grupo do seminário (aulinhas) na turma de 9º ano A1. Embora tivesse como tema da apresentação "preconceito racial", a exposição dos(as) aluno(as) lembrou um caso ocorrido no ano de 2015 no Rio de Janeiro, segundo a reportagem da época no portal de notícia G13 tem como título, "Menina vítima de intolerância religiosa diz que vai ser difícil esquecer pedrada"

> A garota foi agredida [...] e, segundo a avó, que é mãe de santo, todos estavam vestidos de branco, porque tinham acabado de sair do culto. Eles caminhavam para casa, na Vila da Penha, quando dois homens começaram a insultar o grupo. Um deles jogou uma pedra, que bateu num poste e depois atingiu a menina. "O que chamou a atenção foi que eles começaram a levantar a Bíblia e a chamar todo mundo de 'diabo', 'vai para o inferno', 'Jesus está voltando'", afirmou a avó da menina, Káthia Marinho (PORTAL G1, 16 de Jun.2015).

Reis (2017) afirma que, esses grupos ou indivíduos que "perseguem" e atacam as pessoas de outras religiões, sentem-se os "puros", os "escolhidos" e defendem que apenas suas concepções religiosas são verdadeiras, corretas. Respeito foi a palavra. Embora o professor não tomasse o conceito para responder à aluna, questionamento que por sinal poderíamos percorrer um caminho em direção ao diálogo sobre bem e o mal, o certo ou errado. Mas não, o professor imediatamente questionou: "Quem está em uma igreja católica ou evangélica só faz o bem?" A aluna respondeu: "não", então o diálogo terminou com outro questionamento por parte do professor "Respondi sua pergunta?".

O PCER (2018) na instituição, apresenta em quatro momentos a palavra "Bíblia", assim, no singular, 03 delas (7º ano, 8º ano e 9ºano), orienta como recursos para trabalhar os temas, ainda no 9º ano também, orienta como um dos três objetivos específicos para o 1º bimestre do ensino

3 Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html postado em: 16/06/2015 12h56. Acessado em: 29 de Junho de 2018

fundamental, lê-se - "Estabelecer a diferença entre o amor divino e material a luz da bíblia" (PCER, 2018, p. 6).

Os documentos disponibilizados para esta pesquisa, não fazem referência a outros livros sagrados. O PCER (2018) orienta como recursos e estratégias de 5º ao 9º ano, textos, dicionários, livros bíblicos e "dramatização que envolva fatos bíblicos". Entre outros recursos, especificadamente para o 7º ano, "revistas, bíblia, cartazes, fita de vídeo, textos, vídeos, cartazes, textos ilustrados, vestimentas típicas, comidas, tinta, pincéis, livros. Visita de Pastores, Padres, Freiras, catequistas" (PCER, 2018, p. 5).

O Professor diz que se utiliza bastante dos ensinamentos bíblicos com recursos em sala de aula junto com experiências de vida e assuntos da internet. Esse fato confirmou-se nos acompanhamentos/observações, dos quais destacamos dois momentos, na turma de 6º ano (manhã) e 6º ano (tarde). O tema foi apresentado como "Ética Religiosa: Salmo XXIII" (O senhor é meu pastor: nada me faltará), escrito no quadro após o professor perguntar para os alunos e alunas se conheciam o tema. O título da aula "Ética Religiosa" não se mostrou na prática, a aula inteiramente foi focada no Salmo de Davi, constantemente citado pelo professor. Nas aulas, ainda surgiram explicações sobre "parábola do bom samaritano narrada por Lucas 10 (p. 1435), Apocalipse 20, que apresentam os livros "os mil anos" "o julgamento final" "A derrota de satanás" (BÍBLIA, 2012, p. 1743).

O uso dos livros didáticos com conteúdos descontextualizados, usados equivocadamente em sala de aula, também geram discussões. Para a disciplina de ER, Custódio (2017, p. 223 apud Kluck, 2017) afirmam, "[...] muitas obras professam doutrinas religiosas especificas, discriminam comportamentos, ideias e reforçam a intolerância" e se buscamos um ER que trabalhe a diversidade social, religiosa e não religiosa, a utilização de textos do livro sagrado de uma religião especifica não parece ser uma forma de promover um debate multireligioso. Neste contexto, Custódio (2017) apresenta propostas para os professores(as):

> b) o educador ou a educadora precisa atentar para o respeito às diferentes expressões religiosas ou não do sujeito em sala de aula e na sociedade em geral, bem como para o reconhecimento das diferentes manifestações do sagrado; c) o educador ou a educadora precisa estar atento às políticas educacionais que estão sendo discutidas no espaço escolar, bem como suas práticas pedagógicas adotadas estão condizentes como a realidade e com o cotidiano da escola, entre outras questões (CUSTÓDIO, 2017, p. 218-219).

As propostas citadas são importantes, pois orientam docentes que precisam estar constantemente em busca de novos conhecimentos. Conhecer a diversidade social e as leis que orientam a educação são de extrema importância para o profissional da educação. Para o ER, é preciso atentar para as mais diversas manifestações religiosas na sociedade, na escola, e por consequência em sala de aula. Assim, os fenômenos religiosos devem ser apresentados aos alunos e alunas de maneira igualitária em busca do respeito.

É de conhecimento público, que o Art. 33 da LDB 9394/96 veda quaisquer formas de proselitismo no ER. Reis (2017) analisa que acontecem várias formas de intolerância de diversas maneiras no âmbito escolar. Porém, para Andrade (2009) o brasileiro é marcantemente religioso, e isso se expressa no cotidiano social de cada um, "se entendermos a religiosidade como sendo uma autêntica dimensão humana, onde essa necessidade seja a plena realização [...]" (CUSTÓDIO; KLEIN, 2015. p. 77).

O docente, como um membro dessa sociedade de dicotomias e contradições, também manifesta

suas concepções filosóficas, sociológicas, religiosas ou não religiosas. Nesse sentido, Custódio e Klein (2015) nos questionam se realmente será possível um ER sem proselitismo.

Há de considerar a dificuldade de permanecer-se "neutro" nas questões religiosas, futebolística e políticas partidárias, cada um(a) tem suas concepções de certo e errado, do bem e mal, de melhor e pior, essas concepções os movem no dia a dia nos comportamentos sociais. Na escola, docentes e discentes representam uma sociedade diversificada, portanto não se deve "fugir", silenciar esses temas, é preciso levantar debates que busquem o entendimento e o respeito. Para isso, as próprias concepções não devem ser apresentadas como verdade absoluta por parte do docente.

As observações, na turma de 7º Ano, o tema do seminário (aulinha) foi fábulas. Para o Professor, essas narrativas são importantes, pois "elas possuem sempre uma mensagem" "[...] as fábulas de Esopo, de Jean de La Fontaine foram trabalhadas com o objetivo de proporcionar conhecimento, que possamos alcançar processos favoráveis, e venha trazer benefícios educativos para os alunos" afirmou o professor. De fato, as apresentações foram bastante interessantes, as fábulas "Raposa e a cegonha" a "Rã é o boi" e "A nova roupa do rei" foram apresentadas por alunos e alunas. Ao final de cada apresentação, o professor fazia suas considerações abordando conceitos como: vaidade, pureza, respeito, aceitação, entre outros.

Sobre o seminário (aulinha) na turma do 9º ano, a metodologia proporcionou aprendizado, reflexão e emoção. Quando se falou sobre o preconceito racial, um dos alunos relatou a história do pai que não foi aceito no exército por conta da cor de sua pele. Falou da tristeza que sentiu, e com lagrimas nos olhos o aluno declarou o amor que sente pelo pai, e ainda, que se sente constrangido por "ser de pele clara e o pai de cor escura", afirma que não gosta das "brincadeiras" que acontecem por conta desse fato.

Em outra apresentação, mais histórias, desta vez sobre o preconceito contra pessoas de orientação sexual diferente da considerada, "padrão". Duas realidades se mostraram, a primeira sobre um membro de uma família que sofria muito preconceito, em forma de "brincadeiras" que o machucavam. A outra, sobre o filho "que namorava um menino" descoberto pelo pai, e foi mandado para o meio rural para não manter contato com o namorado. Um dos grupos trouxe a frase "não é estranho ser gay, estranho é ser homofóbico" e outro "Perante a Deus todos nós somos iguais". Em todos os trabalhos apresentados, o conceito respeito ao próximo foi lembrado pelo(a)s aluno(a)s, e ao final de cada apresentação reforçada pelo professor. São fatos que ainda acontecem com frequência em pleno século XXI, quando já deveríamos ter ultrapassado esses e outros tipos de preconceitos.

Compartilhamos do pensamento que "em tal conjuntura ou cenário, o ER, lidando como o pluralismo e dentro dele como o tema transversal da orientação sexual e do gênero, pode criar possibilidades de diálogo entre os diferentes" (OLIVEIRA, A. 2017, p. 381). Entretanto há de se considerar que neste caso a religião tem forte influência, as concepções aprendidas na educação religiosa familiar por alunos e alunas pode causar algumas resistências para que esse diálogo aconteça, a exemplo foi um comentário que surgiu no decorrer das apresentações "meu pai disse que aos olhos de Deus, isso é errado". Ao final, o Professor explica que não importa a orientação sexual das pessoas, e se "eu acho que é errado" o respeito deve ser mantido. O professor finalizou a aula com o poema "Preconceitos" de Victor Motta.

O professor trabalhava muito a autoestima dos(as) alunos e alunas, falava sobre a dedicação e o foco nos estudos, prezava pela atenção de cada um, dizia: "O importante não é o professor, e sim, o que ele tem para ensinar. O conhecimento". Embora demostrasse sua opção religiosa, em nenhum momento foi intolerante com as demais religiões. Os valores humanos eram constantemente temas das explicações. Paz, amor, respeito, ética, gratidão, doação, cooperação e tantos outros, foram

explorados de maneira consistente, na maioria das vezes com ensinamentos bíblicos. Os problemas sociais nacionais e municipais, ou temas com maior relevância, tinham sempre espaço para análise antes das orações de todas as aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados consideramos que o currículo apresentado pela escola para o ER, de forma direta e indiretamente traz orientações de uma religiosidade cristã, entretanto, não faz críticas aos não religiosos e nem se posiciona curricularmente em relação a elas, deixando-as como inexistentes, não atendendo os direitos de liberdade de expressão dos alunos e alunas que têm pensamentos diferentes do que é proposto pela secretaria de educação, pela escola e trabalhado pelo professor.

Quanto as práticas pedagógicas, ficou explícito nas falas do professor e nas observações em sala de aula, que no período estudado, a metodologia das aulas do ER, oscilava entre um ensino crítico e libertador, pois promovia, incentivava o respeito e a tolerância religiosa, de gênero e racial; por outro lado, um ensino que se aproximava à doutrinação, o que ia de encontro as orientações para a disciplina. Embora o conhecimento demonstrado sobre as leis que regem o ER e a diversidade religiosa existente na sociedade, a prática do professor, optava por manifestar suas convicções religiosas.

Os conteúdos utilizados nas aulas foram basicamente textos bíblicos, contradizendo o que estudos da área idealizam do que é ou do que deveria ser o ER nas escolas públicas e o que propõe a legislação educacional - apresentar os fenômenos religiosos como um fator cultural e social. Que permita os questionamentos e os diálogos inter-religiosos em uma perspectiva de formação e valorização do ser humano. Que tenha como princípio o respeito, a tolerância para com as diferenças e a convivência pacífica entre crentes e descrentes em um ser ou seres divinos que movem as religiões por todo o mundo.

Por fim, não se pode afirmar que essa é uma ação assumida individualmente pelo professor no trato com o ER, uma vez que o documento oficial da Secretaria de Educação do município em estudo, lhe orienta trabalhar de forma que uma religião, ou que o cristianismo seja mola propulsora dos debates, já que ele está presente de diversas maneiras no currículo desta disciplina e se não há outra orientação, como cobrar somente do professor? Certamente ele é apenas mais um dentre tantos nesse arquipélago, quiçá, nesse país, que não tem formação para trabalhar essa disciplina e que trabalha por "gostar" dos conteúdos, conforme ele afirmou, por ser mais "fácil" do que outros de outras disciplinas, ou quem sabe, para ampliar a sua carga horária, já que a (des)valorização profissional não garante um salário digno a essa classe.

Dessa forma, entendemos por meio deste trabalho, que a responsabilidade de assumir práticas pedagógicas para um ensino religioso inclusivo, que respeite todas as religiões, crenças e não crenças, no sentido de garantir a laicidade no ensino, deve ser de todos e todas que fazem e produzem a educação formal deste país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maristela Oliveira de. A Religiosidade Brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. CAOS - **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. 2009.

ARAGÃO. G. de Souza; SOUZA. M. F. C**.** Modelos de Ensino religioso. In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p. 147-156.

BÍBLIA SAGRADA. Nova tradução na linguagem de hoje. Sociedade bíblica do Brasil. Barueri, São Paulo, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf Acessado em 14/03/2018. Acessado em 14 de mar. 2018.

CURRALINHO-PA, Secretaria Municipal de Educação (SEMED). **Plano de curso de Ensino Religioso** – PCER 6º ano EF/9 ER, 2018.

CUSTÓDIO, E. S. Cultura de Paz, Perdão e Valores Humanos. **Protestantismo em Revista** | São Leopoldo | v. 40 | p. 29-38 | jan./abr. 2016 Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp Acessado em: 01 de mar. 2018.

CUSTÓDIO, E. S.; KLEIN, R. Ensino Religioso e diálogo inter-religioso nas escolas Públicas. **Protestantismo em Revista** | São Leopoldo | v. 36 | p. 64-79 | jan./abr. 2015 Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp> acessado em: 01 de mar. 2018.

CUSTÓDIO, E. Serrão. Ensino Religioso na escola Introdução à Parte III**.** In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs**.). Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p. 217-224.

FILHO. Lourival José M. Aprendizagem Básicas no Ensino Religioso nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p. 231 – 238.

FREEMAN, Valeska. Interdisciplinaridade no Ensino Religioso. In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p.196-201.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUSMÃO, Neusa M. M de (Org.). O desafio da diversidade na escola. In: **Diversidade cultura e educação:** olhares cruzados. 2ª ed. São Paulo: Biruta, 2010.

HOLANDA, Ângela M. R. Ensino Religioso nas legislações. In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p. 68-81.

JÚNIOR, Manoel R. de M.; SILVEIRA, Emerson J. S. Objeto de estudo. In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p. 167-180.

JUNQUEIRA, Sérgio. R. A. (Org.). Introdução Geral. In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p.21-25. KAUARK. F.; MANHÃES. F. Castro; MEDEIROS, C. Henrique. **Metodologia da pesquisa:** guia prático /, ed. Via Litterarum, Itabuna / Bahia, 2010.

LINS. Eunice S.; CRUZ, Josilene S. Objeto de estudo, objeto e eixos do ensino religioso na base nacional comum curricular. In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p. 143-147.

MELO, Fábio de. KARNAL, L. **Crer ou não Crer:** uma conversa sem rodeios entre um historiador ateu e um padre católico. 1. Ed. – São Paulo: Planeta, 2017.

OLIVEIRA, Aurenéa M. Questões de Gênero/Orientação sexual e ensino religioso**.** In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p. 376-382.

OLIVEIRA, Ednilson T. Conhecimento religioso**.** In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p. 156-166.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948, disponível em: http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf. Acessado em: 03 de Março de 2017.

PORTAL DE NOTICIA G1 BA, Ateu denuncia escola da filha a MP por causo do 'Pai Nosso' antes de aula, 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/02/ateu-denuncia-escola-da-filha-ao-mp-por-causa-do-pai-nosso-antes-de-aula.html. Acessado em: 04 de Março de 2017.

PORTAL DE NOTICIA Supremo Tribunal Federal (STF). STF conclui julgamento sobre ensino religioso nas escolas públicas**.** Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099. **Acessado em:** Maio de 2017.

REIS, Marcos V. de Freitas. Ensino Religioso e Intolerância Religiosa. In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p.366-369.

RODRIGUES, Edile Maria F. Desenvolvimento Religioso. In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Vozes, 2017. p.207-213.

STIGAR, Robson. A construção do Ensino Religioso na atual LDB. Último Andar [18] – 1° semestre de 2010.

VALENTE. Ana Lúcia E.F. Conhecimentos antropológicos nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Para uma discussão sobre a pluralidade cultural. In: GUSMÂO, Neusa M. M de (Org.) **Diversidade cultura e educação:** olhares cruzados. 2ª ed. São Paulo: Biruta, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento Projeto de Ensino aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico** – Elementos metodológicos para elaboração e realização. 17 ed. São Paulo. Libertad Editora. 2007.

Os fatores que contribuem para os casos de reincidência das violências doméstica no Centro de Atendimento à Mulher – CAM do município de Vilhena/RO

Recebido em 24/10/2019, aprovado em 17/12/2019
DOI: 10.30612/mvt.v7i12.10567
Edimilson Lopes de Meira[1]

RESUMO: A violência doméstica é uma questão histórica, social e cultural, que ainda hoje faz parte da realidade de muitas mulheres em lares brasileiros. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é conhecer o contexto histórico e atual das violências doméstica através de pesquisa bibliográfica, bem como verificar os fatores que contribuem para os casos de reincidência das violências doméstica, especificamente, no Centro de Atendimento à Mulher – CAM do município de Vilhena/RO. Assim sendo, para se chegar ao objetivo proposto este estudo perpassa por temáticas como: conceituação da violência, formas de violências, políticas públicas de enfrentamento a violência doméstica incluindo a lei Maria da penha. Destarte, também é objetivo do trabalho tratar as violências doméstica e familiar sob diferentes ângulos, pois, embora, tenham ocorrido avanços no trato desta questão é preciso divulgar e levar ao conhecimento da sociedade os direitos de proteção garantidos pela lei às mulheres vitimadas.

Palavras-chave: Violências Doméstica. Mulher. Reincidência. Enfrentamento das Violências.

Factors contributing to case reincidence cases in the Vilhena / RO city women's care center

ABSTRACT: Domestic violence is a historical, social and cultural issue that is still part of the reality of many women in Brazilian homes. In this sense, the objective of the present study is to know the historical and current context of domestic violence through bibliographic research, as well as to verify the factors that contribute to the cases of recurrence of domestic violence, specifically, at the Women's Care Center - CAM do municipality of Vilhena / RO. Thus, in order to reach the proposed objective, this study goes through themes such as: conceptualization of violence, forms of

1 Graduado em Serviço Social pela Faculdade da Amazônia (2012). Pós-Graduado em Gestão Estratégica na Área Social pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, (2014). Pós-Graduado em Educação Empreendedora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC/RJ, (2017). Mestrando em Assessoria de Administração pelo Instituto Politécnico do Porto-IPP Portugal. Atualmente, sou Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO, Campus Vilhena, desde 2013. E-mail:edimilson.meira@ifro.edu.br

violence, public policies to confront domestic violence including the Maria da penha law. Thus, it is also the objective of this work to treat domestic and family violence from different angles, because, although there have been advances in addressing this issue, it is necessary to disclose and bring to society the rights of protection guaranteed by the law to victims.

Keywords: Domestic Violence. Woman. Recurrence. Facing Violence.

Factores que contribuyen a casos de casos de reincidencia en el centro de cuidado de mujeres de Vilhena / RO city

RESUMEN: La violencia doméstica es un problema histórico, social y cultural que todavía es parte de la realidad de muchas mujeres en los hogares brasileños. En este sentido, el objetivo del presente estudio es conocer el contexto histórico y actual de la violencia doméstica a través de la investigación bibliográfica, así como verificar los factores que contribuyen a los casos de recurrencia de la violencia doméstica, específicamente, en el Women's Care Center - CAM do municipio de Vilhena / RO. Por lo tanto, para alcanzar el objetivo propuesto, este estudio aborda temas como: conceptualización de la violencia, formas de violencia, políticas públicas para enfrentar la violencia doméstica, incluida la ley Maria da penha. Por lo tanto, también es el objetivo de este trabajo tratar la violencia doméstica y familiar desde diferentes ángulos, porque, aunque ha habido avances para abordar este problema, es necesario revelar y llevar a la sociedad los derechos de protección garantizados por la ley a las víctimas.

Palabras clave: violencia doméstica. Mujer Recurrencia Enfrentando la violencia.

INTRODUÇÃO

A motivação para a elaboração deste artigo foi o fato de ser uma questão de alta complexidade e relevância social e profissional, visto que, há uma persistência de situações de violências contra a mulher ao longo do tempo. Dessa forma, acredito que estudos, como é o caso deste artigo, podem contribuir para qualificar a intervenção do assistente social e melhorar a formulação de políticas públicas dirigidas a esse segmento significativo da população brasileira.

Na primeira parte do trabalho, preocupou-se em pesquisar os conceito e as formas das violências, a fim de obtermos um maior embasamento para tratar das violências contra a mulher, visto que nenhum fenômeno formado no interior da sociedade pode ser apreendido fora de um contexto histórico e social. Após a conceituação apresentamos uma breve exposição quanto ao contexto atual das políticas públicas voltadas ao enfrentamento das violências contra a mulher e as inovações da "Lei Maria da Penha" que, dentre outras questões, define os tipos de violência perpetrada contra a mulher e as punições prescritas ao agressor.

Para finalizar este trabalho de pesquisa, buscou-se conhecer e analisar os fatores que contribuem para a reincidência das violências doméstica no Centro de Atendimento à Mulher – CAM

no município de Vilhena/RO. Para alcançarmos o objetivo, foi feito um levantamento de dados constantes nas fichas das mulheres atendidas em 2018.

REVISÃO DE LITERATURA

VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA

O presente tópico nos servirá como base conceitual para o desenvolvimento da pesquisa, embasando em autores e legislação que trata sobre o tema violências domésticas.

Nessa perspectiva Teles e Melo (2003), destacam que violência é o uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar a outra pessoa a fazer algo contra a sua vontade; é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade. É um meio de manter a outra pessoa sob seu domínio. No que se refere à violência doméstica pode-se recorrer ao dispositivo legal que trata do tema em questão para que se possa definir de forma especifica. Assim, vejamos o que diz a Lei 11.340/2006:

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2006)

A partir desta perspectiva conceitual da Legislação, nota-se que é necessário que a ação ou omissão aconteça no seio familiar ou doméstico ou por motivo de qualquer relação intima de afeto na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independente de coabitação.

Assim sendo, em consonância com o preceito legal, as violências domésticas são representadas pelas formas de abusos físico, sexual, psicológico, emocional e econômico no meio da família, onde se faz refletir principalmente na autoestima das mulheres e destrói sua saúde, ocasionando-lhes danos às vezes, irreparáveis. Não obstante, impede o desenvolvimento social das mulheres, diminuindo a sua participação na sociedade e tornando-as mais temerosas fazendo com que se tornem inseguras diante das adversidades da vida.

Nesse sentido, Queiroz (2008) pondera que violência pode assumir diferentes papéis e variadas características e tem como definição o exercício da força em contrariedade às leis vigentes, para constranger ou submeter uma pessoa àquilo que ela não queira. Nada obstante, Machado e Gonçalves, complementa este entendimento sobre violência doméstica e traz a seguinte fala:

> Considera-se violência doméstica qualquer ato, conduta ou omissão que sirva para infligir sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou econômicos, de modo direto ou indireto a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da

> violência seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital (MACHADO e GONÇALVES, 2003, p.45).

Ainda discorrendo a respeito da conceituação da temática em questão, de modo geral entende-se que a violência caracteriza-se como uma questão social grave e delicada, presente no cotidiano de mulheres em vários países. Além do mais, esteve presente em todos os períodos de nossa história. Pode ser física, psicológica, sexual, urbana, institucional, intrafamiliar, de trânsito, enfim, pode desencadear-se de diversas maneiras.

FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Quanto às formas de violência doméstica contra a mulher, as mais comuns são a física, psicológica e/ou emocional, sexual, patrimonial e moral, (Lei 11.340/2006), essas são as formas de violências disciplinadas pela legislação e por serem as mais comuns foram incluídas na letra da lei.

A violência física é a forma mais banal e identificável no cotidiano, pois, concerne no ato de provocar lesões corporais possivelmente diagnosticáveis, tais como cutâneas, neurológicas, oculares e ósseas, provocadas por queimaduras, mordidas, tapas, espancamentos, ou qualquer ação que ponha em risco a integridade física da mulher. (CUNHA, 2007, p. 37)

Segundo o art. 7º da lei 11.340 inciso I "a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal". Não obstante, segundo o mesmo dispositivo legal ora citado em seu inciso II define que:

> A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Assim sendo, é possível perceber que de acordo com esse conceito da lei Maria da Penha a violência psicológica se expressa através da tentativa de controlar as ações, crenças e decisões, por meio de intimidação, manipulação, ameaças dirigidas a vítima ou a seus filhos, humilhação, isolamento, rejeição, exploração e agressão verbal, entre outras.

Outro tipo de violência conceituada pela Lei 11.340/2006 é a patrimonial: "A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades".

Segundo o que preceitua a referida Lei a violência patrimonial pode resultar em danos, perdas, subtração ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores da mulher. É uma forma de violência que pode ser visualizada através de situações como quebrar móveis ou eletrodomésticos, rasgar roupas e documentos, ferir ou matar animais de estimação, tomar imóveis e dinheiro, ou, até, não pagar pensão alimentícia.

Ainda discorrendo sobre as forma de violência à luz da Lei 11.340/2006 cabe destacar umas das formas mais repugnantes, qual seja a violência sexual conceituada como:

> A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; (BRASIL, 2006).

Desta feita, a violência sexual se manifesta como: "expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa; toques e carícias não desejados; exibicionismo e voyeurismo; prostituição forçada; participação forçada em pornografia; relações sexuais forçadas - coerção física ou por medo do que venha a ocorrer" (TAQUETTE, 2007, p. 49).

No que se refere à violência moral, também, prescrita na legislação supracitada. Denota-se como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Segundo o que dispõe a Política Nacional de Enfrentamento à Violência, a Lei Maria da Penha prevê políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher organizada em rede de atendimento, desta feita

> A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (BRASIL, 2006).

Além disso, a Lei estabelece a criação de serviços especializados no atendimento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, tais como: centros de referência de atendimento à mulher; casas-abrigo/serviços de abrigamento; núcleos de defensoria pública; serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializado; centros de educação e reabilitação dos agressores centros de responsabilização e educação dos agressores (todos previstos no art. 35) e juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher (art. 29).

E por se tratar de uma norma jurídica, vislumbra-se que a previsão de criação de serviços especializados reforça a responsabilidade de os governos (em especial, estaduais e municipais) implantarem políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e formaliza a necessidade de uma rede articulada e intersetorial de atendimento à mulher em situação de violência.

Nessa perspectiva, a criação do Centro de Atendimento à Mulher representou a instauração de um novo elo da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, ao lado de serviços como casas abrigo, centros de referência de atendimento à mulher e delegacias de polícia. Além de proporcionar uma maior visibilidade dos serviços da rede de atendimento para a população em geral e para as mulheres em situação de violência e de funcionar como uma porta-de-entrada.

Assim, é possível afirmar que as políticas públicas de enfrentamento a violência doméstica constitui uma ampla rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica contemplando o eixo da "assistência" que, segundo o previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, objetiva:

> (...) garantir o atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados (Casas-Abri go/Serviços de Abrigamento, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juíza dos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher); e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos – Federal, Estadual, Municipal, Distrital- e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento (SPM, 2007, p. 8).

Nesse sentido, cabe destacar os quatro principais setores/áreas que estão divididos a rede de atendimento à mulher em situação de violências. Conforme preconiza a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres são: saúde, justiça, segurança pública e assistência social.

Dentro deste contexto da referida Política, destaca-se os serviços não especializados de atendimento à mulher, que, em geral, constituem a porta de entrada da mulher na rede (a saber, hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS, Ministério Público, defensorias públicas).

Não obstante, citam-se ainda os serviços especializados de atendimento à mulher que são aqueles que atendem exclusivamente a mulheres e que possuem especialização no tema da violência contra as mulheres.

Assim, a rede de atendimento especializado é composta por Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendi mento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante. (SPM, 2010, p. 15-16).

Assim sendo, vislumbra-se que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres é marcada pela multiplicidade de serviços e de instituições. Nesse sentido, forma um paradoxo social entre os mecanismos de enfrentamento da problemática ora citada e o agravamento da violência constantemente.

Nessa perspectiva, se faz necessário compreender que para a efetivação dos mecanismos de enfrentamento da violência é importante que serviços e instituições atuem de forma articulada e integrada. No âmbito da assistência, é fundamental que os serviços trabalhem a partir de uma perspectiva intersetorial e que definam fluxos de atendimento compatíveis com as realidades locais os quais devem contemplar as demandas das mulheres em suas diversidades.

A perspectiva da intersetorialidade representa, portanto, um desafio na medida em que insta a uma ruptura com o modelo 'tradicional'[2] de gestão pública, que tende à departamentalização, à desarticulação e à setorialização das ações e das políticas públicas.

A importância dos serviços articulados em rede no atendimento a mulheres que vivem em situação de violência é, hoje, reconhecida por diversos setores da sociedade e sua manutenção defendida pelas organizações do movimento de mulheres. Considerando a complexidade da questão, que deve ser analisada do ponto de vista das desigualdades de poder nas relações entre os gêneros, coloca-se ainda como um desafio para as políticas públicas, nessa área, o desenvolvimento de ações de prevenção e combate dessa forma de violência. A experiência de atendimento acumulada pelos serviços acima citados constitui-se numa importante fonte de informações para estudos e análise do problema.

Por meio do resultado e apresentação da pesquisa pretende-se melhor conhecer a realidade das mulheres atendidas no CAM. Com isso espera-se contribuir para a definição de novas estratégias de atuação nessa área, melhorando a estrutura de serviços e programar ações de combate e prevenção da violência contra a mulher e desvendar os fatores de reincidência de violência doméstica, visto que, as políticas públicas existem.

METODOLOGIA

Este estudo, de caráter quanti-qualitativo e descritivo, foi desenvolvido no Centro de Atendimento à Mulher (CAM), que é um programa da Secretaria Municipal da Mulher da Prefeitura do Município de Vilhena/RO.

Para este estudo foram utilizadas as fichas individuais das usuárias do CAM, nas quais constam dados pessoais da mulher agredida, informações sobre tipo de violência sofrida, tipo de vínculo do agressor com a mulher, entre outras. Foram analisadas as fichas das mulheres atendidas no segundo semestre de 2018 em número de 50 casos.

A presente pesquisa que teve como objeto de estudo os casos de violência contra a mulher registrados no Centro de Atendimento à Mulher (CAM), da Prefeitura de Vilhena-RO. O objetivo da pesquisa foi traçar o perfil das mulheres atendidas no CAM no que se refere às reincidentes. Nesse sentido as principais características levantadas foram: vínculo afetivo com o agressor, faixa etária das vítimas, renda da vítima, escolaridade da vítima, escolaridade do agressor, período de convivência, tipos de violência sofrida, convivência com o agressor na ocorrência da denúncia.

2 Antes do lançamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em 2007, a atuação dos serviços especializados e não especializados da rede de atendimento tendia a ocorrer de forma desarticulada e setorializada. Com a criação das Câmaras Técnicas de Monitoramento e Gestão do Pacto Nacional (vide item 'E' desse texto) - que contam com a participação de diferentes instituições e representantes da sociedade civil (tais como: Executivo, Ministério Público, Judiciário, movimento de mulheres, etc.) - as ações de enfrentamento passam a se dar de forma mais integrada e articulada, a partir de um diagnóstico estadual da violência contra as mulheres e da rede de atendimento, bem como de negociações conjuntas por parte dos diferentes órgãos do governo federal.

RESULTADO E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Nos últimos anos vem crescendo o número de casos de violências doméstica e familiar, muitos destes reincidentes, pois a maioria das mulheres continua a manter um convívio familiar com os seus agressores, seja por intenção de dar continuidade ao relacionamento afetivo, pelo fato de uma das partes envolvidas não conformar-se com o fim do relacionamento, seja por necessidades financeiras.

A fim de prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, em 2006, foi promulgado a Lei Nº 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha. Amparadas pela referida lei, as mulheres vítimas de violência podem buscar, além de proteção, a efetivação de seus direitos junto às Delegacias de Atendimento à Mulher, onde geralmente é realizado o registro das ocorrências, investigação das mesmas e, quando necessário, solicitado a aplicação das Medidas Protetivas.

Quanto ao agressor, são tomadas medidas paliativas, dentre elas a persecução penal, podendo ser de ordem privada ou pública, desprovendo-o de um suporte social mediado por ações interdisciplinares.

Entretanto, com todas essas medidas e amparo legal, muitas mulheres vivem à mercê da continuada violência doméstica. Assim, busca-se através de pesquisa de campo, apresentar os fatores que leva a reincidência e o silencio das mulheres vítima de violência atendidas no Centro de Atendimento à Mulher do município de Vilhena/RO.

CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO A MULHER – CAM DE VILHENA- RONDÔNIA

O Centro de Atendimento à Mulher – CAM de Vilhena/RO se caracteriza como uma política pública para as mulheres que sofrem abusos de violência doméstica, pois as mesmas recebem um suporte para enfrentar a situação em que se encontram. São acompanhadas, dedicadamente, por uma equipe multidisciplinar a fim de compreenderem a complexidade dessa problemática social, e, finalmente, fortalecerem-se no objetivo de suprimi-la.

O CAM está organizado em três setores de atendimento: Encaminhamento, Psicologia e Serviço Social. No setor de encaminhamento as mulheres recebem um atendimento inicial durante o qual é feito um breve diagnóstico para levantar suas queixas e demandas, procedendo-se, a partir desse levantamento, ao encaminhamento para os demais setores do CAM ou para outros serviços, quando for o caso, como: Delegacia da Mulher, Conselho Tutelar, Fórum, Unidades Básicas de Saúde e outros, para atendimento complementar ou como encaminhamento definitivo, quando o caso não se enquadra nos critérios de atendimento do CAM. (SMP, 2010).

O atendimento no setor de psicologia pode ser tanto individual quanto em grupo, por meio de aconselhamento, orientação e apoio nas situações de conflito. O setor de serviço social presta atendimento individual ou em grupo, e familiar, realizando investigação social para os processos jurídicos e psicológicos, visitas domiciliares, orientação, encaminhamento aos recursos sociais da comunidade e acompanhamento. (SMP, 2010).

Desse modo, o CAM na cidade de Vilhena/RO torna-se um centro de referência e apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, pois muitas delas que procuram a instituição estão querendo desabafar, com alguém, a situação em que estão vivendo, sem serem julgadas. Muitas querem apenas uma palavra "amiga", chorar, "colocar para fora" tudo aquilo que estão passando. Além de tudo, também procuram alternativas que as possibilitem sair da situação de violência.

O Centro de Atendimento à Mulher - CAM está situada na Avenida 34, s/nº, Bairro, Nova Vilhena, e tem como objetivo dar assistência à mulher, vítima de violência doméstica. Criado em março de 2005, o Centro de Referência e Atendimento à Mulher – CAM de Vilhena conta com uma equipe de profissionais das áreas de serviço social, psicologia e assessoria jurídica que oferece atendimento interdisciplinar a mulheres em situação de violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.

A organização do serviço segue as orientações da Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, editada pelo Governo Federal no ano de 2006 e está em consonância com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (SMP, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme mostra tabela 1, a faixa etária que predominou entre as mulheres atendidas no CAM, no segundo semestre de 2018, foi a de 36 a 50 anos, seguida da faixa etária de 25 a 35 anos e 18-24 sendo que a média de idade foi de 36 anos.

Tabela 1 - Característica socioeconômica das mulheres atendidas no Centro de Atendimento à Mulher de Vilhena (RO), 2018.

Faixa Etária	Quantidade	Percentual (%)
18- 24	08	16
25-35	12	24
36-50	30	60
Renda da Vitima		
Até 01 salário mínimo	15	30
De 01 a 03 salários mínimos	25	50
Acima 03 salários mínimos	10	20
Situação de Trabalho da Vitima		
Empregada*	32	64
Desempregada	06	12
Dona-de-casa	12	24
Escolaridade da Vitima		
Ensino fundamental incompleto	24	48
Ensino fundamental completo	13	26
Ensino médio	12	24
Analfabeto	01	02

*Inclui empregadas no mercado formal, trabalhadoras informais e autônomas.

Com relação à renda da vítima, metade, 50%, recebia entre 01 a 03 salários mínimos, e 30% das mulheres possuíam renda abaixo de 01 salário mínimo. Outra parcela inferior recebe mais de 03 salários mínimos.

Quanto à escolaridade, prevaleceram as mulheres que não chegaram a concluir o ensino fundamental, correspondendo a 48% do universo. As que concluíram o ensino fundamental corresponderam a 26%, as que concluíram o ensino médio totalizaram 24% e a taxa de analfabetismo foi de 2%.

Ainda na tabela 1, observamos que, com relação à condição de trabalho, a maioria, 64%, desenvolvia algum tipo de trabalho remunerado. Nessa proporção estão incluídas as empregadas no mercado formal, as trabalhadoras informais e as autônomas. Embora não tenha sido possível levantar as características com relação à situação de emprego no que diz respeito ao contrato de trabalho, pois esse tipo de informação não consta das fichas, acreditamos que muitas mulheres estivessem no mercado informal, devido aos tipos de atividade que declararam realizar, mais associadas à informalidade. Com ocupações ligadas ao emprego doméstico, como lavadeira, cozinheira e faxineira, também apareceram com bastante frequência, assim como as de vendedoras, manicuras e costureiras, atividades tradicionalmente femininas e de baixa remuneração.

Quanto à caracterização dos casos de violência, podemos observar na tabela 2 que prevalece a violência moral e psicológica, com 74% dos casos e, em segundo lugar, a violência física, com 18%. Ressalta-se também que, dos 50 casos analisados, 08% referem-se a mulheres que vivenciaram outro tipo de violência (sexual, patrimonial, entre outras).

Tabela 2 - Caracterização dos casos atendidos no Centro de Atendimento à Mulher de Vilhena (RO), conforme tipo de violência e ambiente em que ela ocorreu. (2018)

Tipo de violência	Quantidade	Percentual
Moral e psicológica	37	74
Física	09	18
Outras	04	08
Ambiente em que Ocorreu a Agressão		
Ambiente doméstico	48	96
Na rua	01	02
Outro local	01	02

Com relação ao ambiente em que ocorreu a violência, quase a totalidade dos casos (96%) ocorreu no ambiente doméstico, resultado que se assemelha ao encontrado em outras pesquisas (Barsted, 1998; Diniz e cols., 1999; Deslandes e cols., 2000). Assim, o lar parece constituir-se no espaço privilegiado da violência contra a mulher, onde, resguardado da interferência de outras pessoas, o agressor conta ainda com o medo e a vergonha da pessoa agredida em denunciá-lo.

Tabela 3 - Caracterização dos casos atendidos no Centro de Atendimento à Mulher de Vilhena (RO), conforme tipo de vínculo afetivo da vítima com o agressor e período de convivência, 2018.

Tipo de vínculo afetivo da vítima com o agressor	Quantidade	Percentual
Marido ou companheiro	36	72
Ex-marido ou ex-companheiro	08	16
Ex-namorado	06	12
Período de Convivência		
Menos de 03 anos	12	24
Entre 05 e 10 anos	20	40
Entre 12 a 18 anos	15	30
Acima de 20 anos	03	06

Os principais agressores são os atuais maridos ou companheiros, que, de acordo com a tabela 3, correspondem a 72%. Agregando-se a esse tipo de agressor os namorados, ex-maridos ou ex-companheiro e ex-namorados, a proporção desse conjunto, denominado de relação conjugal, perfaz os 100% das agressões encontradas nas fichas das mulheres atendidas nesse período.

Quanto ao período de convivência em situação de violência destaca-se que 40% das vítimas convive ou conviveu um período de 05 até 10 anos com o agressor, seguida por 30% que vive ou viveu entre 12 a 18 anos. Uma proporção de 24% dos casos refere-se a mulheres que sofrem agressões há menos de 03 anos. Foram registrados 03 casos de mulheres que relataram sofrer violência há mais de 20 anos. Este quadro reflete bem o processo de rotinização da violência (Organização das Nações Unidas, 1996). As agressões vão se tornando cada vez mais frequentes, e as sequelas, que podem ser visíveis como as resultantes da agressão física, ou emocionais, vão aos pouco se agravando.

Esses períodos acima descritos são considerados longos demais em situação de violência. Isso prova que falta muito para rompermos com esse silencio das vítimas de violência doméstica. No sentido de eliminar este mal que ano após anos tem ceifado vidas em todo Brasil.

Conforme consta nas fichas de atendimento das mulheres investigadas a Delegacia da Mulher é o órgão que mais encaminha mulheres para o CAM, tendo sido responsável pelo encaminhamento de 50% dos casos. Em proporções bem menores aparecem ainda, como responsáveis pelo encaminhamento, outras usuárias do serviço, parentes, amigas/os ou conhecidas/os, profissionais ligados a serviços, tanto públicos quanto privados, das áreas de psicologia, assistência social, saúde e direito.

Porém, percebeu-se em conversa com uma profissional do serviço social Centro de Atendimento a Mulher, que a rede de atendimento/encaminhamento de mulheres vítima de violência, é falha e muitas vezes omissa por não encaminhar essas mulheres para atendimento no CAM, ela relatou que muitos casos que passa pela delegacia da mulher nem sempre chega até o CAM. Talvez esse número de 50 mulheres no período investigado poderia ser bem superior, se as demandas fosse encaminhada.

A profissional ainda cita que os serviços de saúde – prioritariamente o hospital – aparecem como responsáveis por apenas 4% dos encaminhamentos. Nota-se que falta estratégias na integração da rede de atendimento público, pois, o setor de saúde deveria nesse caso ser vistos como estratégicos, no que diz respeito às ações de prevenção da violência contra a mulher. Já que para Schraiber e D'Oliveira, (1999) as mulheres que sofrem violência têm maior probabilidade de apresentarem problemas de saúde, logo se deve supor que elas procuram com mais frequência os serviços de saúde.

Gomes e cols. (2002), em pesquisa sobre a abordagem dos maus-tratos contra crianças e adolescentes em uma unidade pública de saúde do Rio de Janeiro, chamam a atenção para o fato de que esta questão ainda não foi incorporada nos currículos de graduação, deixando uma lacuna na formação desses profissionais. Os autores apontam um certo despreparo dos profissionais de saúde para lidar com a questão, comprometendo a identificação dos casos e a realização de atendimentos e de encaminhamentos adequados. Acreditamos que no caso da violência contra a mulher, guardadas as devidas proporções, esse mesmo despreparo dificulte uma intervenção mais efetiva dos profissionais de saúde quanto ao reconhecimento dos casos de violência, ao atendimento e ao encaminhamento das mulheres aos demais serviços de apoio nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo foi possível evidenciar que os motivos da reincidência das mulheres vítimas de violência doméstica, a partir das informações constantes das fichas de atendimento do CAM de Vilhena/RO, estão associados a diversos fatores, sendo eles emocionais e culturais, baixa escolaridade, dependência financeira, agregando-se à significativa inefetividade de programas públicos, voltados ao amparo destas mulheres.

Embora nesta investigação tenha sido constatado um público de mulheres basicamente de camadas de baixa renda, sabe-se que a dependência econômica não é o único fator que leva as mulheres a permanecerem convivendo com homens agressores. Para entender os determinantes dessa situação é importante considerar também a dependência emocional (Saffioti, 1997) e os aspectos culturais associados à construção social dos papéis femininos e masculinos que determinam a forma como se estabelecem as relações de dominação e submissão entre os gêneros (Gregori,1993).

No decorrer da pesquisa foi possível perceber que a violência doméstica, apesar de ser mal que tem ceifado vidas ao longos do anos, não é uma doença, porém pode adoecer quem convive neste realidade. Por exemplo, os aspectos emocionais pode ter influência decisiva na baixa autoestima presente na vida dessas mulheres. Desta forma, a mulher poderá passar a desacreditar de si mesma e a enxergar-se como uma sombra do companheiro agressor.

A dependência financeira e o quesito escolaridade, por sua vez, possuem um grau de importância no caso de reincidência de violência doméstica, pois a falta de instrução e de apoio, aliadas a sua baixa autoestima, faz com que a mulher sinta-se incapaz de levar sua vida adiante sem o companheiro.

A complexidade que envolve a questão da violência contra a mulher, principalmente a reincidência, enfoque deste trabalho, exige ações capazes de dar conta das inúmeras demandas apresentadas, o que implica a necessidade de articulação entre diferentes áreas de conhecimento e de atuação. Assim, os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência são de fundamental importância para o enfrentamento desse problema, sendo imprescindível que estes estejam articulados com os serviços de saúde no desenvolvimento de ações preventivas e assistenciais, na perspectiva da atenção integral à mulher.

Outro fator importante que se percebeu neste estudo é que há poucas políticas públicas voltada para atendimento do agressor, as ações estão muito focadas no fator punitivo criado pelas legislações. Talvez, a grande solução para evitar violência doméstica, principalmente, as reincidências.

Conclui-se, portanto, a necessidade de trabalhar a violência, antes mesmo que ela aconteça, nas escolas, nos meios de comunicação, nas empresas e nas redes sociais, tal qual preconiza a Lei Maria da Penha, que com seu caráter pedagógico visa contribuir para a educação de geração para geração. Há a necessidade também, de capacitar profissionais, a fim de que eles entendam o problema não como algo individual ou pessoal e sim como uma questão sociocultural, permeada por anos.

Acredita-se que muitas das mulheres agredidas sofram silenciosamente e não peçam ajuda. Para elas, é difícil dar um fim na situação de violência em que vivem, sentem-se envergonhadas e outras dependem emocionalmente ou financeiramente do companheiro agressor; muitas acreditam ter acontecido "só daquela vez" ou, no fundo, imaginam-se culpadas pela violência; outras se calam em função dos filhos, ou até mesmo por medo de apanhar e sofrer ainda mais e, ainda, temem por prejudicar o agressor, que pode ser preso ou censurado pela sociedade.

Esta pesquisa teve o intuito de investigar os fatores que contribuem para a reincidência da violência doméstica. Fica, a partir deste estudo, o desejo de que ele venha contribuir efetivamente, para mostrar as possíveis causas que contribuem para a reincidência da violência doméstica, sobretudo, desvincular essa temática dos preconceitos e garantir e reconhecer, no âmbito do poder público, a problemática da violência contra a mulher enquanto questão de políticas públicas específicas, pois, as intervenções ainda estão mais associadas às áreas de segurança pública e assistência social.

REFERÊNCIAS

BARSTED, L. de A. L. **Uma vida sem violência é um direito nosso:** propostas de ação contra a violência intrafamiliar no Brasil. Brasília: Comitê Interagencial de Gênero/ONU/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/ Ministério da Justiça, Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, De 7 de Agosto de 2006**. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm->Acesso em:11/06/2019.

CUNHA, Rogério Sanches. Violência Doméstica. Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; SILVA, C. M. F. P. da. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jan-mar, 2000.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas:** um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra. São Paulo: ANPOCS, 1993.

GOMES, R. et al. **A abordagem dos maus-tratos contra a criança e o adolescente em uma unidade pública de saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 275-283, 2002.

MACHADO, C.; GONÇALVES, R. A. **Violência e Vítimas de Crimes**. Coimbra: Quarteto, 2003.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Lei Maria da Penha: Conquista legal, desafios à sua implementação.** Seminário Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis. 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Fernanda_Marques_de_Queiroz_11.pdf>. Acesso em 25/05/2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.
SCHRAIBER, Lilia B; D'OLIVEIRA, Ana Flávia L. Paula. Violência contra a mulher: interfaces com a saúde. Interfaces: Comunicação, Saúde, Educação, v.3. n.5, pp. 11-27, 1999.

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** 2010 (Enfrentamento à violência contra as mulheres; v. 2) Brasília: Brasília: Presidência das República/ Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. 52 páginas.

TAQUETTE, Stela R. (Org.) **Mulher Adolescente/Jovem em Situação de Violência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

Resenha

10 Lições sobre Bourdieu. MONTEIRO, José Marciano. Petrópolis: Vozes, 2018

Recebido em 21/08/2020, aprovado em 08/12/2020
DOI: 10.30612/mvt.v7i12.12634
Rodolfo Alves de Macedo[1]

Pierre Bourdieu (1930-2002) é considerado hoje como um dos mais importantes teóricos e intelectuais do século XX. Ao longo de sua carreira, seus estudos dialogaram com a educação, cultura, filosofia, política, literatura, arte, entre outras áreas do saber. Autor de uma teoria geral do mundo social e apoiado nos grandes clássicos da Sociologia, Bourdieu desenvolve uma série de conceitos-chave para explicar os mecanismos de dominação e reprodução da estrutura social e sua estratificação. Proporcionou, assim, uma valiosa contribuição às Ciências Sociais.

Devido à complexidade da teoria de Pierre Bourdieu e tendo em vista sua linguagem e formas de expressão, muitas vezes fazendo um jogo de palavras, a leitura de sua obra se mostra de considerável densidade, sobretudo para estudantes não iniciados no pensamento do autor. É nesse sentido que a obra "10 lições sobre Bourdieu", de autoria de José Marciano Monteiro, professor e pesquisador da Universidade Federal de Campina Grande, tem por objetivo apresentar as principais contribuições teóricas do sociólogo Pierre Bourdieu. Sem perder a rigorosidade analítica, cada lição é apresentada de maneira simples e acessível, e discute os conceitos sociológicos com objetividade, tornando a compreensão mais significativa.

O livro contém 133 páginas e compõe a Coleção 10 lições, da Editora Vozes. Como proposto no título, o livro é dividido em dez lições, isto é, dez tópicos imprescindíveis de conhecimento sobre um pensador. Na introdução, Monteiro expõe o objetivo já mencionado de tornar a produção científica e contribuições de um autor complexo como Pierre Bourdieu acessível a estudantes e não iniciados. Dado esse objetivo, assume-se o desafio de tal empreitada de caráter pedagógico.

A primeira lição, intitulada "Notas biográficas", nos coloca em momentos da trajetória de vida de um intelectual francês de origem campesina, filho de Albert Bourdieu (operário agrícola de família de camponeses) e Noémie Bourdieu (também de origem rural). Desde criança, Pierre Bourdieu já se destacava na vida acadêmica, tendo recebido uma bolsa de estudos para estudar na capital, ingressado mais tarde na École Normale Supérieure de Paris, diplomando-se em Filosofia e tornando-se professor e pesquisador. Esta primeira lição de caráter biográfico nos permite refletir

CC BY NC ND

1 Especialista em Sociologia e Ensino de Sociologia pelo Claretiano Centro Universitário e em Psicopedagogia Educacional pela Universidade Anhembi Morumbi. Graduado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

sobre a capacidade de um sujeito que, na condição de herdeiro de camponeses, converte-se em um dos maiores intelectuais do século XX.

Denominada "Praxiologia: para uma sociologia da prática", a segunda lição trata do trabalho científico de Bourdieu, empregado a partir de sua experiência na Argélia e sua transição de filósofo a sociólogo. Nesta lição, Monteiro aponta que o contexto em que Bourdieu estava situado era marcado por duas maneiras distintas de conhecimento do mundo social: o estruturalismo e a fenomenologia, sendo essas teorias hegemônicas na época. Sua crítica se dá por entender o conhecimento fenomenológico como subjetivista, focado na percepção individual, enquanto o conhecimento estruturalista é entendido como objetivista, o qual assume as estruturas sociais como organizadoras da vida, sendo os sujeitos sociais não autônomos. Porém, para Bourdieu há um terceiro modo de conhecimento: a praxiologia, cuja abordagem permite ser uma alternativa e uma superação dos dois modos anteriores, pois as sintetiza e estabelece a ação social mediada pelas estruturas objetivas e subjetivas. É a partir dessa perspectiva que serão criados os conceitos de campo, *habitus* e capital, explorados na quarta, quinta e sexta lição do livro, respectivamente.

"Construção do objeto sociológico" é a terceira lição que Monteiro nos apresenta. Conforme apontado por Monteiro, ao escrever *Le métier de sociologue: Préalables épistémologiques* (1968) juntamente com Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron, Bourdieu busca realizar um feito tal qual Émile Durkheim com *As regras do método sociológico* (1895). Assim, Monteiro nos aproxima de uma metodologia que consiste em romper com prenoções do sociólogo acerca do objeto a ser analisado devido a sua familiaridade com o mundo social, e na mobilização de diversos métodos e técnicas, como descrição etnográfica, dados estatísticos, entrevistas, questionários, entre outros, com vistas à superação do senso comum e de análises individualistas.

Nas próximas três lições, intituladas "Espaço social e teoria dos campos", "*Habitus* e classes sociais" e "Teoria dos capitais", respectivamente, Monteiro traz de maneira objetiva os principais conceitos do projeto sociológico de Bourdieu. Ao falar da teoria dos campos na quarta lição, conceitos como *habitus* e capital já se fazem presentes, visto que não é possível abordar o conceito de campo e não considera-los, pois estão inter-relacionados. Contudo, só são brevemente explorados sem grandes explicações, pois isso se dá nas lições seguintes. Desta forma, cada lição pode ser abordada e lida separadamente pelo estudante ou pesquisador, mas em conjunto fornecem um repertório de conceitos sociológicos essencial para a compreensão da teoria de Bourdieu. A teoria dos campos está diretamente ligada à praxiologia, pois é nos campos que os agentes agem. Logo, um campo seria um espaço da prática. Os campos são espaços de disputas e de luta por classificações. Cada campo (econômico, cultural, escolar, entre outros) possui regras específicas, e está estruturado por capitais, sendo que o acúmulo desse capital permite a posição social de dominante. A estrutura do campo é incorporada na mente e no corpo dos agentes, configurando um *habitus* (conceito que permite mediar ação social e estrutura, indivíduo e sociedade), entendido como a incorporação da estrutura social e estruturação das práticas a partir da posição que os agentes ocupam no campo de acordo com a quantidade de capital acumulado. Portanto, o *habitus* é adquirido social e historicamente, não sendo inalterável. Em outras palavras, maneiras de agir, pensar, sentir que estão relacionadas com a posição social de origem, mas que podem ser modificadas.

Aqui chegamos a "Corpo e cultura", a sétima lição. O *habitus*, como disposições incorporadas, molda o corpo e se manifesta através do corpo socializado, e como princípio gerador orienta práticas distintas relativas à posição no campo, caracterizando um maior ou menor acúmulo de capital cultural. Assim, o corpo funciona como uma linguagem da cultura. Como distintivo da posição na hierarquia social, o capital cultural materializa-se, torna-se corpo. É nesse sentido que Monteiro

afirma que o corpo é uma linguagem (um elemento simbólico de comunicação) que carrega as marcas da dominação, pois a própria cultura está relacionada à lógica de distinção das classes e o capital cultural mostra-se como um recurso distribuído desigualmente.

Na oitava lição, "Estado, poder e violência simbólica", Monteiro discorre sobre a sociologia política de Bourdieu a partir de três conceitos: poder simbólico, violência simbólica e dominação simbólica. Por "simbólico", entende-se aquilo que está invisível, não explícito. Aqui, Monteiro nos conduz à compreensão de Bourdieu sobre o Estado moderno ser configurado como um metacampo, sendo capaz de regular outros campos, e concentrando diversos tipos de capital, denominado metacapital. Monteiro aponta também que, o cerne da questão levantada por Bourdieu sobre o Estado está no desmascaramento da dominação.

A nona lição, "Jogo, estratégia e senso prático", parte da metáfora do jogo e, associada ao conceito de *habitus*, é capaz de proporcionar uma maior compreensão da teoria da prática (praxiologia), de modo a superar as perspectivas estruturalista/objetivista e fenomenológica/subjetivista. Retomando o conceito de campo como espaço de luta, cada campo possui regras específicas com capitais que estruturam esse espaço, onde os agentes, tendo incorporado a estrutura, lutam por esses recursos escassos. Assim, cada campo se mostra como um tipo de jogo de regras. Porém, os agentes não agem com obediência total às regras, como se mecanicamente, mas as incorporam e agem segundo sua posição no jogo; logo, desenvolve-se um senso prático, um senso de como agir no jogo, um sentido de jogo orientado por estratégias para manter sua posição no jogo, lutando pelo capital específico do campo. Com uma didática clara e objetiva, Monteiro usa como exemplo o ato de dirigir de alguém que o aprendeu há muito tempo: não é necessário racionalizar a cada movimento, pois já houve a incorporação desse saber prático.

A décima e última lição, "Sociologia como esporte de combate" (referente ao documentário sobre Bourdieu intitulado *La sociologie est um sport de combat*, de Pierre Carles), nos apresenta a perspectiva crítica de Bourdieu em relação à sociologia. A preocupação da teoria sociológica de Bourdieu está em desvelar e desnaturalizar os mecanismos de dominação e reprodução. Desvelando-os, os caminhos para a mudança da realidade social se mostram mais claramente. Assim, para ele, a sociologia como esporte de combate deve ir além da teorização acadêmica e deve estar engajada com as transformações sociais. Dessa forma, como intelectual público, adota uma postura crítica ao dialogar com os espaços para além da academia, participar de debates públicos, propor ideias com a finalidade da justiça social.

Diante da leitura da obra, nota-se a ausência da temática da Educação, uma área em que Pierre Bourdieu é de grande influência no Brasil. Qualquer estudante dos cursos de licenciatura passa, necessariamente, por sua sociologia da educação, sendo sua teoria fundamental para a compreensão da escola e do sistema de ensino como reprodutor das desigualdades. Porém, na conclusão Monteiro justifica essa escolha como proposital ao comentar que nessa área há muitos outros pesquisadores especializados em sua sociologia da educação e que contribuem imensamente para o debate.

As 10 lições propostas por Monteiro foram apresentadas objetivamente na tentativa de tornar palatável a leitura da teoria de um autor conhecido pela linguagem rebuscada e por vezes pouco compreensível. Nesse sentido, a obra se torna uma contribuição interessante a estudantes universitários, que podem ter nela uma leitura introdutória sobre um sociólogo complexo que desenvolveu pesquisas sobre variados objetos. Por fim, avaliamos que a obra "10 lições sobre Bourdieu", de autoria de José Marciano Monteiro, cumpre seu objetivo pedagógico ao tornar acessível a um público não iniciado a teoria sociológica de Pierre Bourdieu.